



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência a
Secretaria Regional da Inclusão e
Assuntos Sociais
Rua João de Deus, 5 e 7
9050 – 027 FUNCHAL

Serviço Regional de Protecção
Civil, IP-RAM

Saída

Nº.: 761

Proc: 1.1.1

13-05-2015

ASSUNTO: RELATÓRIO DE ATIVIDADES - Autoavaliação 2014

Junto se envia o Relatório de Atividades – Autoavaliação referente ao ano 2014, a fim de ser submetido à aprovação de S. Ex.^a a Secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

Com os melhores Cumprimentos;

Anexo:

2 Exemplares

Serviço Regional de Protecção
Civil, IP-RAM

Entrada

Nº.: 283

Proc: 1.1.1

22-01-2016

SECRETARIA REGIONAL DA
INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
Gabinete da Secretária

SAÍDA

N.º: 153

Data: 2016-01-21

Proc.: 1.6.0.0

O Presidente do Conselho Diretivo,

Justa antecedente
Ante os
Sendo 2017/2014
2015/5/15
SAGP_SRAS_RA

Luís Manuel Guerra Neri

SECRETARIA REGIONAL DA
INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
Gabinete da Secretária

ENTRADA

N.º: 187

Data: 2015-05-13

Proc.: 1.6.0.0

Protecção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro





Relatório de Atividades

Autoavaliação

2014



Abril, 2015



Índice

1.	- Nota Introdutória	7
2.	- Enquadramento	11
2.1.	- Missão	11
2.2.	- Visão	11
2.3.	- Valores	11
2.4.	- Política de Qualidade	12
2.5.	- Principais Atribuições	12
2.6.	- Organograma	14
3.	- Balanço	16
3.1.	- Principais Resultados Atingidos	16
3.2.	- Alterações aos Obj Operacionais Decorrentes do Processo de Monitorização	17
3.3.	- Autoavaliação do Serviço	18
3.4.	- Detalhe dos Objetivos no Quadro SIADAP-RAM 1	22
3.4.1.	- OE 1 - Garantir uma melhor adequação do dispositivo de socorro e de emergência da Região Autónoma da Madeira	22
3.4.2.	- OE 2 - Promover a construção do Núcleo de Instalações e Formação de Proteção Civil da Madeira	27
3.4.3.	- OE 3 - Aumento da qualidade na prestação de serviços do SRPC, IP-RAM	29



3.5.	- Evidenciação do disposto no nº 2 do Artº 14º do Decreto Legislativo Regional nº 27/2009/M, que adapta à RAM a Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro	31
3.5.1.	- Apreciação por parte dos Utilizadores dos Serviços Prestados pelo SRPC, IP-RAM	32
3.5.2.	- Audição de Colaboradores do SRPC IP-RAM	37
3.5.3.	- Avaliação do Sistema de Controlo Interno	42
3.5.4.	- Análise das Causas de Incumprimento de Ações ou com Resultados Insuficientes	42
3.5.5.	- Comparação com o Desempenho dos Serviços Idênticos, no Plano Nacional e Internacional	42
3.5.6.	- Audição dos Dirigentes Intermédios e Demais Trabalhadores na Autoavaliação do Serviço	43
4.	- Atividade Operacional e Formação	43
4.1.	- Comando Regional de Operações de Socorro	43
4.1.1.	- Incêndios	43
4.1.2.	- Acidentes	45
4.1.3.	- Emergência pré-hospitalar	45
4.1.4.	- Principais Acontecimentos	46
4.2.	Dispositivo Regional de Resposta Operacional - DROR	52
4.3.	Inspeção Regional de Bombeiros	56
4.3.1.	As Ações Inspetivas	56
4.3.2.	Os Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros	58
4.3.3.	O Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses - RNBP	60



4.3.3.1.	A Plataforma do RNB	60
4.3.3.2.	Acesso à Plataforma RNB	61
4.3.3.3.	Fiscalização e Acompanhamento das Corporações de Bombeiros	62
4.3.3.4.	Novas Escolas de Bombeiros	64
4.3.4.	Apoio Psicossocial	66
4.4.	- SEMER	67
4.4.1.	A Emergência Pré-hospitalar	67
4.4.2.	Formação	69
4.4.3.	Outras Atividades	70
4.5.	- Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros	71
5.	- Recursos	72
5.1.	- Recursos Humanos	72
5.2.	- Recursos Financeiros	74
5.3.	- Recursos Físicos	76
5.3.1.	- Frota Automóvel	76
5.3.2.	- Instalações	77
5.4.	- Planos de Manutenção Preventiva e Planos de Verificação e Calibração	77
6.	- Auditorias de Qualidade	78
6.1.	- Auditorias Internas aos Processos	78
6.2.	- Auditorias Externas	79
6.2.1.	- Sistema de Gestão de Qualidade	79



6.2.2.	<i>- Processo de Certificação do SRPC IP-RAM como Entidade Formadora</i>	80
7.	<i>- Avaliação Final</i>	80
7.1.	<i>- Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados</i>	80
7.2.	<i>- Menção Proposta pelo Dirigente Máximo do Serviço como Resultado da Autoavaliação</i>	81
7.3.	<i>- Conclusões e Prospetiva</i>	82
	Anexos	84



1. Nota Introdutória

No seguimento do que se verificou dos últimos anos, também 2014 foi pleno de dificuldades, pelo que houve necessidade de garantir o melhor aproveitamento dos recursos e a sua gestão eficaz, assegurar parcerias com instituições e organizações, de forma a permitir o desenvolvimento da nossa ação em prol do bem-estar das populações, a sua salvaguarda e do seus bens, tendo sempre em mente que, nesta Região, sendo o turismo uma das principais fontes de receita, é fundamental estar permanentemente atento a quem nos visita.

A natureza, diversidade e amplitude das atribuições do SRPC e o reduzido número de quadros técnicos e demais funcionários, continuou a obrigar à definição de estratégias consequentes, à reformulação de procedimentos, circuitos e métodos de trabalho, de qualificação e capacitação individual dos dirigentes e trabalhadores, ações devidamente integradas no sistema de gestão de qualidade. Por outro lado, continuou a desenvolver-se o relacionamento mais aberto e eficiente com os agentes de proteção civil e os cidadãos em geral, com vista à implementação de uma política regional de proteção civil.

A escassez de recursos humanos continuou a impor o recurso a contratos de prestação de serviços sem os quais a resposta de alguns departamentos ficaria comprometida, sendo particularmente sensível o Centro Integrado de Comunicações, enquanto responsável por assegurar, em cada 24 horas, o acionamento dos meios e a posterior coordenação das ocorrências, ao nível do socorro e emergência, em toda a Região.

A conclusão da construção dos cenários de formação, cuja inauguração teve lugar em outubro, traduziu-se num aumento qualitativo das capacidades do SRPC, enquanto entidade formadora certificada. Por outro lado, deu-se continuidade à reorganização da oferta formativa, assim como o alargamento e qualificação do corpo de formadores em estreita colaboração com a Escola Nacional de Bombeiros.



A preocupação em garantir a operacionalidade do dispositivo de resposta regional, continuou a determinar a celebração de contratos programas e acordos de colaboração com as entidades detentoras de corpos de bombeiros., de forma a assegurar elevada qualidade nas suas intervenções.

Pode-se afirmar que, malgrado todas as dificuldades sentidas, o SRPC conseguiu determinar o seu procedimento, por requisitos que vão ao encontro dos patamares do serviço público de excelência, que se pretende.

O trabalho desenvolvido foi extenso e abrangeu áreas e níveis de intervenção diferentes, mas sempre enquadradas no Plano de Atividades. As novas instalações tem sido determinantes para consolidar a missão e as competências do Serviço

Ao nível da avaliação do Serviço, medido através da monitorização do Quadro SIADAP-RAM 1, os resultados atingidos pelo SRPC IP-RAM são bons e estiveram globalmente alinhados com o esperado. Num total de 11 objetivos definidos, 5 foram superados.

O seguimento dos níveis de execução dos indicadores, ao longo do ano, permitiu identificar desvios e implementar as necessárias medidas corretivas com vista à melhoria progressiva, tendo produzido os resultados esperados, mas que requereu de todos os colaboradores um esforço de mobilização. É pertinente relevar o profissionalismo e empenho de todos que, de modo direto e indireto, contribuíram para o sucesso dos resultados alcançados, no quadro dos objetivos que nos propusemos atingir.

Assim, no âmbito dos acontecimentos com maior expressão na vida do SRPC, IP-RAM destacam-se os seguintes, pela forma como se projetaram na sua atividade:

- A inauguração dos cenários de formação que aumentou consideravelmente a capacidade e qualidade de formação do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros;
- A manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade, confirmada através de auditoria externa.
- A massificação da campanha de sensibilização nas escolas, dirigida aos alunos, comunidade educativa e encarregados de educação, como instrumento fundamental, na implementação da política regional de proteção civil.
- A conclusão do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil e o seu envio à Comissão Nacional de Proteção Civil para parecer.



- A aplicação da Portaria nº 29/2013 de 22 de abril, que adapta à RAM o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.
- A entrada em pleno funcionamento do Recenseamento Nacional dos bombeiros portugueses, abrangendo a totalidade dos corpos de bombeiros da RAM.
- O incremento e operacionalização crescente do Programa Regional da Desfibrilhação Automática Externa.





2. Enquadramento

O Serviço Regional de Proteção Civil, IP – RAM é um Instituto Público integrado na administração indireta da Região Autónoma da Madeira, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Prossegue atribuições da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, sob superintendência e tutela do respetivo Secretário Regional.

2.1. Missão

Como ~~órgão~~ que norteia todas as suas atividades, a **Missão** do SRPC, IP-RAM é prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo as pessoas e protegendo os seus bens

2.2. Visão

No sentido de planear e coordenar as atividades de Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira, designadamente, na proteção e socorro das populações e assegurar um adequado sistema de emergência pré-hospitalar, o SRPC, IP-RAM tem como **Visão** o seguinte:

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.

2.3. Valores

Para além disso, os **valores** com que é pautado todo o seu trabalho são:

- Rigor na execução das tarefas;
- Motivação permanente para o trabalho;
- Dinâmica de grupo na prossecução das ações;
- Qualidade em tudo o que é efetuado;
- Credibilidade dos profissionais.



2.4. Política de Qualidade

O SRPC, IP-RAM, tendo como referência a política e planeamento global definidos pela Tutela, tem, no âmbito da política da qualidade e na prossecução das suas atribuições, assegurar:

- A obtenção de índices, sempre crescentes, de melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços à sociedade e da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- A utilização eficaz, transparente e eficiente dos recursos à sua responsabilidade;
- A desburocratização, modernização e inovação dos serviços administrativos, com vista a agilizar a capacidade de resposta e os processos de tomada de decisão;
- A responsabilização, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus funcionários;
- A contribuição para o aumento do prestígio e dignificação da Administração Regional.
- A prestação, aos cidadãos, empresas e outras entidades, de serviços que respondam às suas necessidades e expectativas no cumprimento integral da legislação aplicável.

2.5. Principais atribuições

De um modo geral e tendo em conta que o SRPC também é responsável pela emergência pré-hospitalar, as principais atribuições que se podem salientar são, nomeadamente:

No âmbito da atividade dos Bombeiros

- Zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis aos corpos de bombeiros e prestar-lhes o apoio necessário ao desenvolvimento das suas atividades;
- Promover o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro;
- Apoiar técnica e financeiramente as associações humanitárias de bombeiros e outras instituições que mantenham corpos de intervenção operacional na área do socorro e emergência, devidamente homologados;



- Assegurar a realização de ações de formação e aperfeiçoamento operacional com vista à melhoria contínua dos conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros;
- Exercer a ação tutelar sobre os corpos de bombeiros, nomeadamente definindo o dispositivo e as áreas de intervenção e zelando pelos regulamentos e leis em vigor;
- Através da Inspeção Regional de Bombeiros coordenar, acompanhar e fiscalizar, a nível regional, a atividade dos corpos de bombeiros no domínio da proteção civil e socorro.

No âmbito do planeamento de emergência

- Proceder à elaboração do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM;
- Emitir parecer sobre projetos de natureza legislativa ou regulamentar que visem questões de proteção civil;
- Promover, ao nível regional, a elaboração de estudos e planos de emergência especiais;
- Emitir parecer sobre os planos de emergência de âmbito municipal.

No âmbito da avaliação e prevenção de riscos

- Organizar um sistema regional de aviso e alerta que integre os diversos serviços especializados e assegure a informação necessária à população;
- Promover, em coordenação com entidades tecnicamente credenciadas, o levantamento, previsão e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica;
- Assegurar o cumprimento da legislação em vigor sobre o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos da RAM, nos termos da lei;

No âmbito da emergência pré-hospitalar

- Definir, organizar, coordenar, avaliar e fiscalizar as atividades de socorro de emergência pré-hospitalar, nas suas vertentes medicalizada e não medicalizada;
- Coordenar o acionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência pré-hospitalar;



- Promover e coordenar a formação a todo o pessoal indispensável às ações de emergência pré-hospitalar;
- Orientar a ação coordenada dos agentes de saúde nas situações de acidente grave ou catástrofe;

No âmbito da proteção e socorro

- Decidir sobre a oportunidade, tipo e extensão da intervenção de qualquer agente de proteção civil em caso de iminência, ou ocorrência de incidente ou acidente que motive a sua ação, constituindo-se como a entidade coordenadora da proteção civil e do socorro;
- Desenvolver ações pedagógicas e informativas de sensibilização das populações, visando a proteção e o fomento da solidariedade;
- Inspeccionar, fiscalizar e avaliar os serviços, meios e recursos de proteção civil, que integrem o dispositivo de socorro e emergência da RAM;
- Coordenar as ações de socorro, busca e salvamento marítimos, em articulação com a autoridade marítima, no âmbito do sistema de busca e salvamento marítimo.

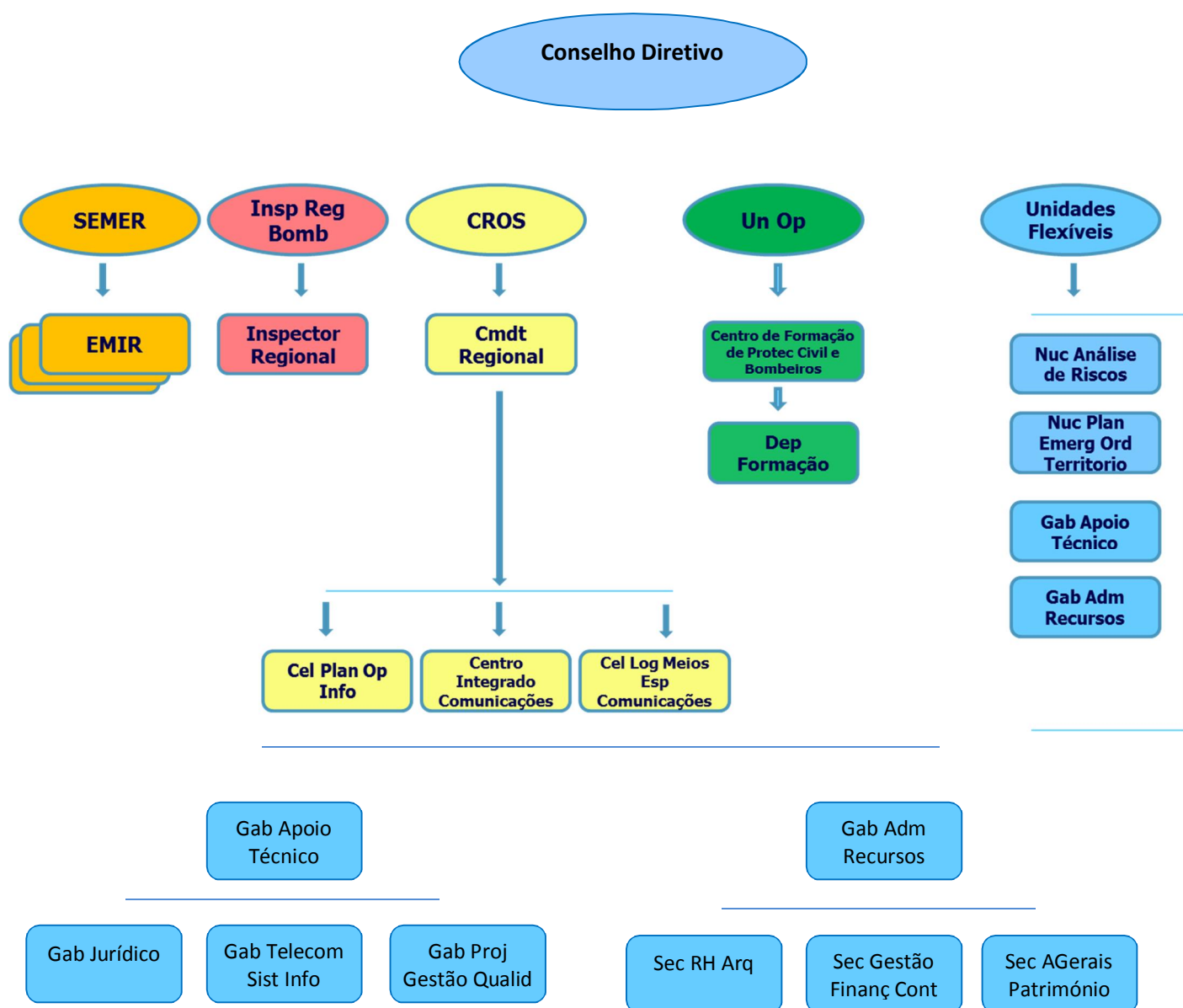
2.6. Organograma

A orgânica do SRPC, IP-RAM foi alterada, com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/M, de 25 de março, que procedeu à segunda alteração à orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, aprovada em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho e consubstanciado pela Portaria Conjunta Nº 69/2013, que também alterou, os seus estatutos. Para além disso, apresenta um órgão de consulta – Conselho Consultivo - e um órgão que apoia o Secretário Regional dos Assuntos Sociais na tomada de decisão aquando de situações de catástrofe ou acidente grave – Centro de Coordenação Operacional Regional -.

Para além desta macroestrutura apresenta-se, de seguida, o modelo de organização interna:



Estrutura Organizacional



3. Balanço

3.1. Principais resultados atingidos

Dimensões	Objetivos		Indicadores		Classificação %		
	Nº	Peso	Nº	Peso	Obj	Parcial	Final
EFICÁCIA (50%)	1	20%	1	25%	85%	115%	110%
			3	25%			
			4	25%			
			5	25%			
	2	20%	7	0%	100%		
			8	100%			
	3	0%	9	0%	na		
			10	0%			
			11	0%			
	4	25%	12	10%	123%		
			13	25%			
			14	25%			
			15	20%			
			16	20%			
	6	20%	24	40%	110%		
			25	0%			
			26	40%			
			27	20%			
	8	15%	30	0%	167%		
			31	100%			
5			40%	17		20%	
	18	20%					
	19	0%					
	20	0%					
	21	20%					
	22	20%					
	23	20%					
	28	40%		127%			
29	60%						
10	30%	34	10%	90%			
		35	10%				
		36	10%				
		37	10%				
		38	10%				
		39	20%				
		40	10%				
		41	20%				
9	40%	32	40%	97%	99%		
		33	60%				
	11	60%	42	30%		100%	
			43	15%			
			44	10%			
			45	15%			
			46	15%			
47	15%						



A avaliação deve ser entendida como um importante ato de gestão e não só como uma mera obrigação legal, já que permite uma leitura dos resultados obtidos, identificando ganhos e pontos críticos, constituindo uma oportunidade para ajustar estratégias e reafetar recursos.

A definição do Plano de Atividades para 2014 foi determinado pelas prioridades definidas no Programa do Governo Regional para 2011/2015.

Do acompanhamento do Quadro SIADAP-RAM 1 durante o ano 2014, adiantam-se as seguintes considerações:

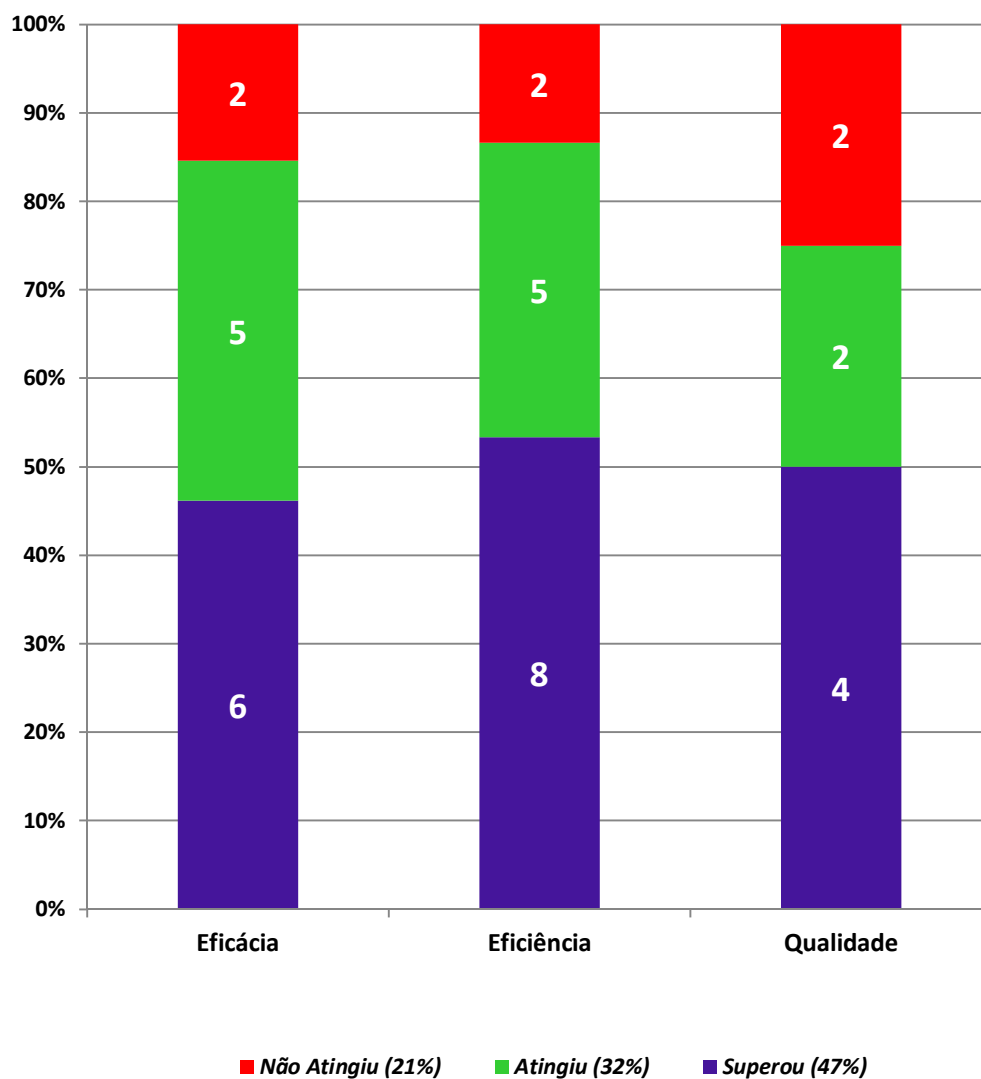
- A definição deste quadro estratégico resultou na definição de objetivos comuns e transversais a todo o SRPC, IP-RAM, facto que tem fomentado a partilha e a criação de uma cultura comum dentro da Instituição;
- Através do processo de aprendizagem progressiva, iniciado anteriormente, implementou-se um adequado sistema de controlo interno que procedeu à monitorização dos Projetos e Atividades que sustentam os objetivos, tendo sido efetuadas, no decorrer do ano, algumas atualizações nos objetivos operacionais das Unidades Orgânicas, ao nível dos indicadores e metas definidas.

3.2. Alterações aos Objetivos Operacionais decorrentes do processo de monitorização

Ao longo do ano foi efetuado o acompanhamento dos objetivos, que se traduziu numa apresentação trimestral de resultados. A monitorização realizada evidenciou a necessidade de alteração dos determinados indicadores e metas. As alterações propostas, devida e atempadamente, colocadas à consideração de Sua Exa o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, obtiveram a sua concordância. As alterações efetuadas encontram-se assinaladas no capítulo da Autoavaliação do Serviço.

3.3. Autoavaliação do Serviço

Execução dos Parâmetros



Obj Operacionais		Indicador		Classificação (S/A/NA)	Meta	Result ado	Desvio	Proposta de Reformulação	
Eficácia									
1	Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional	1	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Aquisições	S	60%	85%	25%		
		2	Taxa de cumprimento do plano de implementação da UIRT						Eliminado por Desp SRAS
		3	Taxa de aumento dos efetivos do SEMER	NA	8%	0%	-8%		
		4	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Inspeções da IRB	A	100%	100%	0%		
		5	Nº de exercícios, de âmbito regional, participados	A	2	2	0%		
		6	Taxa de cumprimento do plano de treinos da UMCTE						Eliminado por Desp SRAS
2	Acompanhar a definição da tipologia de riscos que possam afetar o normal desenvolvimento das atividades na RAM	7	Elaboração dos pareceres finais relativos aos Relatórios de Riscos das Autarquias		nav	nav		Não avaliado por falta de elementos	
		8	Elaboração de pareceres prévios sobre Planos Municipais de Emergência	A	100%	100%	0%		
3	Promover as iniciativas legislativas necessárias à evolução sustentada do socorro e emergência na RAM	9	N.º de propostas de adaptação de diplomas legislativos e normativos de âmbito nacional (Leis, Decretos-Lei, Portarias, Despachos...) e iniciativas de diplomas legislativos e normativos de âmbito regional (Decretos Legislativos Regionais, Decretos Regulamentares Regionais, Portarias, Despachos...) formalizadas.		nav	nav		Não avaliado por falta de elementos	
		10	Elaboração de processos de adaptação regional de legislação nacional em vigor, no âmbito dos bombeiros, assim como os regulamentos consequentes.		nav	nav		Não avaliado por falta de elementos	
		11	Atualização dos Estatutos do SRPC IP-RAM		nav	nav		Não avaliado por falta de elementos	
4	Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do	12	Nº de formadores a certificar em Salvamento e Desencarceramento, Incêndios Florestais e Comunicações	S	5	9	4		
		13	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Formação Sectorial para os elementos do DRO	S	70%	73%	3%		



	DROR, através da formação	14	Nº de elementos (bombeiros e outros agentes proteção civil) que frequentaram ações de formação	S	220	504	284	
		15	Índice de satisfação dos formandos que frequentaram as ações de formação	S	75%	82%	7%	
		16	Taxa de cumprimento do Plano de Formação em Comunicações para agentes de proteção civil	NA	70%	0%	-70%	
6	Promover a divulgação de informação técnica e operacional junto dos agentes de proteção civil	24	Taxa de cumprimento do plano de auditorias ao RNBP	A	90% até 30JUN 100% até 30DEC	100%	0	
		25	Homologação dos novos regulamentos internos dos CB voluntários e mistos de acordo com o novo quadro jurídico		nav	nav	nav	Não avaliado por falta de elementos
		26	Taxa de Implementação do sistema de referênciação TETRA para o DRO	S	80%	100%	20%	
		27	Nº de normas elaboradas, no âmbito da institucionalização de procedimentos operacionais	A	5	5	0	
8	Desenvolver o sistema de aviso, alerta regional	30	Celebrar protocolo com o OMFunchal					Eliminado por Desp SRAS
		31	Taxa de cumprimento do Plano de Implementação do Sistema AAA Regional	S	60%	100%	40%	
Eficiência								
5	Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.	17	% pareceres emitidos face ao nº de Programas DAE recebidos	S	90%	100%	10%	
		18	Nº de Contratos-Programa com ABV, CM e CVP propostos, para aquisição e manutenção de equipamentos no âmbito da operacionalidade do DRO.	S	10	11	1	
		19	Elaboração do processo de medidas de autoproteção do Núcleo de Instalações e Formação do SRPC, IP-RAM		nav	nav	nav	Não avaliado por falta de elementos
		20	Elaborar Notas Técnicas específicas do Regulamento Técnico de SCIE (RAM)		nav	nav	nav	Não avaliado por falta de elementos
		21	Taxa de execução de pareceres emitidos face nº de processos recebidos no âmbito da SCI	A	90%	90%	0%	



		22	Taxa de execução de pareceres emitidos face ao nº de processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção, relativos a estabelecimentos de ensino e outros edifícios	S	60%	72%	12%	
		23	Taxa de execução de vistorias realizadas face às solicitadas	S	90%	100%	10%	
7	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e das Medidas de Autoproteção	28	Nº de reuniões realizadas com as CM no âmbito do planeamento de emergência	S	12	15	3	
		29	Taxa de cumprimento do Plano de ações a executar no âmbito do PREPC	A	75%	75%	0%	
10	Melhorar o funcionamento interno do SRPC	34	Elaboração de pareceres jurídicos	A	Até 10 dias úteis após receção	100%	0%	
		35	Taxa de cumprimento da atualização das notas biográficas dos colaboradores	S	90%	100%	10%	
		36	Taxa de cumprimento dos registos de assiduidade	S	95%	100%	5%	
		37	Índice de satisfação dos funcionários	A	75%	64%	-9%	
		38	Taxa de execução do registo de património face ao adquirido	S	90%	100%	10%	
		39	% compromissos elaborados face aos nº de processos de despesa	A	100%	100%	0%	
		40	Elaboração dos Mapas de Reporte Mensais	A	100% até 06 cada mês	100%	0%	
		41	% funcionários que frequentaram ações de formação	NA	80%	69%	-11%	
Qualidade								
9	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança	32	Taxa de execução do plano Anual de Auditorias Internas	A	65%	65%	0%	
		33	Índice de satisfação do serviço prestado (INQUÉRITO)	A	75%	69%	-6%	
11	Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil	42	Nº pessoas abrangidas pelas campanhas de sensibilização no âmbito do programa "Segurança em casa, na rua e na escola "	S	3000	3078	78	
		43	Índice de satisfação no âmbito do Programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	S	75%	99%	24%	
		44	Nº de visitas mensais à página WEB	S	3000	3090	90	



		45	Nº de boletins editados	NA	2	1	-1	
		46	Nº de ações de formação nas escolas no âmbito do programa "3 gestos para salvar uma vida"	A	8	8	0	
		47	Taxa de cumprimento dos Planos Mensais de ações de divulgação/sensibilização	S	90%	100%	10%	

3.4. Detalhe dos Objetivos do Quadro SIADAP-RAM 1

3.4.1. OE 1 - Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais suscetíveis de afetar o normal desenvolvimento das atividades da Região Autónoma da Madeira.

Este objetivo estratégico materializou-se nos objetivos operacionais 1,2,4 e 5:

- Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional;
- Promover o levantamento dos riscos que possam afetar o normal desenvolvimento das atividades na RAM;
- Concretizar as iniciativas legislativas necessárias à evolução sustentada do socorro e emergência na RAM;
- Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do DROR, através da formação;
- Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP1	Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional	1	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Aquisições	60%	85%	25%
		3	Taxa de aumento dos efetivos do SEMER	8%	0%	-8%
		4	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Inspeções da IRB	100%	100%	0%
		5	Nº de exercícios, de âmbito regional, participados	2	2	0%
Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios						



Ind 1

As aquisições constantes no Plano Anual de Aquisições estão vocacionadas para a eficiência do Dispositivo de resposta operacional, com base nas receitas oriundas das taxas de seguros. A sua consecução continua a ser afetada pelo atraso com que normalmente é autorizado a reposição do saldo do ano anterior e pelo PAEF que, ao limitar o aumento do nível de investimento regional, obriga a que os equipamentos não possam ser adquiridos diretamente pelo SRPC, mas através de transferências para as ABV e CM, através de contratos programa e acordos de colaboração, respetivamente. Esta opção leva a que se percam as vantagens de economia de escala assim como a uniformidade no tipo de equipamentos. Por outro lado, devido à reduzida capacidade administrativa das ABV, leva a dificuldades no cumprimento do CCP.

Apesar de todas as contrariedades, a taxa de execução superou a meta definida

Ind 3

Os requisitos exigidos para a integração no SEMER, particularmente a frequência de curso respetivo e a realização de estágios, limitaram o número de potenciais candidatos.

Ind 4

O plano de inspeções aos corpos de bombeiros contou com uma segunda ronda, pelo que as ações inicialmente previstas foram duplicadas e foi mesmo efetuada uma 3ª ação, por deteção de não conformidades numa corporação.

Ind 5

No âmbito do cumprimento deste indicador, foram realizados, para além dos diversos exercícios de âmbito Municipal em que o SRPC, IP-RAM assistiu como observador (Centros Comerciais / Unidades Hoteleiras / Escolas ...etc), também participou em 2 exercícios de âmbito regional, em todas as fases da sua realização:

MORSA14

- Exercício da responsabilidade do Comado da Zona Militar da Madeira teve como objetivos, exercitar os procedimentos técnicos e táticos de planeamento e condução de OMIP, de acordo com o estabelecido nas Diretivas em vigor.

Aeroporto do Porto Santo

- Exercício bianual, da responsabilidade da ANAM, que visa testar os planos de emergência interno e externos.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP2	Acompanhar a definição da tipologia de riscos que possam afetar o normal desenvolvimento das atividades na RAM	7	Elaboração dos pareceres finais relativos aos Relatórios de Riscos das Autarquias	Não avaliado	Não avaliado	.
		8	Elaboração de pareceres prévios sobre Planos Municipais de Emergência	Até 90 dias após entrada	100%	0%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 7

Este indicador não foi possível avaliar pois não foram submetidos a apreciação quaisquer Relatórios de Riscos apresentados pelas autarquias

Ind 8

Em 2014 não deram entrada PMEPC. Apenas foi apreciado o PMEPC do Funchal, que transitou do ano anterior

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
		9	N.º de propostas de adaptação de diplomas legislativos e normativos de	Não avaliado	Não avaliado	-



OP3	Promover as iniciativas legislativas necessárias à evolução sustentada do socorro e emergência na RAM		âmbito nacional (Leis, Decretos-Lei, Portarias, Despachos...) e iniciativas de diplomas legislativos e normativos de âmbito regional (Decretos Legislativos Regionais, Decretos Regulamentares Regionais, Portarias, Despachos...) formalizadas.			
		10	Elaboração de processos de adaptação regional de legislação nacional em vigor, no âmbito dos bombeiros, assim como os regulamentos consequentes.	Não avaliado	Não avaliado	-
		11	Atualização dos Estatutos do SRPC IP-RAM	Não avaliado	Não avaliado	-

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 9

Durante o ano 2013 foram submetidas a apreciação da tutela algumas propostas no âmbito deste indicador que, durante o ano 2014 não tiveram implementação, pelo que a falta de resposta da SRAS impossibilitou a avaliação do indicador.

Ind 10

As propostas de adaptação necessárias à transposição de decretos-leis e regulamentos; por decisão da SRAS - e porque têm a ver sobretudo com um dos diplomas (adaptação do DL 248/2012) continuaram, em 2014, a aguardar decisão de publicação. Desta forma, não houve elementos para avaliar este indicador.

Ind 11

Os Estatutos do SRPC, IP-RAM foram publicados, em 2013, através da Portaria Conjunta da Vice-Presidência e das Secretarias Regionais das Finanças e dos Assuntos Sociais, pelo que este indicador foi incorretamente incluído.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP4	Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do DROR, através da formação	12	Nº de formadores a certificar em Salvamento e Desencarceramento, Incêndios Florestais e Comunicações	5	9	4
		13	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Formação Sectorial para os elementos do DRO	70%	73%	3%
		14	Nº de elementos (bombeiros e outros agentes proteção civil) que frequentaram ações de formação.	220	504	284
		15	Índice de satisfação dos formandos que frequentaram as ações de formação	75%	82%	7%
		16	Taxa de cumprimento do Plano de Formação em Comunicações para agentes de proteção civil	70%	0%	-70%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios



Ind 12

A melhoria da coordenação com a ENB, o aumento da capacidade de oferta de ações de formação para formadores e a existência de competências pedagógicas por parte dos candidatos a formadores, possibilitou um planeamento mais eficaz que se refletiu positivamente neste indicador.

Ind13

Planeados 49 cursos para 2014, em que estiveram incluídos os Módulos para 3 novas Escolas de Bombeiros, foram realizados 38, por imposição de contingências operacionais ligadas aos Corpos de Bombeiros e por não estarem concluídas as infraestruturas dos cenários de formação, nas áreas do Combate Incêndios Urbanos e Industriais e Salvamento e Desencarceramento.

Ind14

Diretamente ligado ao indicador anterior a sua superação deveu-se, em parte, não só a realização de formações para além das que estavam planeadas, mas também ao aumento do número de participantes em cada formação, nas diferentes áreas.

Ind15

A análise dos dados relativos ao grau de satisfação dos formandos, foi realizada em termos globais e registou oscilações percentuais entre os 59 e 92%, superando significativamente a meta. Esta variação poderá refletir a variação da carga horária das componentes, teórica e prática, das formações e os destinatários das mesmas.

Ind16

A existência de apenas um técnico devidamente credenciado para assegurar a formação no âmbito deste plano e a necessidade do seu empenhamento noutras atividades de caráter operacional, determinou o não cumprimento deste indicador.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP5	Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.	17	% pareceres emitidos face ao nº de Programas DAE recebidos	90%	100%	10%
		18	Nº Contratos-Programa com ABV, CM e CVP propostos, para aquisição e manutenção de equipamentos no âmbito da operacionalidade do DRO.	10	11	1
		19	Elaboração do processo de medidas de autoproteção do Núcleo de Instalações e Formação do SRPC, IP-RAM	Até 30 de junho	Não avaliado	-
		20	Elaborar Notas Técnicas específicas do Regulamento Técnico de SCIE (RAM)	Até 60 dias após publicação RTSCIE	Não avaliado	-
		21	Taxa de execução de pareceres emitidos face nº de processos recebidos no âmbito da SCI	90%	90%	0%
		22	Taxa de execução de pareceres emitidos face ao nº de processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção, relativos a	60%	72%	12%



		estabelecimentos de ensino e outros edifícios			
	23	Taxa de execução de vistorias realizadas face às solicitadas	90%	100%	10%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 17

Foram garantidos os respetivos pareceres a todos os Programas DAE recebidos.

Ind 18

Foram celebrados Contratos Programa com as entidades detentoras de Corpos de Bombeiros – Câmaras Municipais e Associações Humanitárias:

- 7 com as Associações de Bombeiros Voluntários da RAM;
- 1 com a Cruz Vermelha Portuguesa;
- 3 Acordos de Colaboração com as Câmaras Municipais do Funchal, Santa Cruz e Machico

Ind 19

Este indicador não foi avaliado, por falta de elementos.

Ind 20

Não avaliado por falta de elementos

Ind 21

As competências atribuídas ao SRPC IP RAM no âmbito da análise e verificação das condições de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE), de diversas tipologias de edifícios e recintos sujeitos a operações urbanísticas na RAM, estão relacionadas com as principais atribuições e atividades do Núcleo de Análise de Riscos (NAR). A taxa de execução de pareceres emitidos e de resposta a pedidos de intervenção efetuados neste âmbito, alcançou a meta preconizada, sendo que a atual conjuntura económica e consequente redução de novos projetos, influenciou os resultados alcançados.

Ind 22

A concretização deste indicador traduz a apreciação e parecer das medidas de autoproteção propostas para a fase de exploração ou utilização dos edifícios e recintos, tendo sido possível neste âmbito superar a meta instituída. O apoio do técnico estagiário, contribuiu para ter sido possível superar a meta instituída.

Ind 23

Estas ações de fiscalização, visam verificar a conformidade das obras executadas com os respetivos projetos de SCIE. Os resultados obtidos superam a meta preconizada. O SRPC, através do NAR, tem conseguido corresponder a todas as convocatórias de vistorias de SCIE que são devidamente solicitadas.



3.4.2. OE 2 - Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão.

Este objetivo estratégico materializou-se nos objetivos operacionais 6, 7 e 8:

- Melhorar a informação técnica e operacional ao público em geral e aos agentes de proteção civil em particular;
- Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança;
- Desenvolver o sistema de aviso, alerta e alarme para o DROR.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP6	Promover a divulgação de informação técnica e operacional junto dos agentes de proteção civil	24	Taxa de cumprimento do plano de auditorias ao RNBP	90% até jun; 100% até dec	100%	0
		25	Homologação dos novos regulamentos internos dos CB voluntários e mistos de acordo com o novo quadro jurídico	Até 30 dias após entrada procº	Não avaliado	-
		26	Taxa de Implementação do sistema de referência TETRA para o DRO	80%	100%	20%
		27	Nº de normas elaboradas, no âmbito da institucionalização de procedimentos operacionais	5	5	0

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 24

As auditorias ao RNBP, no ano em análise, foram efetuadas mensalmente, de forma remota através da plataforma; as intervenções efetuadas na sequência dessas auditorias, consubstanciadas pela introdução de ações corretivas e de melhoria, revelaram-se essenciais para os resultados globais alcançados

Ind 25

Este indicador, que se reportava à homologação de Regulamentos Internos, não teve matéria para avaliação, já que nenhum exemplar foi apresentado, devido à não implementação das propostas legislativas referidas no indicador 10.

Ind 26

Com a instalação dos módulos GPS em todos os terminais TETRA do SIRESP distribuídos ao Dispositivo de Resposta Operacional Regional e a implementação de um sistema de georreferenciação, permitiu a visualização da localização de todos os meios empenhados nas operações de socorro. Durante o ano 2014 foram introduzidas algumas melhorias, que se traduziram num aumento qualitativo na capacidade de gestão das ocorrências ao nível do socorro e emergência.

Ind 27



Com vista à institucionalização de procedimentos, quer técnicos quer operacionais, foram elaborados os seguintes documentos:

- Diretiva Operacional nº1 – Emprego Operacional dos meios de intervenção em socorro e resgate em montanha;
- Diretiva Operacional nº 2 – Apoio Militar às operações de proteção civil;
- NEP 21601/2014 – Normas e Procedimentos de Exploração da Rede de Comunicações Radio (SIRESP);
- NEP 1301/2014 – Modelo Relatório Operacional;
- NEP 1701/2014 – Apoio dos Meios Aéreos (Forças Armadas).

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP7	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e das Medidas de Autoproteção	28	Nº de reuniões realizadas com as CM no âmbito do planeamento de emergência	12	15	3
		29	Taxa de cumprimento do Plano de ações a executar no âmbito do PREPC	75%	75%	0%

29 Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 28

No decurso de 2014 foram realizadas as seguintes reuniões com as CM da RAM:

- Uma nas Câmaras Municipais: Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Porto Moniz e Porto Santo.
- Duas nas Câmaras Municipais: Machico, Calheta, São Vicente e Santana.

Principais temas abordados:

- Coordenação da ação de proteção civil ao nível municipal;
- Sistema Regional de Aviso e Alerta – Receção e difusão de informação - Avisos meteorológicos e comunicados técnico-operacionais;

Ind 29

Entrega e aprovação de novas versões do PREPC, incluindo o relatório de riscos (com base nos pareceres da comissão de acompanhamento)

- Consulta Pública
- Elaboração do Relatório da Consulta Publica.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP8	Desenvolver o sistema de aviso, alerta regional	31	Taxa de cumprimento do Plano de Implementação do Sistema AAA Regional	60%	100%	40%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 31

Com a elaboração do PREPCRAM, este indicador foi cabalmente cumprido, constituindo uma área incluída naquele plano.



3.4.3. OE 3 - Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de proteção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos níveis de preparação e prevenção

Este objetivo estratégico materializou-se nos objetivos operacionais 9, 10 e 11:

- Promover a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade;
- Melhorar o funcionamento interno do SRPC;
- Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil;

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP9	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança	32	Taxa de execução do plano Anual de Auditorias Internas	65%	65%	0%
		33	Índice de satisfação do serviço prestado (INQUÉRITO)	75%	69%	-6%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 32

Realizaram-se 13 auditorias internas das 20 que estavam planeadas, cumprindo-se a meta definida.

Ind 33

O Índice de satisfação dos Serviços prestados pelo SRPC obteve um desvio negativo de 6%. O nº reduzido de respostas ao inquérito poderá ter determinado este desvio. Há que implementar medidas que fomentem a resposta dos clientes aos inquéritos e, cumulativamente, analisar os itens com avaliação negativa.

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP10	Melhorar o funcionamento interno do SRPC	34	Elaboração de pareceres jurídicos	Até 10 dias úteis após entrada	100%	0%
		35	Taxa de cumprimento da atualização das notas biográficas dos colaboradores	90%	100%	10%
		36	Taxa de cumprimento dos registos de assiduidade	95%	100%	5%
		37	Índice de satisfação dos funcionários	75%	64%	-9%
		38	Taxa de execução do registo de património face ao adquirido	90%	100%	10%



	39	% de compromissos elaborados face aos nº de processos de despesa	100%	100%	0%
	40	Elaboração dos Mapas de Reporte Mensais	100% até dia 6 cada mês	100%	0%
	41	% de funcionários que frequentaram ações de formação	80%	69%	-11%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 34

A todos os pareceres que foram solicitados foi dada resposta dentro do prazo previsto

Ind 35

O número de trabalhadores que desempenham funções no SRPC IP-RAM, possibilitou a permanente e atempada atualização das respetivas NB

Ind 36

Apesar das recorrentes avarias dos terminais de registo biométrico, o controle da assiduidade foi permanentemente assegurado com recurso a métodos expeditos

Ind 37

Índice de Satisfação dos funcionários obteve um desvio negativo de 9%, pelo que se procurará, através da análise dos inquéritos, determinar quais as áreas onde devem ser introduzidas as necessárias medidas corretivas

Ind 38

Foi elaborado atempadamente, através do registo na plataforma SIAG

Ind 39

Foi cabalmente cumprida a legislação em vigor, LCPA. Mensalmente foi dada sobre o cumprimento do disposto nos n.ºs. 1 a 3 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos moldes do estabelecido no Artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31-A/2013/M de 31 de Dezembro

Ind 40

Os Mapas de reporte mensais foram elaborados dentro dos prazos determinados

Ind 41

Esta meta, não se conseguiu cumprir, por condicionalismos vários: inexistência de oferta formativa intersectorial (Plano Anual Formação da SRAS); DRAPL e disponibilidade pessoal e operacional dos funcionários

Objetivos Operacionais		Indicadores		Meta	Resultado	Desvio
OP11	Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil	42	Nº pessoas abrangidas pelas campanhas de sensibilização no âmbito do programa “ Segurança em casa, na rua e na escola ”	3000	3078	78
		43	Índice de satisfação no âmbito do Programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	75%	75%	0%
		44	Nº de visitas mensais à página WEB	3000	3090	90
		45	Nº de boletins editados	2	1	-1



	46	Nº de ações de formação nas escolas no âmbito do programa "3 gestos para salvar uma vida"	8	8	0
	47	Taxa de cumprimento dos Planos Mensais de ações de divulgação/sensibilização	90%	100%	10%

Principais Resultados Atingidos/Justificação dos Desvios

Ind 42

O cumprimento desta meta está diretamente relacionada com a adesão e motivação da comunidade escolar/educativa em cada estabelecimento de ensino e também com o empenho de todos os envolvidos neste projeto, pelo que foi superada. Foram realizadas 34 sessões envolvendo 18 estabelecimentos de ensino público/privados do 1º, 2º. e 3º. Ciclos, Pré-escolar e Escolas Profissionais, em que estiveram envolvidos cerca de 1565 alunos; 964 docentes; 448 não docentes e 110 pais/encarregados de educação.

Ind 43

Diretamente relacionado com o indicador anterior, o índice de satisfação verificado, refletiu as referências atrás descritas

Ind 44

No âmbito da informação aos cidadãos, o SRPC garantiu a permanente atualização do seu sítio web, consciente da importância da informação atempada. Contudo o número de acessos ao site está dependente da ocorrência de situações de proteção civil que dão visibilidade a este Serviço junto da população. Neste sentido, os acessos em "tempo normal" são tradicionalmente baixos (mínimo registado é de 2447), enquanto que, na ocorrência de condições meteorológicas adversas, por exemplo, os acessos ao site crescem exponencialmente (máximo atingido: 9207).

Ind 45

A escassez de recursos e o empenhamento em outras áreas nucleares do SRPC, obrigou a que não houvesse a necessária disponibilidade para a elaboração do boletim nº 2.

Ind 46

Muito embora seja um projeto que pretende garantir, de forma massiva, que cada cidadão se transforme num socorrista, a escassez de meios humanos disponíveis para garantir estas ações determinou alguma contenção na realização de sessões.

Ind 47

Através da mobilização dos técnicos do SRPC que, cumulativamente com as suas funções nos respetivos departamentos, tornaram possível o completo cumprimento dos Planos Mensais.

3.5. Evidenciação do disposto no n.º2 do Art. 14º do Decreto Legislativo Regional Nº 27/2009/M, que adapta à RAM a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

A autoavaliação integra informação respeitante à apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados, à avaliação do sistema de controlo



interno, ao desenvolvimento de medidas de reforço positivo, à audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços e à afetação real e prevista dos recursos humanos e financeiros conforme o Quadro SIADAP-RAM 1 executado, cujos resultados obtidos nestes itens são, de seguida, relatados.

3.5.1. Audição dos utilizadores dos serviços prestados pelo SRPC, IP-RAM – Clientes

A concretização desta ação foi efetuada através do envio de inquéritos, por correio eletrónico, para a avaliação de satisfação ao cliente no final de cada ano.

Procedeu-se à análise da perceção da satisfação dos utilizadores através da realização de um inquérito dirigido a Câmaras Municipais, Corporações de Bombeiros, Associações de Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha Portuguesa, IGA, ANAM, TELECOM, EEM, APRAM, GNR, Parque Natural da Madeira, Escolas e Órgãos de Comunicação Social.

No tratamento dos dados foi utilizado o programa Excel.

Período de realização do inquérito/questionário: 01/01/2014 a 31/01/2014.

No total de 55 questionários expedidos foram rececionados 8, o que correspondeu a uma taxa de resposta 15%.

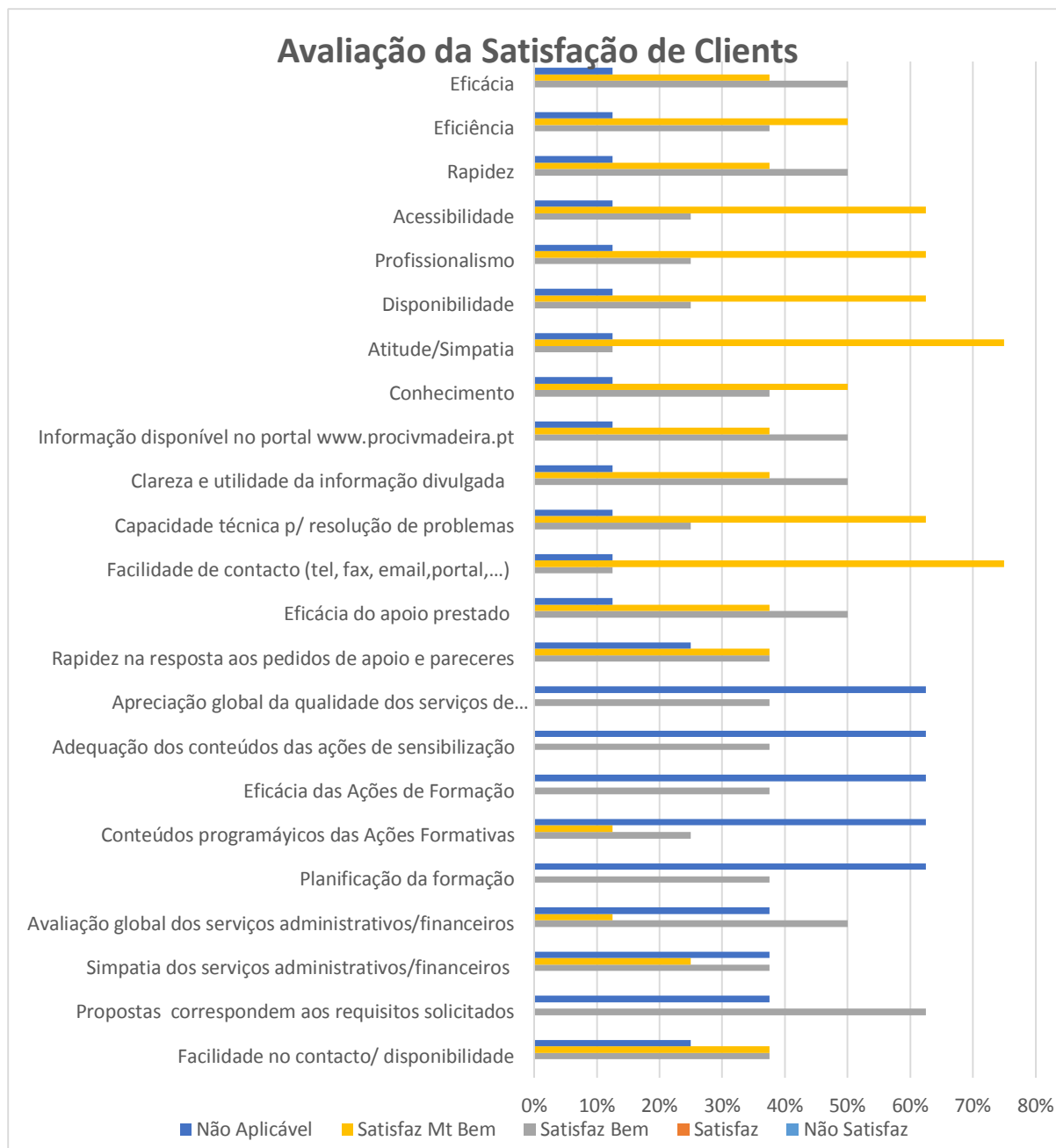
Análise de resultados

O utilizador/cliente procedeu à avaliação do seu nível de satisfação com o SRPC IP-RAM, numa escala de 2 a 5, em que 2 traduz *Não Satisfaz*, 3 *Satisfaz*, 4 *Satisfaz Bem* e 5 *Satisfaz Muito Bem* e NA *Não Aplicável*.

O resultado do inquérito revela o seguinte:

- É na “*Atitude/Simpatia*” e “*Facilidade de contacto*” que se regista o mais elevado nível de satisfação (75%).

Observa-se que no item referente a “*Propostas Correspondem aos Requisitos Solicitados*” expressa menor grau de satisfação, traduzidos numa percentagem de 63%.



Referente a avaliação de Satisfação dos clientes referentes a 2014

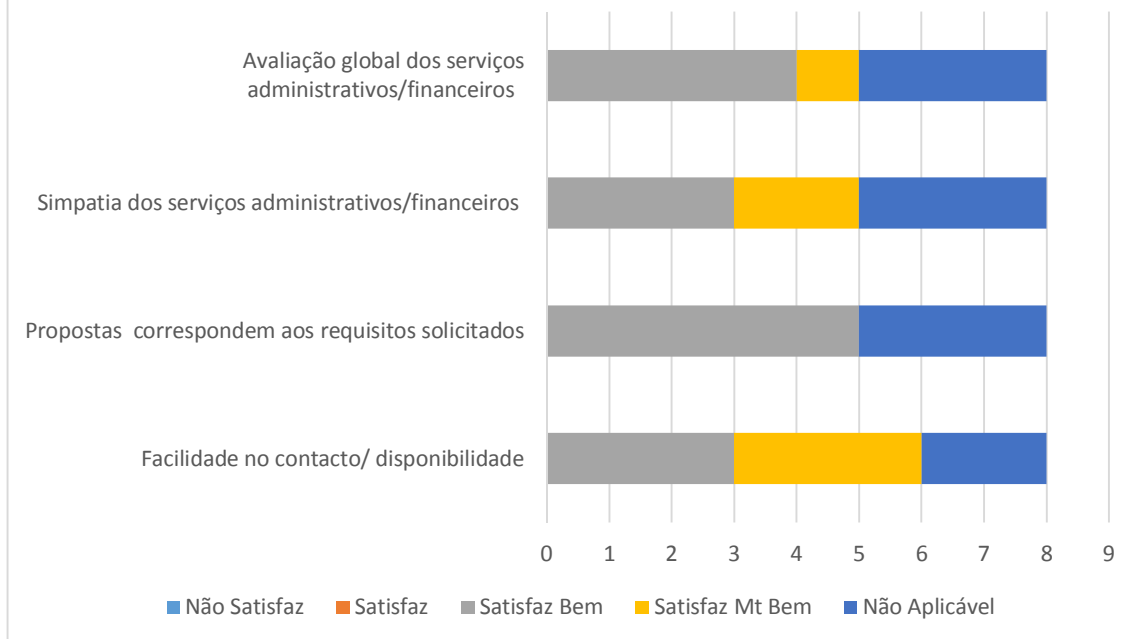
Satisfação Global com o SRPC IP-RAM

Globalmente, a taxa de Satisfação dos utilizadores/clientes relativamente aos serviços prestados pelo SRPC é de 69%.

Na análise por serviços, verifica-se que os Serviços Administrativos e Financeiros obtêm taxas de satisfação mais elevadas nos parâmetros às *“propostas apresentadas correspondem aos requisitos solicitados”* e a *“avaliação global dos serviços administrativos/ financeiros”*. Por outro lado, o parâmetro *“simpatia dos serviços administrativos/ financeiros”* obteve a classificação mais baixa.

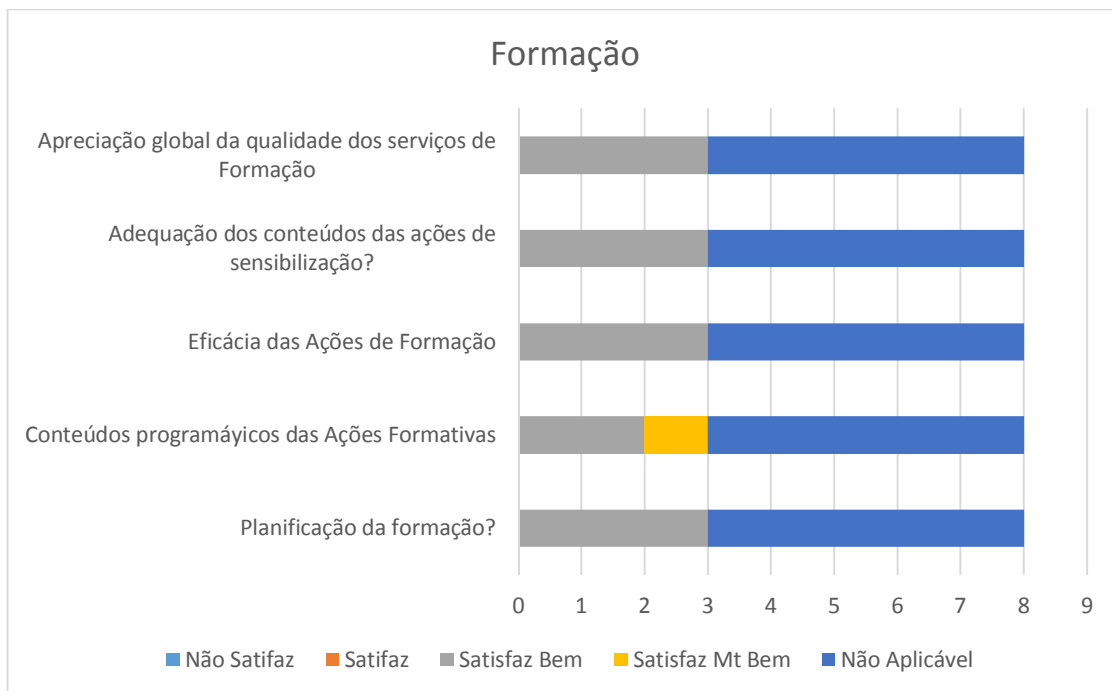


Serviços Administrativos e Financeiros



Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2014 referente aos serviços administrativos e financeiros

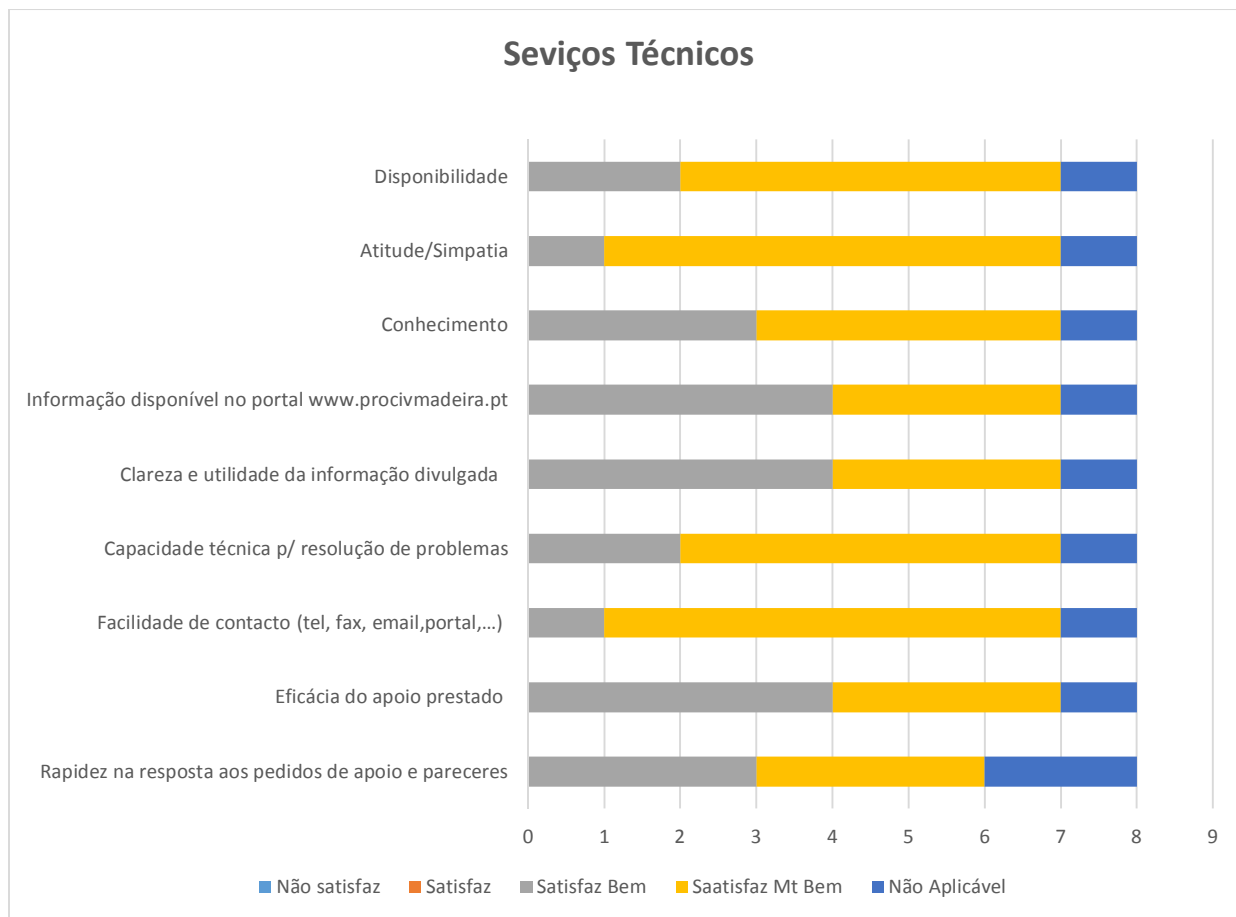
Relativamente aos Serviços de Formação, o parâmetro com grau de satisfação mais baixo, refere-se “Aos Conteúdos Programáticos das Ações Formativas”.



Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2014 referente aos serviços de Formação

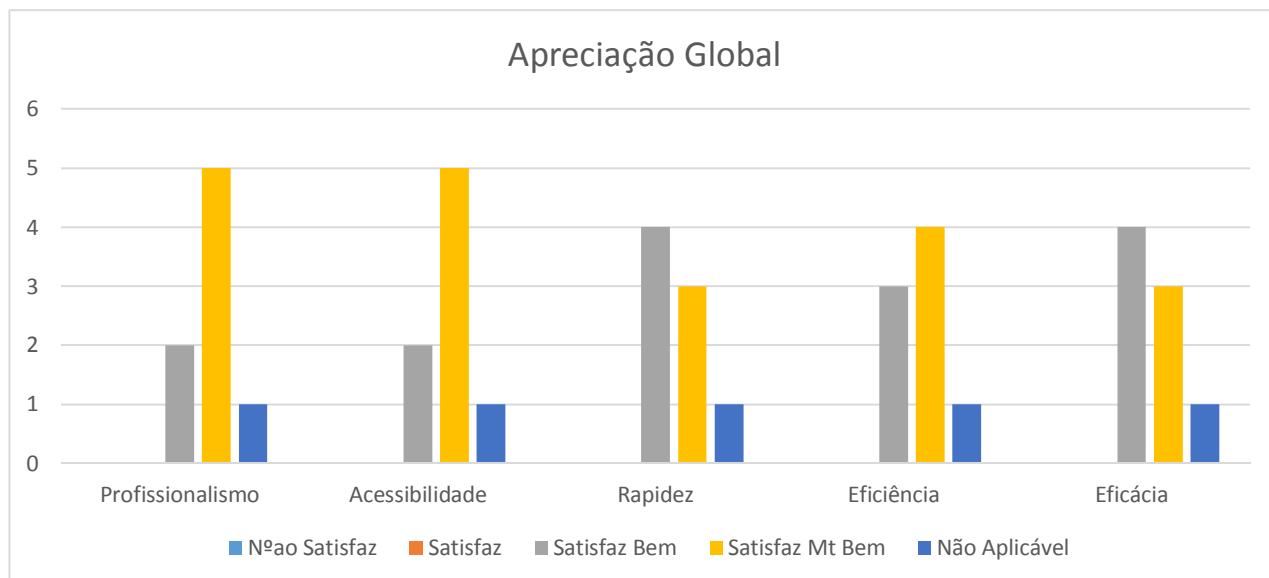


Relativamente aos Serviços Técnicos, os parâmetros com grau de satisfação mais elevado correspondem à “Atitude/Simpatia”, à “facilidade de contactos (telefone, fax, email, portal), ao “conhecimento”. O parâmetro que obteve a classificação mais baixa foi “Rapidez na resposta aos pedidos de apoio e pareceres”.



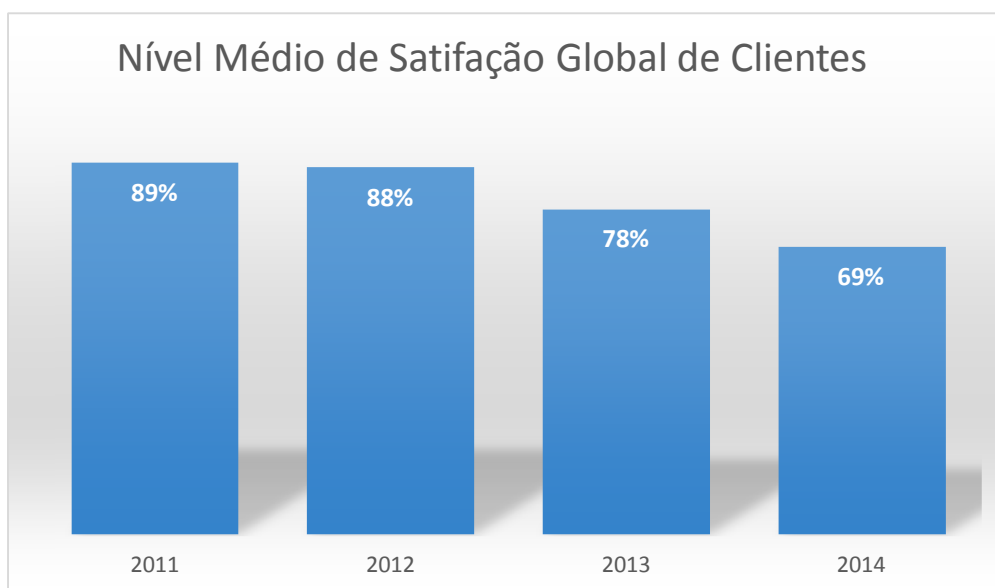
Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2014 referente aos serviços de Formação

Ao Nível da Apreciação Global do SRPC IP-RAM, os parâmetros com valores mais altos foram “*Profissionalismo*” e a “*Acessibilidade*” e o parâmetro com o valor mais baixo, foi a “*Rapidez*” e “*Eficácia*”.



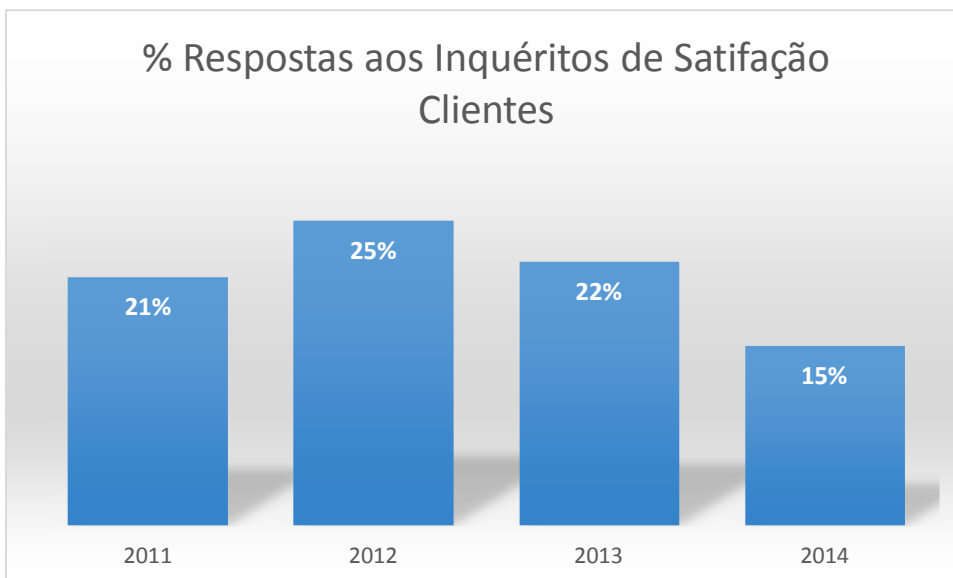
Resultado da avaliação de Satisfação dos Clientes 2014 referente aos serviços de Apreciação Global do SRPC IP-RAM

Comparação de resultados



Comparação dos últimos três anos do nível médio de satisfação global dos Clientes com o SRPC IP-RAM.

No que se refere à taxa de satisfação dos utilizadores/clientes com o SRPC IP-RAM, verifica-se uma tendência de diminuição, atingindo o valor mais baixo neste ano, com 69%.



Percentagem de respostas aos inquéritos de satisfação de clientes nos últimos três anos

Em termos de taxa de resposta, a partir de 2012, tem-se verificado uma diminuição, mais substancial em 2014, na ordem de 7%.

3.5.2. Audição dos colaboradores do SRPC, IP-RAM

A concretização desta ação foi efetuada através da distribuição do inquérito de satisfação aos colaboradores.

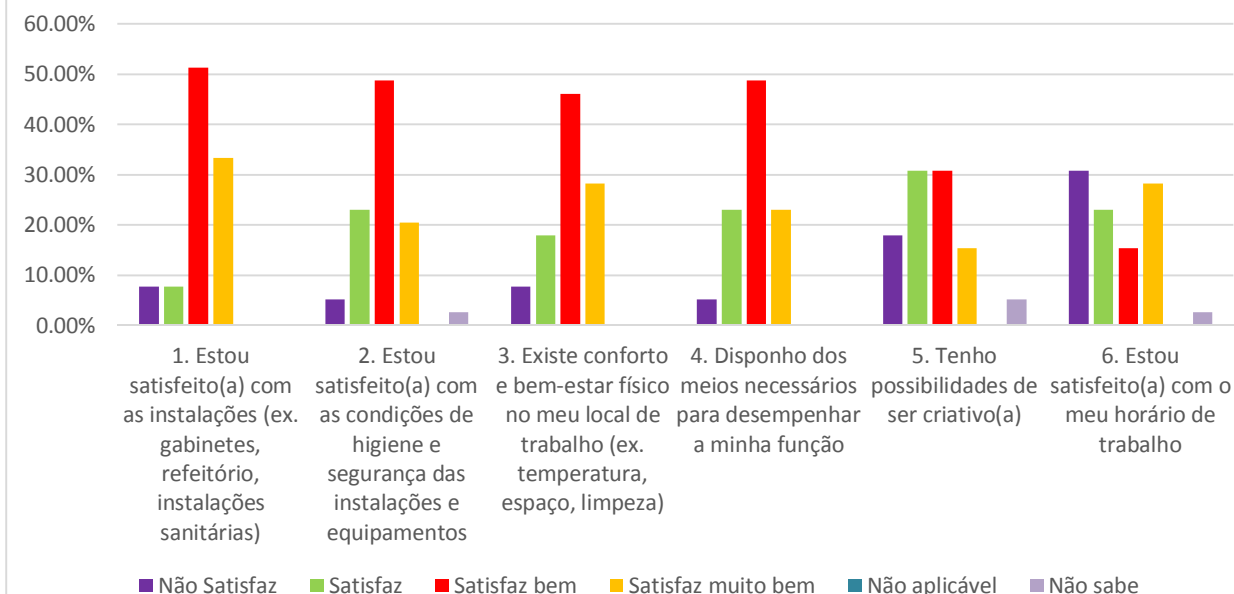
No total de 40 dos questionários entregues, 39 foram respondidos e devolvidos, o que corresponde a uma taxa de 97%.

Os colaboradores procederam à avaliação do seu nível de satisfação em quatro áreas temáticas, sendo elas: “Satisfação com as Condições de Trabalho”, “Satisfação com o Desenvolvimento Funcional”, “Satisfação com a Gestão e Sistema de Gestão” e “Satisfação com a Organização”.

A classificação utilizada é efetuada na seguinte escala: 2 – Não satisfaz, 3 – Satisfaz, 4 – Satisfaz bem, 5 – Satisfaz muito bem, NA - Não aplicável, NS – Não Sabe.



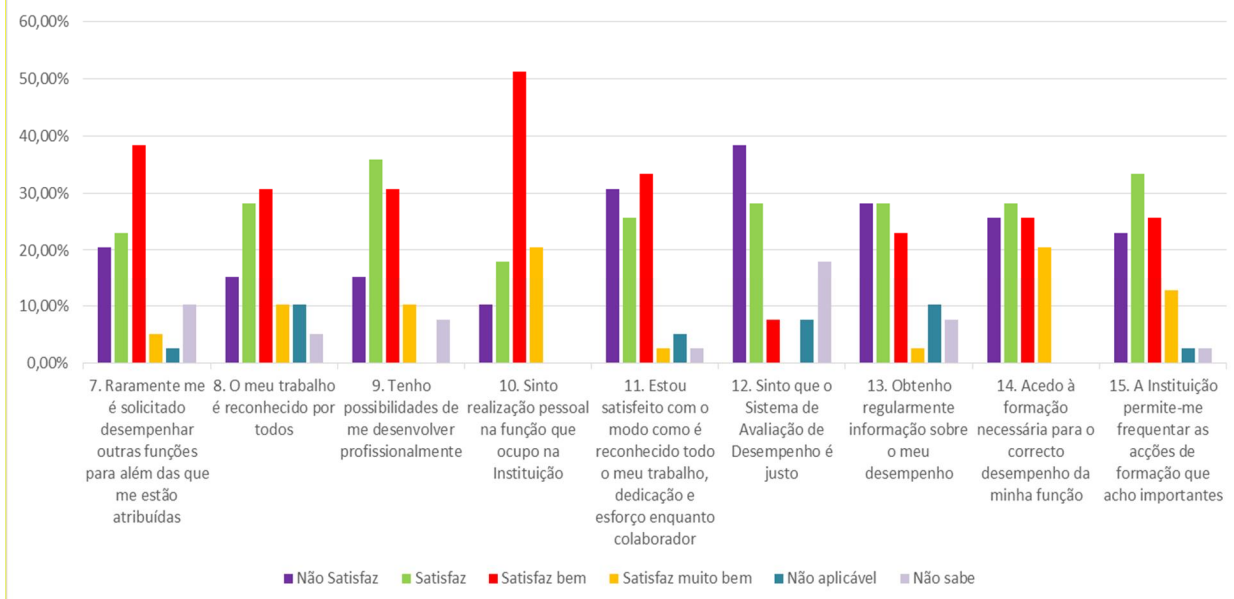
Condições de Trabalho



Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2014 relativamente às condições de trabalho

Observa-se que o grau de satisfação dos colaboradores, relativamente às Condições de Trabalho, é mais elevado no que diz respeito à “Satisfação com as instalações” e menos “tenho possibilidades de ser criativo” e com “o horário de trabalho”

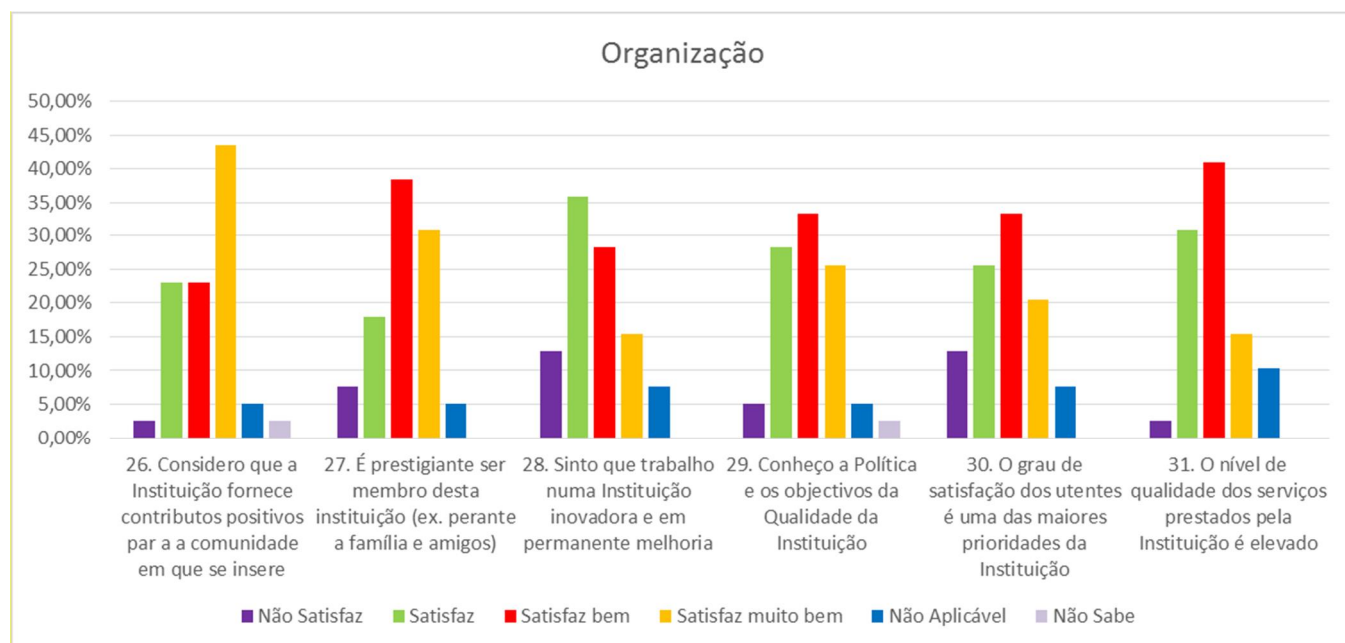
Desenvolvimento Funcional



Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2014 relativamente ao desenvolvimento funcional

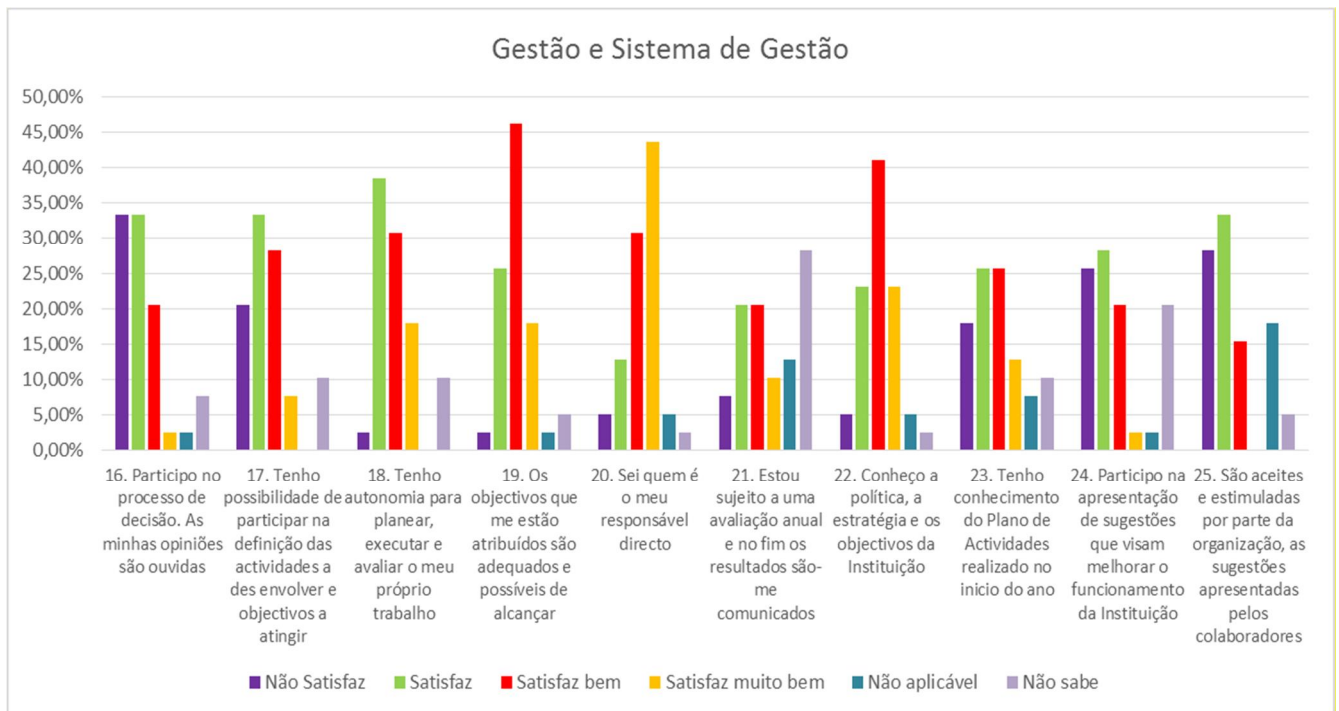


Observa-se que a satisfação dos colaboradores relativamente ao desenvolvimento funcional do SRPC IP-RAM é maior na “*Acedo à formação necessária para o correto desempenho da minha função*”, e o menor grau de satisfação refere-se “*ao sistema de avaliação de desempenho é justo*”.



Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2014 relativamente à organização.

A taxa de satisfação dos colaboradores com a Organização é maior no que se refere ao parâmetro “*Considero que a instituição fornece contributos positivos para a comunidade em que se insere*” e mais baixa para os parâmetros “*Sinto que trabalho numa instituição inovadora e em permanente melhoria*” e *Grau de satisfação dos utentes é uma das maiores prioridades da instituição*”

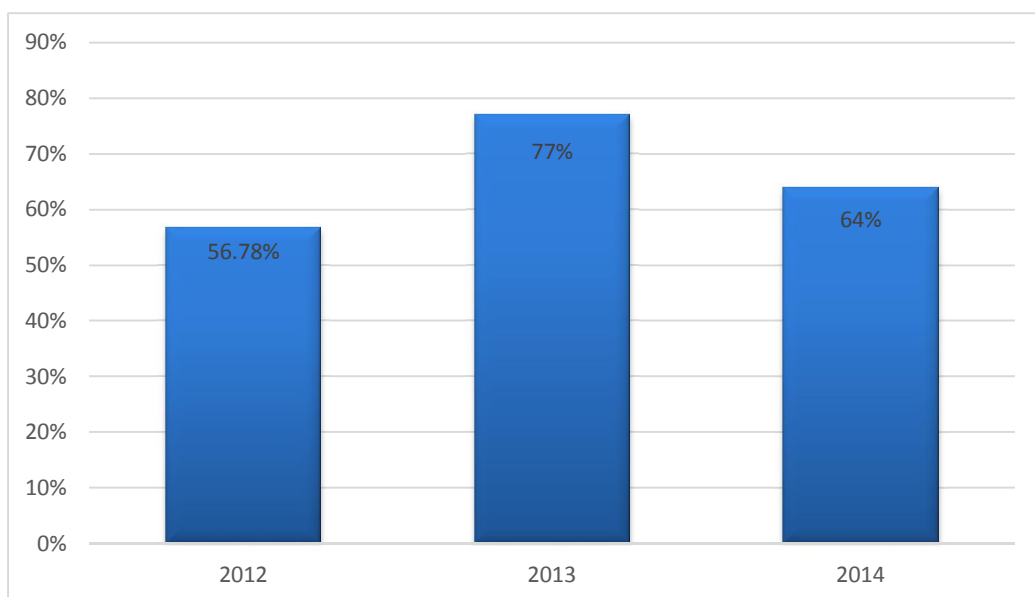


Resultado das questões dos inquéritos de satisfação aos colaboradores 2014 relativamente à Gestão e Sistema de Gestão

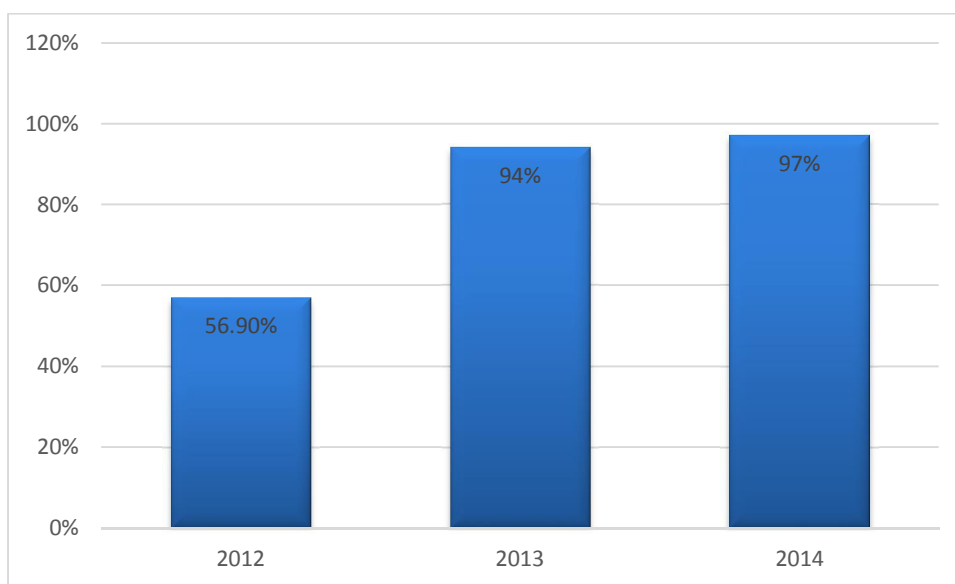
A taxa de satisfação mais elevada referente à Gestão e Sistema de Gestão diz respeito ao parâmetro “Sei quem é o meu responsável directo”, e o parâmetro mais baixo é “Participo no processo de decisão. As minhas opiniões são ouvidas”

Comparação dos resultados por ano

Comparando os anos de 2012, 2013 e 2014, verifica-se que em 2013 houve um aumento da taxa de satisfação dos colaboradores, voltando a diminuir em 2014.



Percentagem de respostas aos inquéritos de satisfação de colaboradores do ano 2014



Percentagem de respostas aos inquéritos de satisfação de colaboradores nos últimos três anos

Em termos de taxa de resposta, durante o ano de 2014 verificou-se uma sensível aumento de 3%.

Sugestões de melhoria

Não se registaram sugestões de melhoria



3.5.3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

O SRPC, IP-RAM procedeu periodicamente à autoavaliação dos procedimentos utilizados para cumprimento do seu sistema de controlo interno, seguindo o plano de monitorização dos indicadores definidos, através dos departamentos responsáveis pela sua realização.

A experiência acumulada relativa à implementação do SIADAP 1, tem garantido a melhoria na monitorização e no cumprimento desse plano. Verificou-se que, apenas 15% dos indicadores não foram cumpridos, podendo concluir-se que os resultados são positivos e as falhas identificadas serão tidas em consideração no futuro imediato.

3.5.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou com resultados insuficientes

Conforme se pode verificar através da análise detalhada de todos os indicadores, a maioria das causas que determinaram o incumprimento de alguns deles, deveu-se a fatores exógenos ao SRPC, IP-RAM e sobre as quais não foi possível exercer qualquer controle.

Por outro lado, o plano de monitorização dos objetivos/indicadores do Quadro SIADAP-RAM 1 obrigou ao pedido de reformulação, devidamente justificada.

3.5.5. Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional

No plano nacional, a instituição que apresenta algumas características idênticas, diferenciáveis sobretudo pela área de abrangência geográfica e não pela missão ou atribuições, é o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Contudo, a inexistência de qualquer dependência formal ou concertação relativa a modelos comuns de abordagem dos problemas ou metodologias de intervenção tipificadas por assunto, determina a impossibilidade de um referencial comum de atuação, dificulta e desvirtua a realização de qualquer análise comparativa.

Deste modo, a operacionalização da análise *de comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional* não é exequível por ausência de informação associada a indicadores de resultado e de impacte ao nível dos programas e projetos desenvolvidos por instituições similares, em padrões nacionais e internacionais.



3.5.6. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços

A avaliação do Quadro SIADAP-RAM 1 foi participada pelos dirigentes e trabalhadores durante todo o período de análise, referindo-se particularmente dois momentos distintos: na elaboração do Quadro SIADAP-RAM 1, diversos colaboradores participaram na construção dos indicadores visto que a informação relativa a este assunto, transmitida pelas chefias das unidades orgânicas à direção, teve como base essa reflexão; participaram igualmente na elaboração do presente relatório que sintetiza a informação produzida pelos serviços.

4. Atividade Operacional e Formação

4.1. Comando Regional de Operações de Socorro

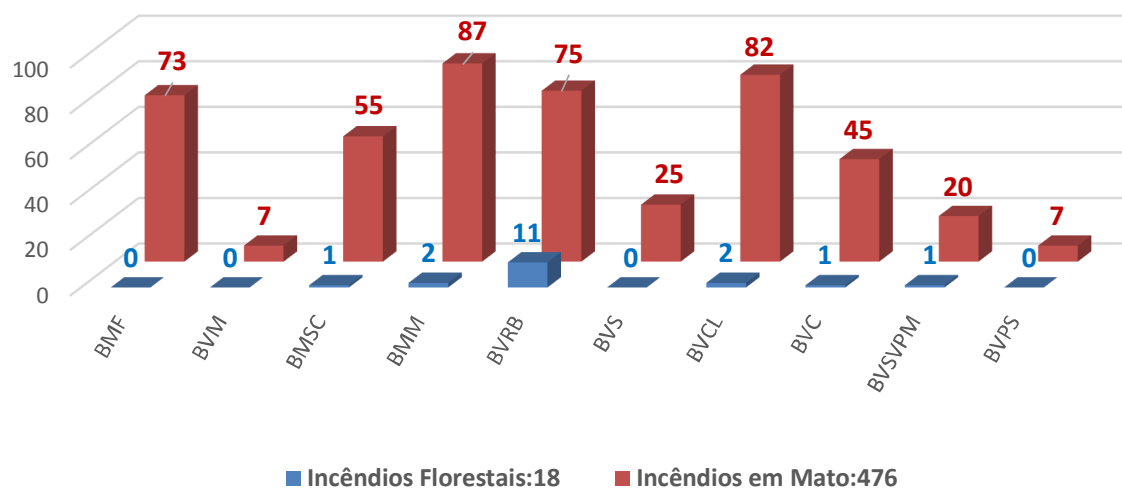
Sendo o departamento com funções de acompanhamento, coordenação e comando operacional das operações de socorro realizadas pelos corpos de bombeiros e outros agentes de proteção civil, assim como pelas entidades referidas nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, é importante relevar alguns dados que refletem a sua atividade:

4.1.1. Incêndios

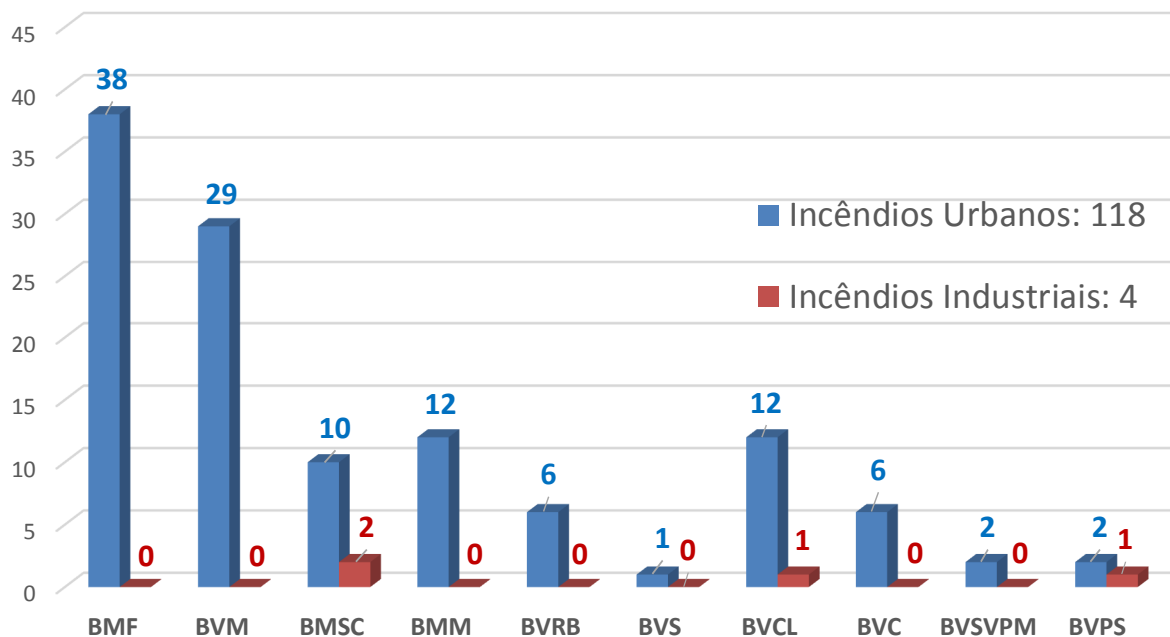
Os gráficos seguintes, traduzem as ocorrências que se verificaram e que obrigaram ao empenhamento do Dispositivo de Resposta Operacional.



INCÊNDIOS FLORESTAIS / EM MATO



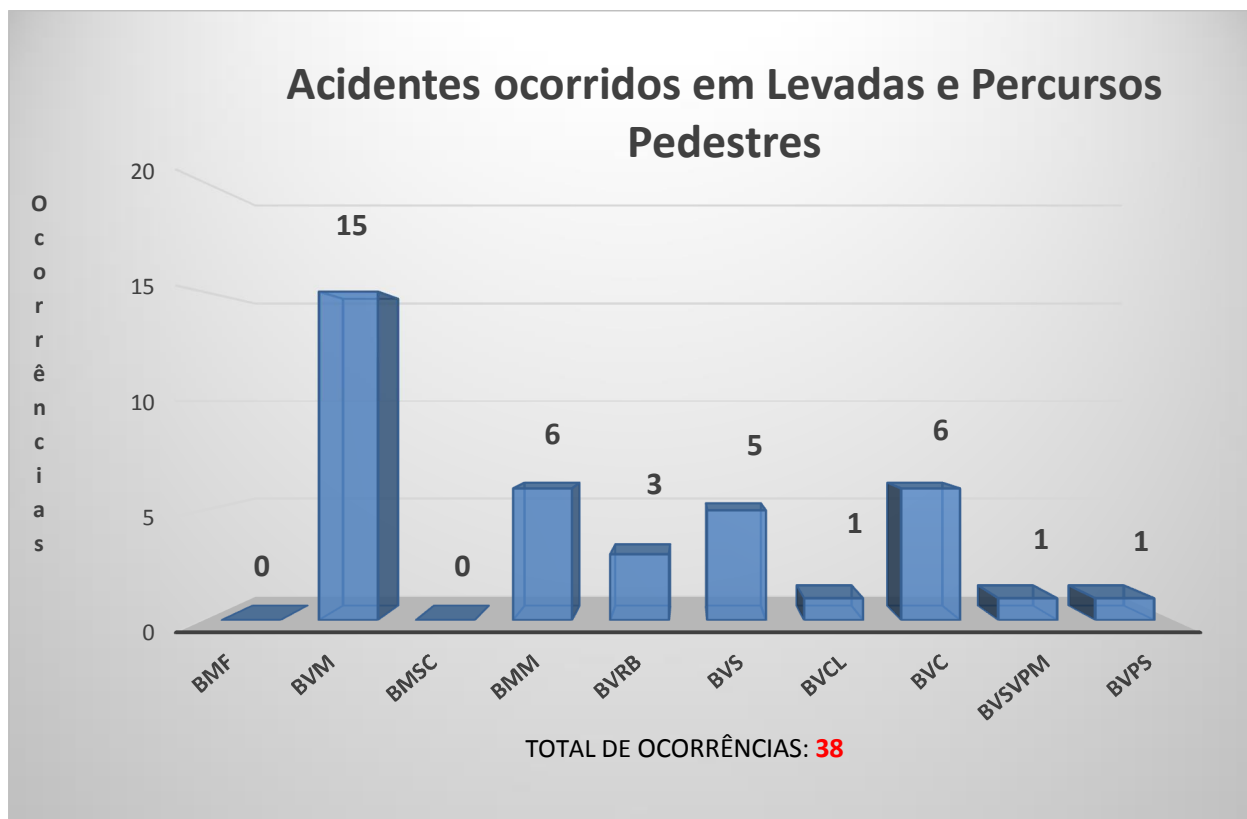
INCÊNDIOS URBANOS/ INDUSTRIAIS





4.1.2. Acidentes

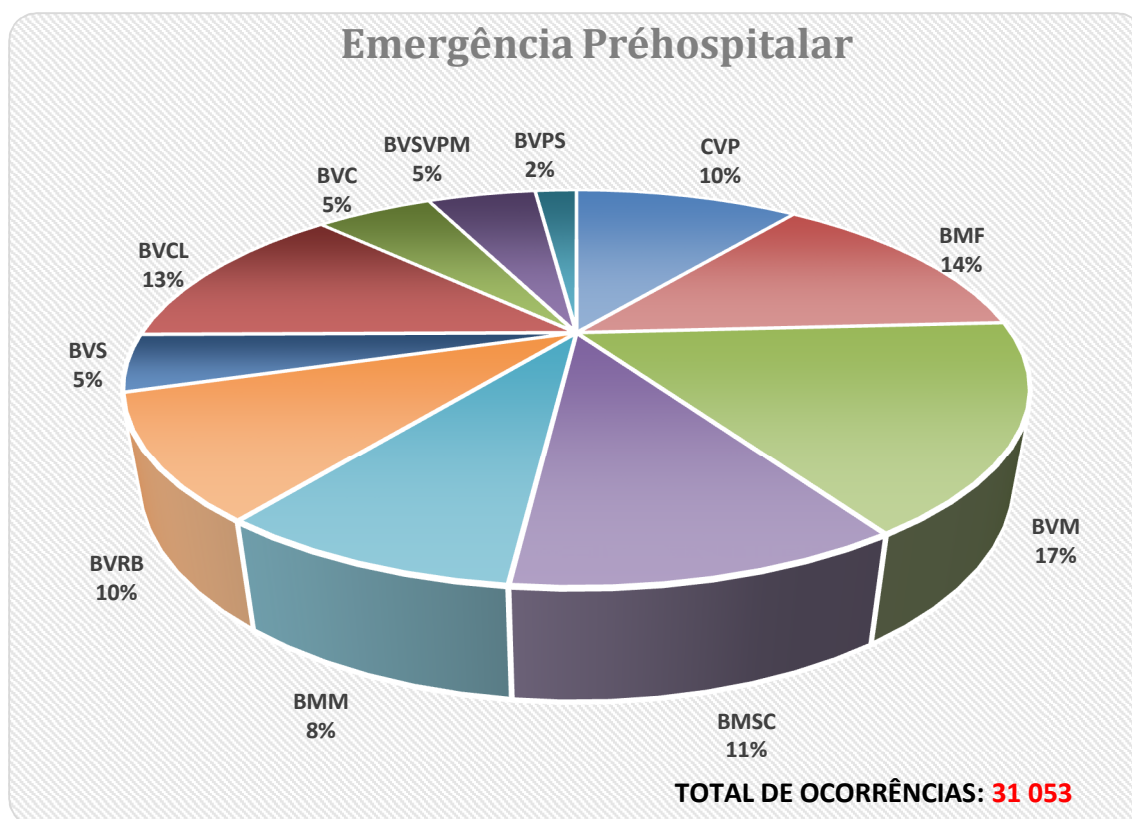
Pelas suas características, que obrigam à intervenção de equipas especiais, os gráficos seguintes refletem os acidentes ocorridos:



4.1.3. Emergência pré-hospitalar

O gráfico seguinte traduz o total das ocorrências de emergência pré-hospitalar verificadas durante o período em análise. Pela sua análise, verifica-se que as corporações situadas nos concelhos mais populosos tem um maior número de intervenções; Funchal, Ribeira Brava, Machico e Santa Cruz.

A média diária é de 85 ocorrências.



4.1.4. Principais Acontecimentos

Durante o ano 2014, há a destacar um acontecimento, no âmbito do socorro e emergência que, pela sua dimensão, meios mobilizados e, em alguns casos, pelas suas consequências, merecem uma referência mais detalhada e que em seguida se descrevem:

Condições Meteorológicas Adversas NOV 2014 (27 a 29)

No período compreendido entre 26 e 30 de Novembro de 2014, a Região Autónoma da Madeira deparou-se com condições meteorológicas adversas, nomeadamente ao nível da Agitação Marítima e do Vento Forte. Os modelos meteorológicos registavam previsões que levaram o Instituto Português do Mar e da Atmosfera a emitir um Aviso Vermelho para a Agitação Marítima na Costa Norte e Porto Santo (Válido entre **2014-11-28 15:00:00 e 2014-11-29 11:59:59 (hora UTC)**), bem como avisos Laranja para Vento e Precipitação em todas as Zonas definidas na Região (Zonas Montanhosas / Costa Norte / Costa Sul / Porto Santo), durante o período em análise. Estas previsões desencadearam por parte do SRPC/IP-RAM, através do Comando Regional de



Operações de Socorro, a adoção dos procedimentos estipulados, nomeadamente ao envio dos Comunicados Técnicos Operacionais, bem como a publicação de recomendações à população de acordo com as condições meteorológicas previstas.

• Condições Meteorológicas

No período de 26 a 30 de novembro o estado do tempo, no Arquipélago da Madeira, foi fortemente condicionado pela influência de uma vasta depressão, significativamente cavada, e por uma superfície frontal fria de grande atividade que deram origem a vento e agitação marítima forte, persistentes, e precipitação temporariamente moderada a forte.

	< 15	15 - 35	36 - 55	56 - 75	> 75
Santa Catarina/ Aeroporto	166	274	167	31	0
Funchal/Observatório	578	142	0	0	0
Porto Santo/Aeroporto	22	273	390	17	0
Porto Moniz	131	366	218	5	0
São Jorge	47	418	186	50	19
Funchal/Lido	622	98	0	0	0
Areeiro	36	247	347	83	7
Canical/Ponta de São Lourenço	88	205	301	123	3
Lombo da terça	4	311	289	82	34
Lugar de Baixo	489	224	7	0	0
Calheta/Ponta do Pargo	183	422	81	34	0

Número de registos com intensidade média do vento em períodos de 10 minutos, nas classes indicadas (< 15 km/h e .. > 75 km/h).

	50-60	60-70	70-80	80-90	90-100	100-110	110-120	120-130	130-140	>=140
Santa Catarina/ Aeroporto	59	69	63	67	26	4	2	0	0	0
Funchal/Observatório	27	13	3	0	0	0	0	0	0	0
Porto Santo/Aeroporto	156	150	93	34	4	2	0	0	0	0
Porto Moniz	128	73	79	46	11	2	1	0	0	0
São Jorge	75	94	106	73	61	39	28	13	4	3
Funchal/Lido	19	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Areeiro	83	118	130	97	78	53	32	14	2	1
Canical/Ponta de São Lourenço	114	128	97	99	86	31	18	0	1	1
Lombo da terça	172	78	69	66	42	18	11	5	0	0
Lugar de Baixo	49	17	1	1	0	1	0	0	0	0
Calheta/Ponta do Pargo	108	84	62	33	9	3	3	0	0	0

Número de registos em períodos de 10 minutos com as maiores rajadas, nas classes indicadas (50-60> = 140 km/h) e cores correspondentes a avisos meteorológicos para a intensidade do vento.

Estação	Int. média (10 min)	Rajada (Km/h)
Santa Catarina /Aeroporto	71	115
Funchal/Observatório	32	77
Porto Santo / Aeroporto	62	101
Porto Moniz	61	111
São Jorge	98	143
Areeiro	81	148
Canical P. S. Lourenço	81	149
Lombo da Terça	91	129
Lugar de Baixo	41	104
Calheta / Ponta do Pargo	72	112

Maiores valores médios da intensidade do vento em 10 minutos e maiores rajadas registadas, durante o período considerado.

	10 min	30 min	1 h	3 h	6 h	12 h	24 h	26 a 30
Santa Catarina/ Aeroporto	3,1	4,3	7,1	17	23,7	41,3	42,2	48,6
Funchal/Observatório	1,7	3,2	5,5	12	20,4	34,6	37,9	48
Porto Santo/Aeroporto	5	7,9	13,6	16,3	18,6	22,7	33,6	47,4
Porto Moniz	3	3,4	5,7	8,1	10,9	14	22,6	42
São Jorge	2,3	3,6	4,8	10,6	14,6	19,3	24,5	37,9
Santana	2,9	6,8	9,4	20,1	29,7	37	49	71,7
São Vicente	3,2	5,4	6,1	10,6	15,1	22,4	33,6	54
Bica da Cana	3,7	5,8	9,6	18,2	30,4	55,1	76,2	165,7
Funchal/Lido	1,5	3,4	4,4	8	13	20	22,1	32,5
Areeiro	5,4	12,9	17,1	42,5	74,9	138,4	170,7	227,2
Santo da Serra	4,1	5,5	10,3	22,3	29,5	43,8	53,4	73,9
Canical/Ponta de São Lour	3	4,6	6,9	10,9	15,2	22	30,4	36,8
Lombo da terça	1,1	1,7	2,5	4,3	6	8,3	11,5	31,8
Quinta Grande	4,4	7,7	8,3	14,6	26,6	35,5	44,3	55,4
Lugar de Baixo	2,2	5,4	7,2	15,9	22,9	35,8	47,1	66,2
Calheta/Ponta do Pargo	2,6	4,2	4,3	4,3	5,3	7,1	12,5	23,3

Maiores valores da precipitação registados em períodos de 10, min, 30 min, 1 h, 3 h, 6 h, 12 h, 24 h e no período de 26 a 30 de novembro de 2014

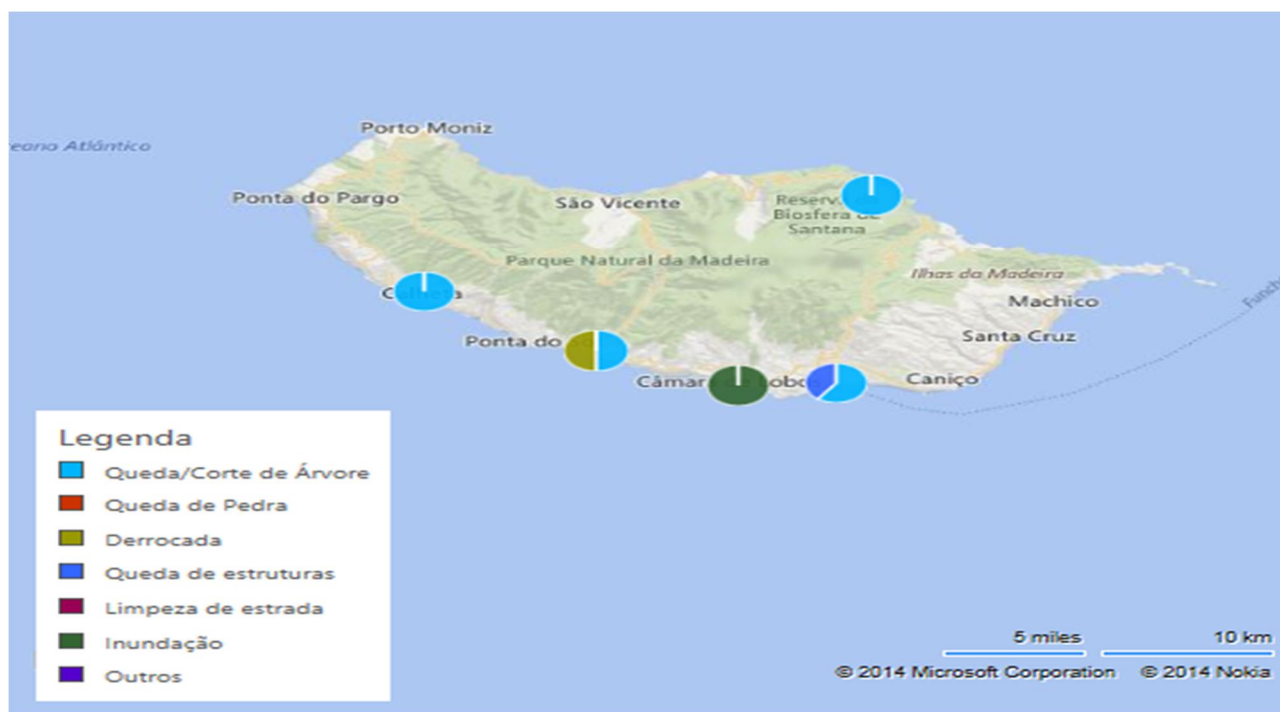
• Ocorrências

- ✓ Número de ocorrências dia 27 de Novembro



	Queda/Corte de Árvore	Queda de Pedra	Derrocada	Queda de estruturas	Limpeza de estrada	Inundação	Outros
Calheta	1	0	0	0	0	0	0
C. de Lobos	0	0	0	0	0	1	0
Funchal	6	0	0	4	0	0	0
Rib. Brava	1	0	1	0	0	0	0
Santana	1	0	0	0	0	0	0
Total	8	0	1	4	0	1	0

Total de ocorrências registadas de 27 Novembro 2014



Localização das ocorrências registadas de 27 Novembro 2014

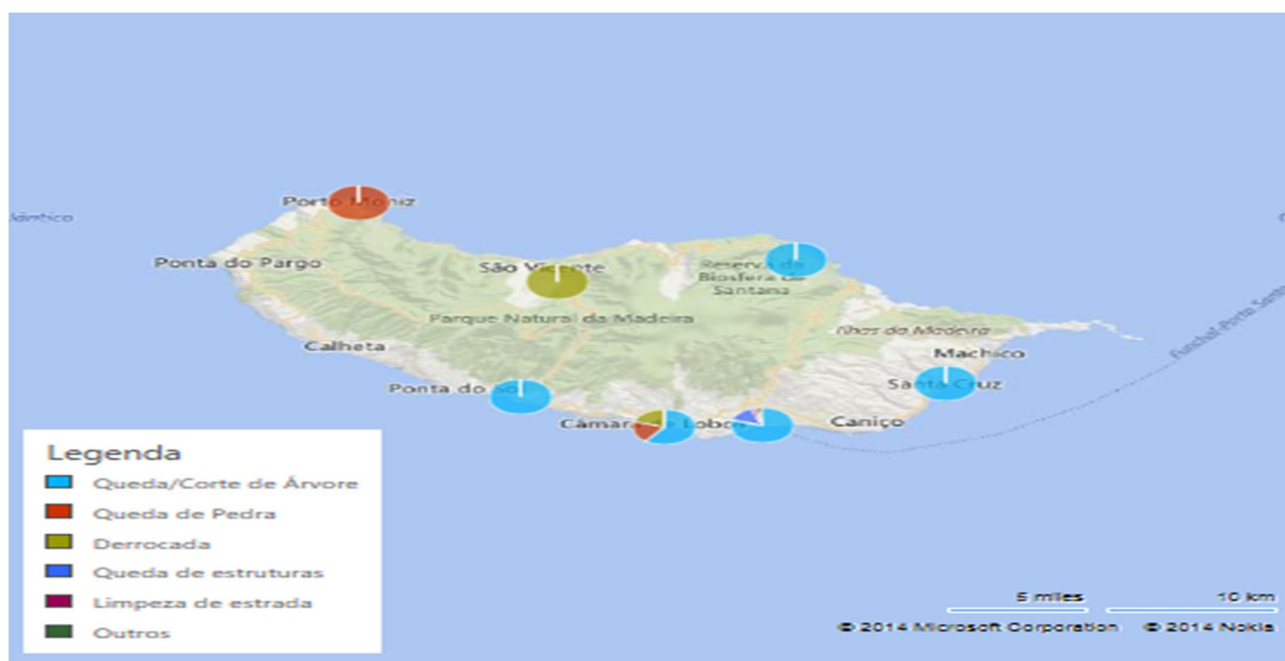
✓ Número de ocorrências dia 28 de Novembro

	Queda/Corte de Árvore	Queda de Pedra	Derrocada	Queda de estruturas	Limpeza de estrada	Outros
C. Lobos	3	1	1	0	0	0
Funchal	28	0	0	5	1	1
Ribeira Brava	2	0	0	0	0	0



Santa Cruz	3	0	0	0	0	0
Santana	3	0	0	0	0	0
Porto Moniz	0	1	0	0	0	0
S. Vicente	0	0	1	0	0	0
Total	39	2	2	5	1	1

Total de ocorrências registadas de 28 Novembro 2014

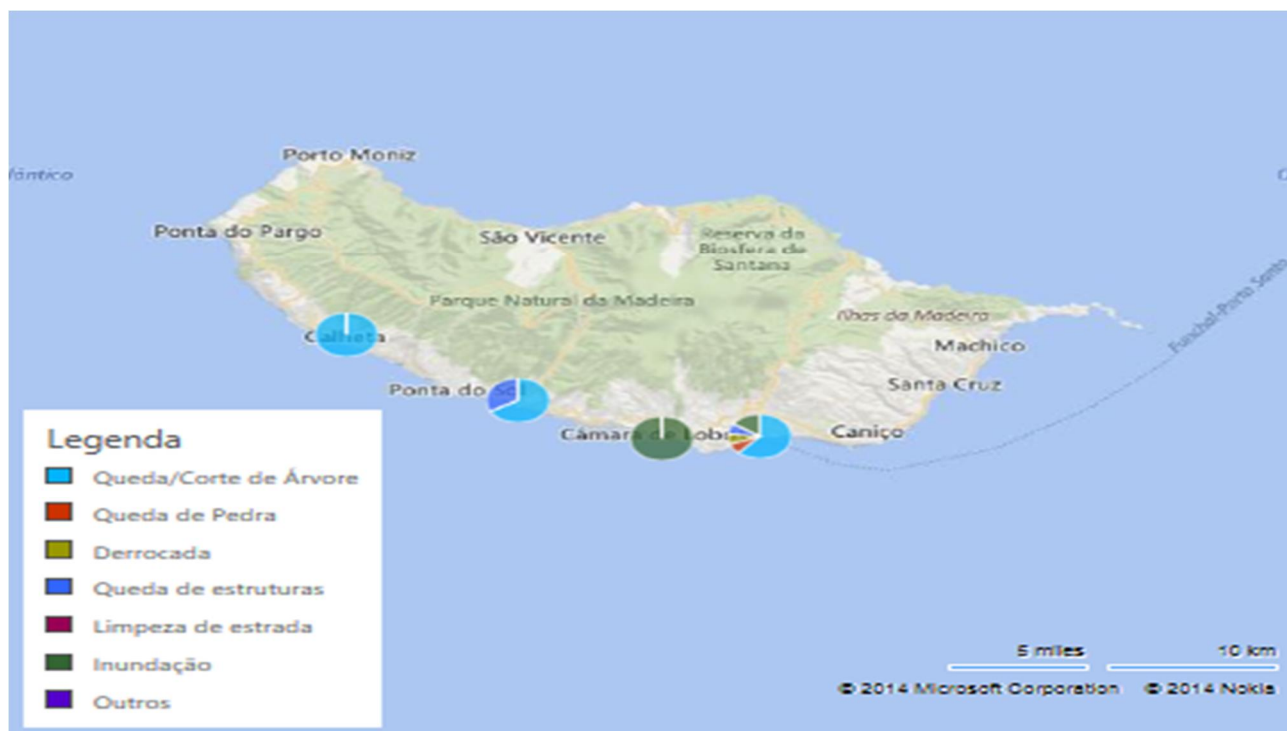


Localização das ocorrências registadas de 28 Novembro 2014

✓ **Número de ocorrências dia 29 de Novembro**

	Queda/Corte de Árvore	Queda de Pedra	Derrocada	Queda de estruturas	Limpeza de estrada	Inundação	Outros
Calheta	1	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	0	0	0	0	0	1	0
Funchal	8	1	1	1	0	2	0
Ribeira Brava	2	0	0	1	0	0	0
Total	11	1	1	2	0	3	0

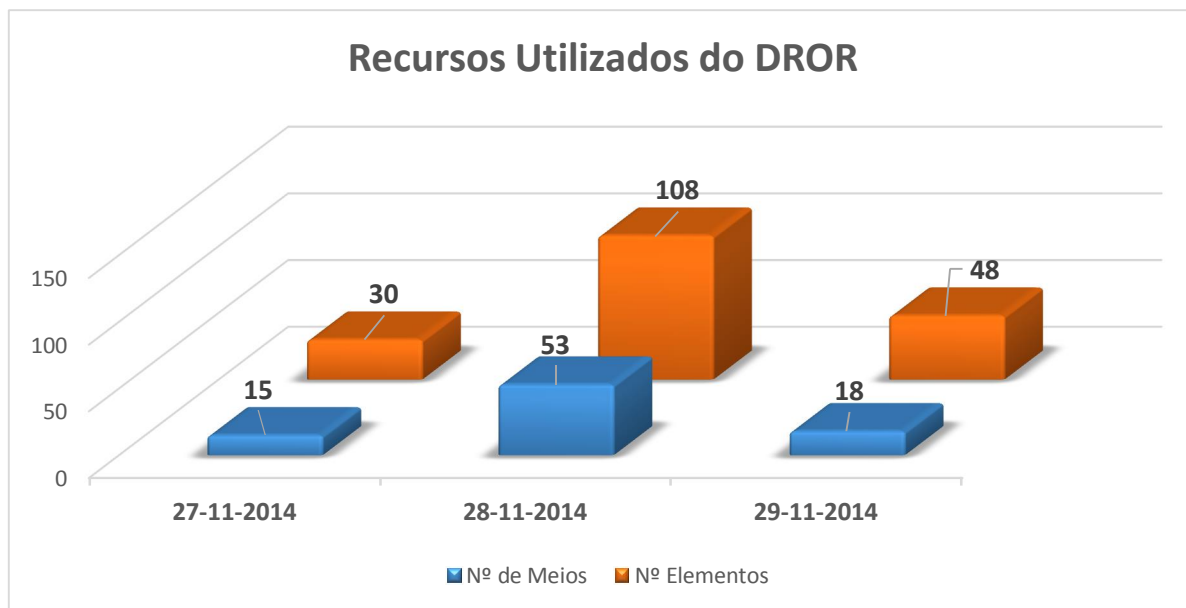
Total de ocorrências registadas de 29 Novembro 2014



Localização das ocorrências registadas de 29 Novembro 2014

- Recursos do Dispositivo de Resposta Operacional Regional empenhados

Data	Nº de Meios	Recursos Humanos
27/11/2014	15	30
28/11/2014	53	108
29/11/2014	18	48
Total	86	186



4.2. DISPOSITIVO OPERACIONAL DE RESPOSTA DA RAM – DROR

O dispositivo de resposta operacional – DROR é assegurado pelas corporações de bombeiros da RAM, pela Delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa, pelo Corpo Operacional do Sanas Madeira e pelos agentes de proteção civil identificados no n.º 1 do artigo 17.º que possam ser ativados.

A capacidade de intervenção operacional da componente permanente deste dispositivo, constituída pelas corporações de bombeiros, Cruz Vermelha e SEMER, tem sido uma responsabilidade do SRPC, que desde sempre tem assegurado a aquisição de quase todos os equipamentos, quer de proteção individual, quer coletivos, assim como viaturas operacionais, incluindo as ambulâncias de socorro – AMS.

Anualmente, através dos planos de aquisição, tem-se cumprido este desiderato, utilizando, fundamentalmente, as receitas oriundas das taxas de seguros, legalmente consignadas a este fim.

Nos últimos anos, devido às imposições definidas no PAEF, ao nível dos limites de investimento da região, tem impossibilitado a inserção orçamental da totalidade desta receita em despesas de capital, pelo que a sua utilização tem sido garantida através transferências para as instituições. Assim, para cumprimento dos planos anuais de aquisição, tem sido celebrados contratos programa e acordos de colaboração com as entidades detentoras de corpos de bombeiros. Esta situação, muito embora permita o cumprimento do objetivo, revela alguns inconvenientes, na medida em que



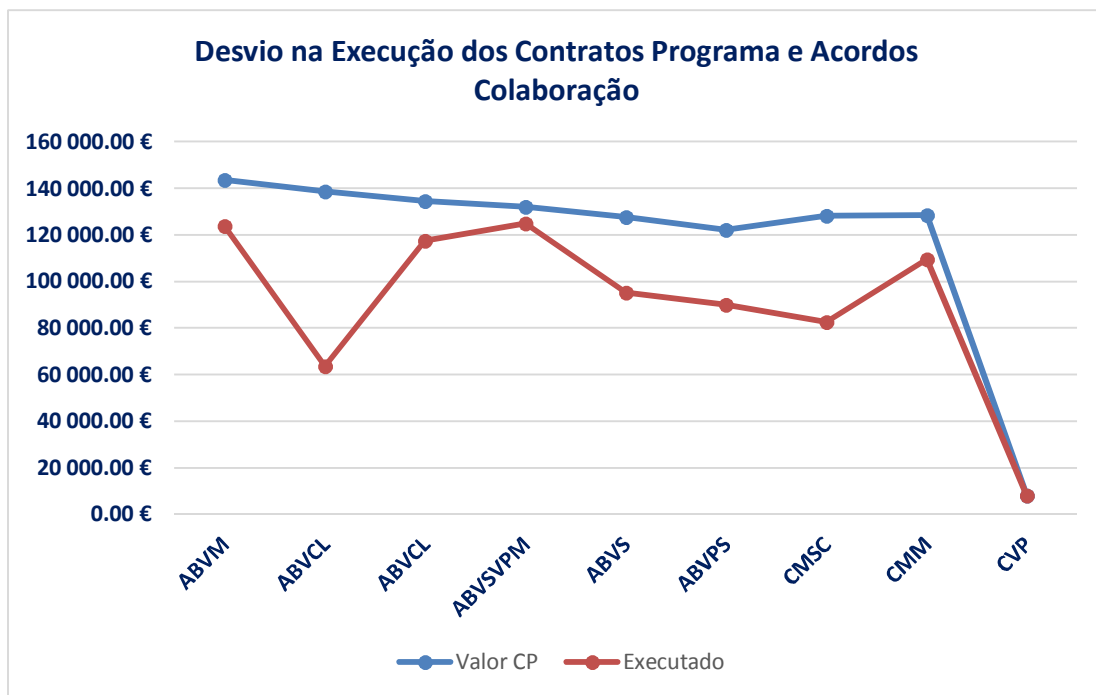
se perdem as vantagens da economia de escala, aumenta a dificuldade em manter a uniformização dos equipamentos, para além de criar problemas ao nível do cumprimento do Código de Contratos Públicos, particularmente por parte das associações de bombeiros voluntários, com células administrativas muito limitadas. O quadro seguinte traduz o valor dos contratos programa e acordos celebrados e o nível de execução:

Entidade		Contrato Programa		Desvio
		Valor	Executado	
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Madeirenses	ABVM	143 579,00 €	123 937,06 €	19 641,94 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos	ABVCL	138 575,00 €	63 466,82 €	75 108,18 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Calheta	ABVCL	134 447,00 €	117 423,07 €	17 023,93 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz	ABVSVPM	132 052,00 €	124 887,86 €	7 164,14 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santana	ABVS	127 632,00 €	95 138,01 €	32 493,99 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Porto Santo	ABVPS	122 096,00 €	90 074,69 €	32 021,31 €
Câmara Municipal de Santa Cruz	CMSC	128 157,00 €	82 545,00 €	45 612,00 €
Câmara Municipal de Machico	CMM	128 457,00 €	109 568,87 €	18 888,13 €
Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação da Madeira	CVP	8 000,00 €	8 000,00 €	0,00 €

Pela análise deste quadro, verifica-se que todas as entidades, excetuando a Delegação da Madeira da Cruz Vermelha, não executaram o valor total dos contratos programas ou acordos de colaboração celebrados.

Com a Associação de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava não foi celebrado qualquer contrato, em virtude do incumprimento das regras estabelecidas, no ano anterior.

Quanto à Câmara Municipal do Funchal, a impossibilidade de celebração de um acordo de colaboração, deveu-se a atrasos de caráter processual.



O quadro seguinte mostra os equipamentos adquiridos, a coberto das verbas recebidas, conforme o quadro anterior. Interessa referir que o tipo de equipamentos adquiridos, constante no Plano Anual de Aquisições resulta da análise integrada das necessidades, a nível regional.

	Designação	Quantidade
Viaturas	VLCI - Veículos Ligeiros Combate Incêndios	7
EPI - EQ Proteção Individual	FATOS NOMEX PARA FOGOS URBANOS	100
	MÁSCARAS PARA FOGOS FLORESTAIS	200
	CÓGULAS PARA FOGOS URBANOS	300
	BOTAS PARA FOGOS FLORESTAIS	260
	CAPACETES F1 AMARELOS – (URBANOS)	100
	CAPACETES F2 AMARELOS – (FLORESTAIS)	180
	BOTAS PARA FOGOS URBANOS	210
	LUVAS PARA FOGOS URBANOS	210
	Luvas p/ Fogos Florestais	260
	Cóguas p/ Fogos florestais	500
	Fatos Macaco NOMEX laranja p/ fogos florestais	200
	FIRE SHELTER	60
	FIRE SHELTER - Treino	10
	Arica acessório - Capuz de Resgate	46

EQ PARA INTERVENÇÃO EM FOGOS FLORESTAIS	Arca acessório - Máscaras (peças faciais)	140
	LANÇOS DE MANGUEIRA DE 25mm c/lig. Guillemin	110
	LANÇOS DE MANGUEIRA DE 45mm	72
	AGULHETAS de 25mm F. FLORESTAIS c/reg. Cdl e P. limpeza	32
	AGULHETAS DE 45 mm F. FLORESTAIS c/reg. Cdl e P. limpeza	12
	RAMAL (DISJUNTOR) 45x2X25 C/ VALV. CORTE ESFERICO	32
EQ P/ INTERVENÇÃO OPERAÇÕES SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO	UNIDADES PRT – (Percussive Response Tool)	10
	Cobertura de segurança do airbag Secunet	22
	Quebra Vidros Para cortar para-brisas laminados.	22
	SEP, Cobertura SEP 10	10
	Punção Quebra Vidros	20
	Corta Cintos	10
	Eq iluminação grande capacidade c/ mastro extensível LED-220V	10
	BOMBAS FLUTUANTES	6
	Eletrobomba p/ águas sujas – tipo ATP 20 r/pt	10
	Mini Geradores de espuma (mini fomax) C/ extrator fumos	10

O Quadro seguinte, reflete as existências de viaturas operacionais do DROR, distribuídas pelas corporações de bombeiros e Cruz Vermelha.

Quadro de Meios Auto Existentes

CORPORAÇÃO	AMS	ASD	ASE	PSL	PSM	PSP	VAA	ATP	ATGC	AEG	APE	VCO	VTP	VTG	VOE / BOTE	VOE/M TT
	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist	Exist
BVM	3	1	1	1	0	3	2	1	0	1	1	2	0	2	1	2
BVCL	4	1	0	1	1	2	2	2	0	0	0	1	1	0	1	0
BVRB	3	1	0	1	1	2	0	2	0	0	0	1	1	0	1	0
BVC	3	1	0	0	2	2	0	2	0	0	0	1	1	0	0	1
BVSVPM	3	1	0	0	2	2	0	1	0		0	1	1	0	0	0
BVS	3	1	0	0	1	2	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0
BVPS	3	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
BMF	5	2	1	2	3	5	3	1	2	2	0	1	1	2	0	2
BMSC	4	1	0	1	2	3	2	1	0	0	0	2	1	0	1	0
BMM	3	1	0	1	1	2	1	3	0	1	0	1	0	0	0	0
CVP	4															
TOTAL	38	11	2	7	14	24	11	15	2	4	1	12	7	4	4	5

Legenda:

AMS- Auto Maca Socorro

ATGC - Auto Tanque Grande Capacidade



ASD - Auto Salv. e Desencarceramento
 ASE - Auto Salvamento Especial
 PSL - Ponto Socorro Ligeiro
 PSM - Ponto Socorro Médio
 PSP - Ponto Socorro Pesado
 VAA - Veículo Auto Apoio
 ATP - Auto tanque Pesado

AEG - Auto Escada Giratória
 APE - Auto Plataforma Elevatória
 VCO - Veículo Comando Operacional
 VTP - Veículo Transporte Pessoal
 VTG - Veículo Transporte geral
 VOE BOTE -

Veic. Operações Especiais

4.3. INSPEÇÃO REGIONAL DE BOMBEIROS

4.3.1. Ações Inspetivas

Foram executados dois planos semestrais de ações inspetivas em 2014, que abrangeram todas as Corporações. Além destas, foi ainda realizada uma ação complementar aos Bombeiros de Porto Santo, dada a persistência verificada numa situação de não conformidade e para a qual se propuseram ações corretivas e de melhoria.

No seu conjunto, as 21 ações efetuadas permitiram identificar quatro situações de não conformidade menores e oito, de recomendações e oportunidades de melhoria. À exceção de uma, já atrás sinalizada, na segunda inspeção, as situações de não conformidade haviam sido, no essencial, corrigidas.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, foi criado um boletim específico para as ações de correção e de melhoria, sendo o mesmo utilizado para a caracterização das situações detetadas e, sobretudo, para a apresentação das ações corretivas e de melhoria a implementar.

Os três quadros que se seguem representam, respetivamente, as ações efetivamente realizadas, os relatórios emitidos e o planeamento relativo aos 2 semestres do ano.

Quadro das Ações, Inspeções e relatórios realizados

QUADRO DAS AÇÕES INSPEÇÕES E RELATÓRIOS REALIZADOS											
CB	BVM	BVCL	BVRB	BVC	BVSVPM	BVS	BVPS	BMF	BMSC	BMM	RELATÓRIOS DA INSPEÇÃO ELABORADOS
Nº DE INSPEÇÕES	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	21 Relatórios de Inspeção Elaborados

Quadro do Nº de Ações Inspetivas por CB e Nº de relatórios elaborados neste âmbito.

Mapa das Ações Inspetivas Realizadas em 2014 – 1º Semestre

QUADRO DAS AÇÕES INSPETIVAS 1º SEMESTRE - 2014									
CB	OBJETIVO	DURAÇÃO	INSPETOR	JAN.	FEV.	MARÇ.	ABRIL	MAIO	JUN
BVCL	Funcionamento operacional, Recenseamento, Planos de Instrução e Formação, Veículos e Equipamentos	3 H	PCD+IRB			20			
BVM	“	3 H	PCD+IRB			12			
BVRB	“	3 H	PCD+IRB		19				
BVC	“	3 H	PCD+IRB		27				
BVS	“	3 H	PCD+IRB				2		
BVPS	“	3 H	PCD+IRB					14	
BVSVPM	“	3 H	PCD+IRB					6	
BMM	“	3 H	PCD+IRB					19	
BMSC	“	3 H	PCD+IRB					26	
BMF	“	3 H	PCD+IRB					7	

Mapa das Ações Inspetivas realizadas no 1º Semestre de 2014.



Mapa das Ações Inspetivas Realizadas em 2014 – 2º Semestre

QUADRO DAS AÇÕES INSPETIVAS 2º SEMESTRE – 2014									
CB	OBJETIVO	DURAÇÃO	INSPETOR	JUL.	AGOST.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
BVCL	Cumprimento de Planos de Instrução e Formação, Recenseamento, Veículos e Equipamentos, Situação das não conformidades registadas na 1ª Inspeção	3 H	PCD + IRB	09					
BVM	“	3 H	PCD+IRB	16					
BVRB	“	3 H	PCD+IRB	23					
BVC	“	3 H	PCD+IRB			2			
BVS	“	3 H	PCD+IRB			3			
BVPS	“	3 H	PCD+IRB				15		
BVSVPM	“	3 H	PCD+IRB			17			
BMM	“	3 H	PCD+IRB			24			
BMSC	“	3 H	PCD+IRB				1		
BMF	“	3 H	PCD+IRB				8		

Mapa das Ações Inspetivas realizadas no 2º Semestre

4.3.2. Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros da RAM

A formação contínua, através dos Planos de Instrução, visa o treino e o saber fazer, pelo aperfeiçoamento permanente dos conhecimentos adquiridos do pessoal dos corpos de bombeiros nas ações de formação. A instrução do pessoal dos corpos de bombeiros é ministrada sob a direção e orientação do respetivo Comandante, de acordo com programa previamente estabelecido e aprovado pelo SRPC, IP-RAM, sem prejuízo da necessária articulação com os programas definidos pela ANPC. Os Corpos de Bombeiros remetem os Planos de Instrução, em papel ou por correio eletrónico, à Inspeção Regional de Bombeiros, até 31 de Dezembro de cada ano, que após verificação procede à respetiva validação.



Homologação e acompanhamento dos Planos de Instrução

PLANOS DE INSTRUÇÃO CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DA RAM - 2014				
CB	ENTREGUES/DATA	APROVADOS/DATA	CONDICIONADOS/DATA	CUMPRIDOS
BVM	2013-11-25	2013-12-01	-	Fiscalizado através: • de auditorias aos P.I nos CB; • Plataforma RNBPN, através da inserção do S.O. • Envio dos ficheiros em Excel dos dados inseridos no RNBPN.
BMF	-	-	-	
BVCL	2014-02-03	2014-03-04	-	
BVRB	2014-02-01	2014-02-03	-	
BVC	2014-01-29	2014-01-29	-	
BVSVP	2014-03-20	2014-03-28	-	
BVS	2014-01-31	2014-02-03	-	
BMM	2014-01-13	2014-01-15	-	
BMSC	-	-	-	
BVPS	2014-03-24	2014-03-28	-	

Quadro de gestão dos Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros.

Ações de Auditorias realizadas aos Planos de Instrução dos CB

Tendo como objetivo promover e incentivar a participação dos bombeiros nas ações de instrução e formação interna, essenciais para o cumprimento do SO – Serviço Operacional -, a partir de Novembro de 2014 foram realizadas auditorias não programadas a todas as Corporações, durante as quais, para além da verificação do cumprimento dos planos apresentados, se procurou sensibilizar os bombeiros para o papel fundamental da instrução e formação, no desempenho da sua atividade.

AÇÕES DE AUDITORIAS AOS PLANOS DE INSTRUÇÃO CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DA RAM - 2014				
CB	TIPO DE INSTRUÇÃO	DATA	HORARIO	RELATORIO DA AÇÃO ELABORADO
BVC	Salvamento e Desencarceramento	2014-06-21	13:00 às 15:00	Relatório Elaborado
BVSVP	Organização do Socorro; Avaliação da Vítima e Reanimação.	2014-06-21	17:30 às 22:30	Relatório Elaborado

Ações de auditorias aos planos de instrução corporações de bombeiros



4.3.3. O Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses – RNB

O regime jurídico dos corpos de bombeiros da Região Autónoma da Madeira regulado através do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/M, que adaptou à região o Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho, atualmente alterado pelo Decreto-Lei n.º 248/2012 de 21 de novembro, prevê no seu artigo 28º a existência do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNB), de forma a incorporar a informação relevante que respeita ao registo dos bombeiros.

O Decreto-Lei n.º 49/2008, de 14 de Março, vem regular a criação e manutenção do RNB, definindo os termos de implementação e funcionamento da base de dados de suporte, incluindo as regras de registo e acesso a dados pessoais, bem como as responsabilidades da Autoridade Nacional de Proteção Civil e das entidades detentoras dos corpos de bombeiros, designadamente câmaras municipais, associações humanitárias de bombeiros e entidades ou empresas detentoras de corpos privados.

Desde a implementação do RNB na RAM, o seu funcionamento e utilização, a obtenção de informações mais claras e reais das corporações de bombeiros e dos elementos que as constituem. A obrigatoriedade de um acompanhamento rigoroso à plataforma RNB, permitiu o acompanhamento de todas as fases dos processos relativos aos corpos de bombeiros e os procedimentos realizados, quer ao nível da plataforma RNB como também na instrução dos processos físicos. Com isto, pretendeu-se, um maior rigor nas informações relacionadas com os corpos de bombeiros, desde a gestão, à informação, à execução de alguns procedimentos, disponibilizando um acompanhamento direto às corporações de bombeiros na resolução dos processos.

4.3.3.1. A Plataforma do RNB

O RNB é constituído por um suporte aplicacional e uma base de dados central, residentes na ANPC, a que tem acesso, via Internet, a entidade com a competência na região o Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, as entidades detentoras e os corpos de bombeiros.

A base de dados integra uma série de elementos de informação relativos aos bombeiros, fundamentais para a:

- a) Gestão dos efetivos dos quadros de comando, ativo, de reserva e de honra;
- b) Gestão da atividade operacional e formativa dos bombeiros;

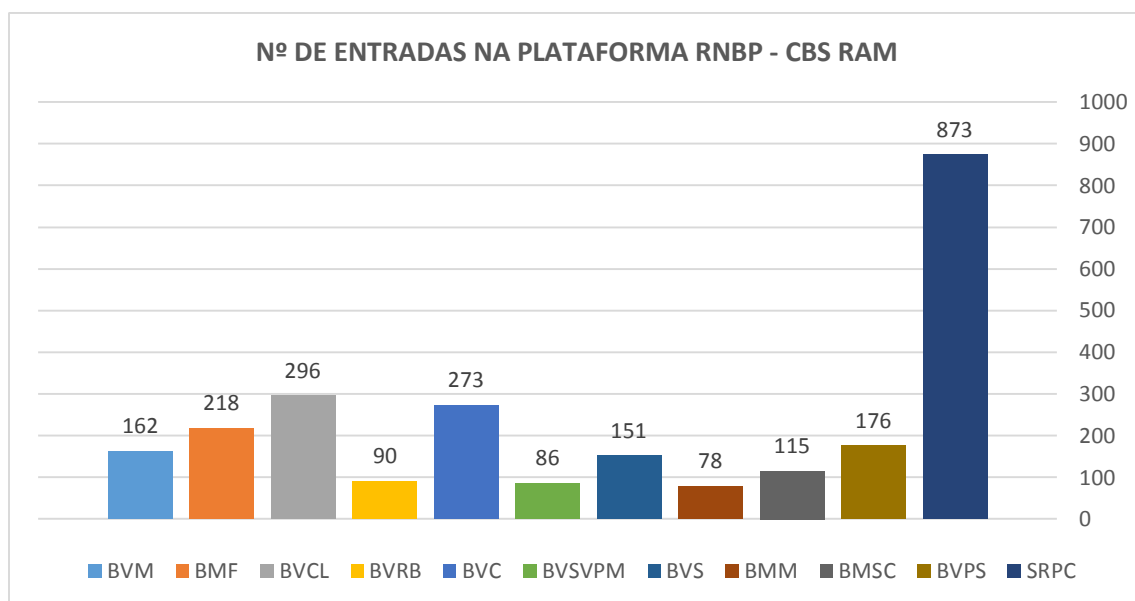


- c) Processamento dos reembolsos relativos ao seguro social, segurança social, taxas e a outros direitos e regalias atribuídos na lei aos bombeiros;
- d) Verificação da informação relativa a seguros de acidentes pessoais dos bombeiros;
- e) Emissão do cartão de identificação de bombeiro;
- f) Emissão de declarações e certificados previstos na lei, relativos à situação e atividade dos bombeiros.

4.3.3.2. Acessos à Plataforma RNBP

Para o funcionamento normal da plataforma, foi criado um quadro de utilizadores, não só pertencentes ao SRPC mas também às entidades detentoras dos corpos de bombeiros.

O seguinte gráfico traduz o número de acessos à plataforma.



Número de acessos à plataforma RNBP pelas respetivas entidades competentes.

Proteção Civil.

Por outro lado, todas as ações realizadas na plataforma RNBP são registadas e identificadas permitindo o seu tratamento estatístico.

Ao longo do ano de 2014, foram realizados 63.245 movimentos, na sua maioria, sob coordenação, articulação e acompanhamento da Inspeção Regional de Bombeiros.

Os movimentos traduzem uma série de eventos que representam todas as ações que podem ser adicionadas ou removidas do cadastro do bombeiro.



4.3.3.3 Fiscalização e Acompanhamento das Corporações de Bombeiros

As CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DA RAM:

Associações Humanitárias

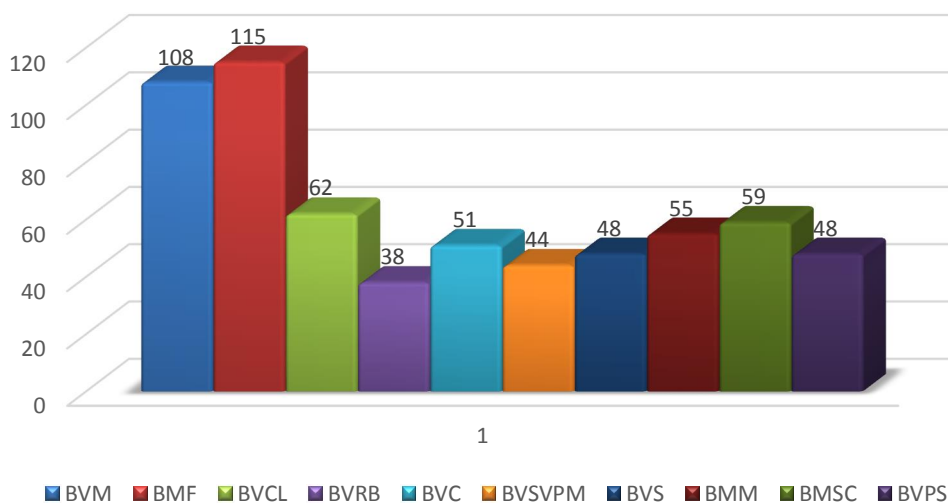
Câmaras Municipais

BVM - Bombeiros Voluntários Madeirenses	BMF - Bombeiros Municipais do Funchal
BVCL - Bombeiros Voluntários de Câmara de Lobos	BMSC - Bombeiros Municipais de Santa Cruz
BVRB - Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava	BMM - Bombeiros Municipais de Machico.
BVC - Bombeiros Voluntários da Calheta	
BVSVPM - Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz	
BVS - Bombeiros Voluntários de Santana	
BVPS - Bombeiros Voluntários de Porto Santo	

Constituindo as corporações de bombeiros a parte mais importante da componente permanente do dispositivo de Resposta Operacional, é importante verificarmos os quantitativos que engloba, constituição e composição etária, traduzido nos gráficos seguintes.

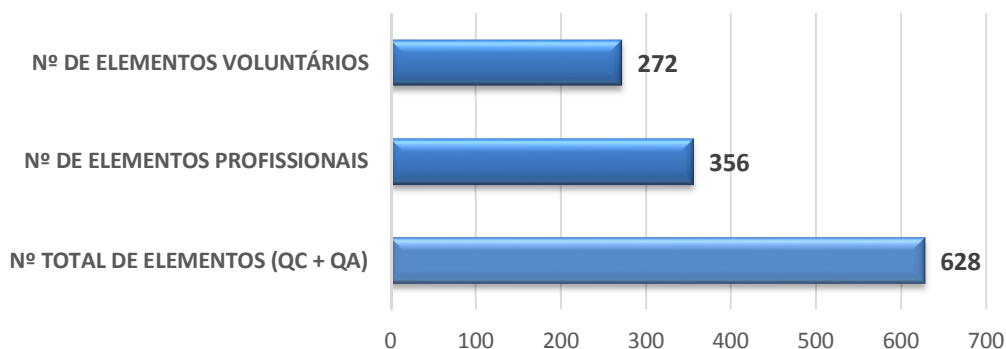


Nº DE ELEMENTOS (QA + QC) POR CB



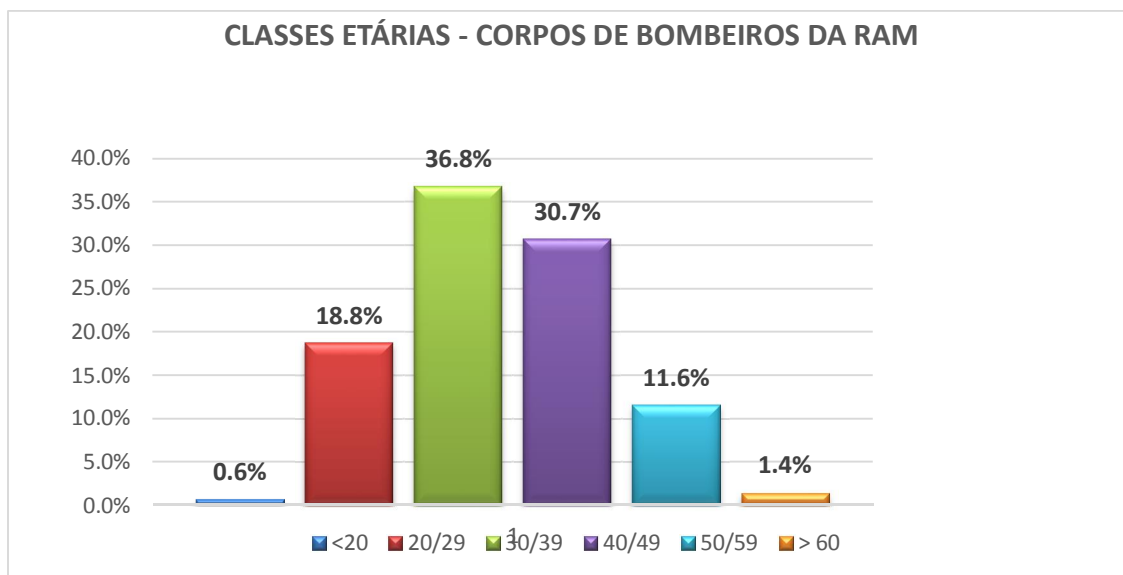
N.º de bombeiros nos Quadros Ativo e de Comando dos CB da RAM

Nº DE ELEMENTOS VOLUNTÁRIOS E PROFISSIONAIS - RAM



N.º total de bombeiros voluntários e profissionais nos CB da RAM

Comparação de totais e do número de elementos voluntários e profissionais por CB.



Percentagem das Classes etárias do total dos bombeiros da RAM.

4.3.3.4. Novas Escolas de Bombeiros

DADOS RELATIVOS ÀS NOVAS ESCOLAS DE BOMBEIROS REALIZADAS EM 2013 E 2014											
EVENTOS	BVM 2013/2014	BMF	BVCL	BVRB 2013/2014	BVC	BVSVPM	BVS	BMM	BMSC	BVPS	TOTAL
Admissão	28	-	21	11	16	-	15	20	-	31	142
CFICB	28	-	Em execução	11	14	-	15	Em execução	-	31	99
Curso de TS	28	-	-	11	14	-	12	-	-	31	96
Curso de TD	28	-	-	11	14	-	12	-	-	31	96
Prova de Ingresso	28	-	-	11	14	-	8	-	-	31	92
Período Probatório	28	-	-	11	13	-	Em execução	-	-	30	82
Ingresso	28	-	-	11	13	-	-	-	-	30	82
TOTAL INGRESSO	28	-	<u>Ingresso em JAN16</u>	11	13	-	<u>Ingresso em JUN15</u>	-	-	30	82
% TAXA DE SUCESSO	100%	-	-	100%	81.25%	-	-	-	-	96.77%	

Quadro de acompanhamento das últimas Escolas de Bombeiros na RAM.



A eficaz gestão da Plataforma RNB, determina a coordenação estreita entre vários departamentos do SRPC, particularmente com o Departamento de formação /CFPCB, pela importância das ações de formação na vida dos bombeiros.

Ao longo de 2014 verificou-se a importância da seleção e recrutamento dos elementos operacionais, na decisão dos concursos de seleção das corporações, pelo que o apoio de um psicólogo que o SRPC disponibilizou, teve resultados muito satisfatórios.

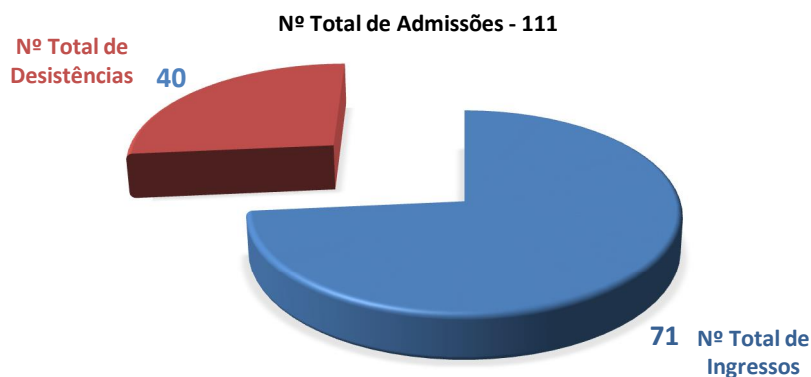
Para facilitar o registo obrigatório na plataforma do RNB das Novas Escolas de Bombeiros, foi elaborada uma nota explicativa acerca dos novos procedimentos de realização das mesmas. **(Nota Explicativa 01/14 - Procedimentos para as novas escolas de bombeiros)**. Embora a RAM tenha legislação específica na área da formação, é necessário ter a consciência que o RNB funciona de acordo com a legislação a nível nacional, com algumas alterações pontuais e essenciais para a realidade da RAM.

AÇÕES EXECUTADAS PELA IRB NAS NOVAS ESCOLAS DE BOMBEIROS											
AÇÕES / CB	BVM	BVCL	BVRB	BVC	BVSVP	BVS	BVPS	BMF	BMSC	BMM	TOTAL
Registo de Admissão RNB	28	21	11	16	0	15	31	0	0	20	142
Registo da Formação Inicial - RNB	84	Ativo	33	42	-	39	93	-	-	Ativo	291
Elaboração e Execução das Provas de Ingresso	28	-	11	14	-	8	31	-	-	-	92
Registo das Provas de Ingresso no RNB	28	-	11	14	-	8	31	-	-	-	92
Registo da Avaliação do Período Probatório	28	-	11	13	-	Ativo	30	-	-	-	52
Ações de Entrega de Divisas – Ingresso no Quadro Ativo dos Novos Elementos	1	-	1	1	-	-	0	-	-	-	3
Registo do Ingresso dos Novos Elementos – Bombeiro de 3.ª	28	JAN 2016	11	13	-	-	30	-	-	-	82
Registo do Tipo de Vínculo	28	JAN 2016	11	13	-	-	30	-	-	-	82
Abertura de Ciclo	28	JAN 2016	11	13	-	-	30	-	-	-	82
Emissão do Cartão de Identificação do Bombeiro	28	-	Faltam Fotos	Em Falta	-	Faltam Fotos	Faltam Fotos	-	-	-	28

Quadro de Ações da IRB nas últimas Escolas de Bombeiros na RAM.



TAXA DE SUCESSO DAS NOVAS ESCOLAS DE BOMBEIROS DA RAM 2013/2014/2015



Quadro de acompanhamento das últimas Escolas de Bombeiros na RAM.

4.3.4. O Apoio Psicossocial

Durante o ano de 2014, foram realizadas diferentes ações junto das corporações de bombeiros e junto da Cruz Vermelha, com o objetivo da promoção de saúde mental, aumento das estratégias de coping e intervenção na crise e na catástrofe:

- Ações de formação no âmbito da promoção da saúde mental, junto de todas as corporações exceto BVSVPM;
- Apoio psicossocial a alguns elementos de diferentes formas:
 - Apoios presenciais;
 - Contacto via correio eletrónico e telefone em incidentes críticos;
 - Acompanhamento de familiares às exéquias;
 - Acompanhamentos psicológicos aos operacionais;
 - Quadros de comando;
 - Familiares diretos de bombeiros.

O apoio psicológico disponibilizado pelo SRPC, teve boa aceitação e adesão por parte dos elementos das Corporações e cujas solicitações foram em número substancial, ultrapassando as previsões.

Quadro de Ações do Apoio Psicossocial

Nº DE AÇÕES DO APOIO PSICOSSOCIAL											
CB	BVM	BVCL	BVRB	BVC	BVSVPM	BVS	BVPS	BMF	BMSC	BMM	TOTAL
Nº AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	1	3	2	2	0	1	1	4	2	3	19
Nº DE BOMBEIROS ABRANGIDOS	21	48	60	30	0	9	30	56	35	35	324
Nº CONTACTOS PROVINIENTES AÇÕES DE SENS.	12										12
Nº DE SESSÕES DE APOIO PSICOSSOCIAL	8 Consultas de triagem; 4 Referenciações por parte do Comando dos BVS, que resultaram em 4 consultas no Quartel.										12
Nº DE AÇÕES DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO	Seleção de 1 elemento profissional, concurso BVCL.										4
	Seleção dos elementos da Nova Escola Seleção da Nova Escola de Bombeiros dos BVCL.										21
	Seleção dos elementos da Nova Escola Seleção da Nova Escola de Bombeiros dos BMM.										20
	Seleção dos elementos para a Equipa de Resgate e Montanha.										17
TOTAL:											429

Quadro 12 – Mapa das Ações do Apoio Psicossocial nas Corporações de Bombeiros da RAM.

4.4. SEMER

4.4.1. A Emergência Pré-Hospitalar

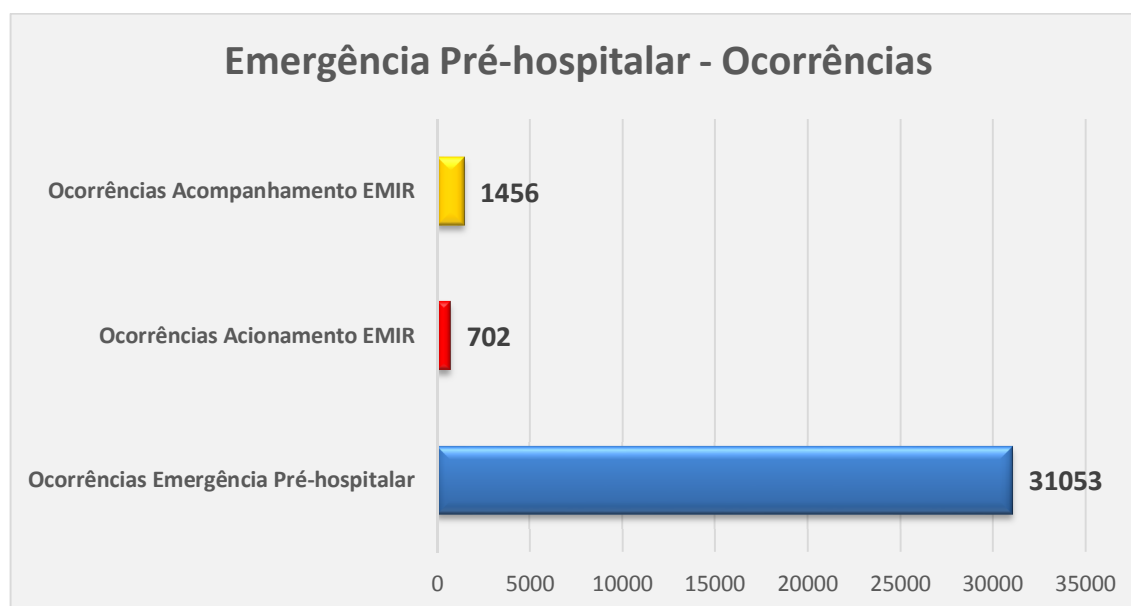
O SEMER é o serviço responsável por garantir a prestação do socorro medicalizado de emergência pré-hospitalar e orientar e coordenar a prestação do socorro não medicalizado concomitante, através da atividade dos vários agentes que intervêm na emergência pré-hospitalar. Elabora protocolos/normas na área da emergência Pré-Hospitalar; coordena os pedidos de socorro/Prestação no pré-hospitalar; define as necessidades em recursos humanos e materiais; forma, supervisiona e certifica, bombeiros, médicos enfermeiros e ou outros agentes de proteção civil; promove, fomenta e dinamiza o acesso de toda a população aos programas implementados.

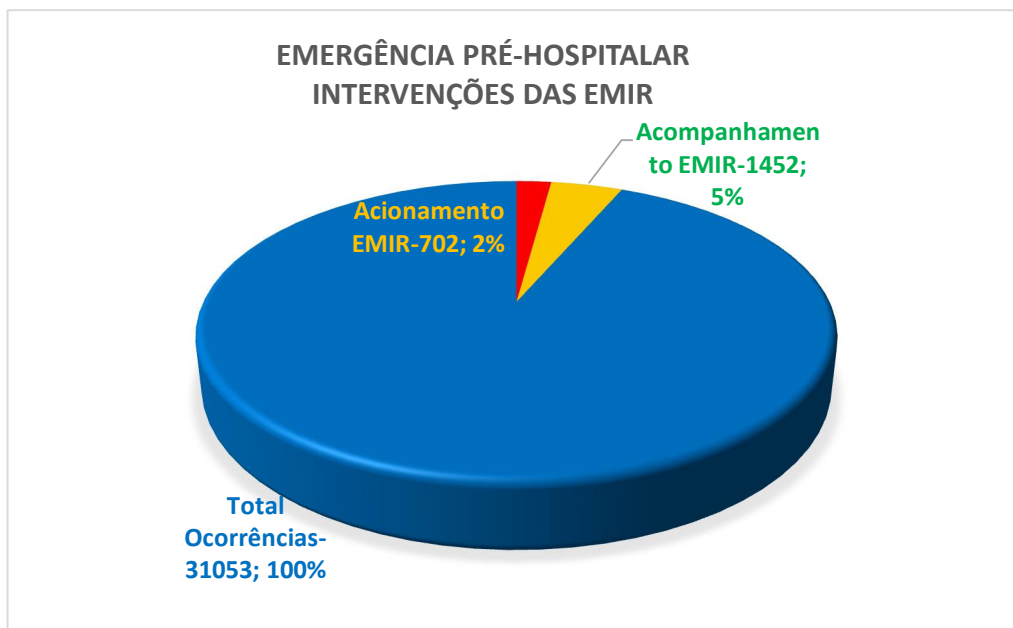


Na sua vertente medicalizada, através da componente operacional EMIR, interveio diretamente em diversas ocorrências, no âmbito da emergência pré-hospitalar, fez o acompanhamento de outras, no sentido incidente/centro de saúde/hospital e também, através de indicações terapêuticas, assim como o aconselhamento dos técnicos de saúde.

As intervenções das Equipas Médicas de Intervenção Rápida – EMIR, comparativamente com o total das ocorrências relativas a situações de emergência pré-hospitalar, verificadas durante o ano de 2014, estão refletidas no gráfico seguinte.

O modelo de funcionamento destas equipas, continuou como do antecedente, ou seja, uma equipa constituída por um médico e um enfermeiro, pronta 24 horas por dia, assegurando-se a entrada em operação de outras equipas, sempre que as situações de emergência obriguem ao empenhamento da equipa em prontidão, para além de determinado período de tempo ou pela necessidade de projeção, por meios aéreos, para fora da Madeira.





4.4.2. Formação

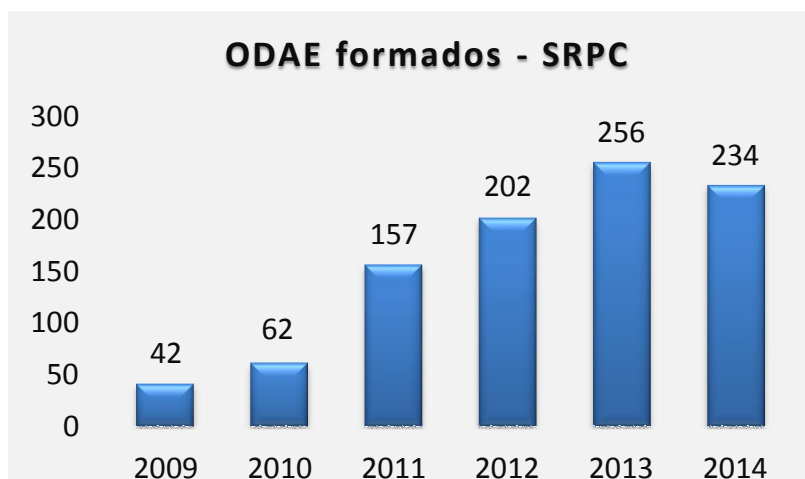
No âmbito da formação, integrou o núcleo de formadores do SRPC, garantindo o leccionamento de Cursos de TAS e Recertificações de TAS, Recertificações de TAT e também as sessões formativas para operadores do CIC. Colaborou também nas recertificações de desencarceramento.

Designação	Nº Cursos	Nº Participantes
Recertificação TAS	9	136
Técnicas Socorrismo	4	71
SBV/DAE	4	63
TOTAL	17	270

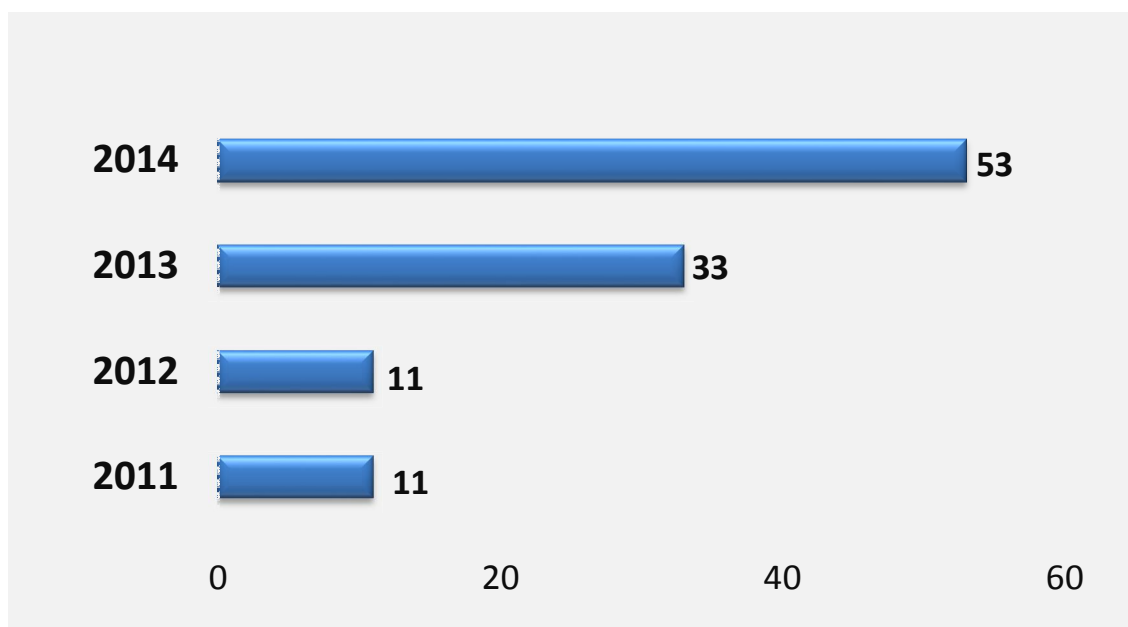
Relativamente à Desfibrilhação Automática Externa (DAE), a atualização é dinâmica e abrange todos os agentes de socorro já formados com esta vertente, de acordo com o Programa Regional, assegurando-se a formação de novos operadores, inseridos em todos os cursos certificados pelo SEMER ministrados por empresas privadas, quer as formações realizadas pelos formadores do SEMER. Os pareceres aos processos das várias entidades que solicitam

certificação formativa na área do socorro é avaliada pelos órgãos responsáveis do SEMER. Nos gráficos seguintes podem ser observadas as intervenções nesta área.

Atualmente a RAM tem 1118 Operadores de Desfibrilhador Automático Externo (ODAE), dos quais 172 foram formados por várias entidades licenciadas.



O gráfico seguinte traduz o número de ativações de DAE, verificadas nos últimos anos:



4.4.3. Outras Atividades

Integrando as campanhas de sensibilização, foram realizadas sessões, no âmbito do **Programa 3 Gestos que Salvam Vidas**, com a duração total de 16

horas, destinadas a jovens e população, participando igualmente no apoio às visitas de estudo realizadas por vários alunos, ao SRPC.

O SEMER participou ainda em vários exercícios, destacando-se os exercícios do aeroporto do Porto Santo e Morsa, assim como simulacros que tiveram lugar em centros de saúde e centros comerciais.

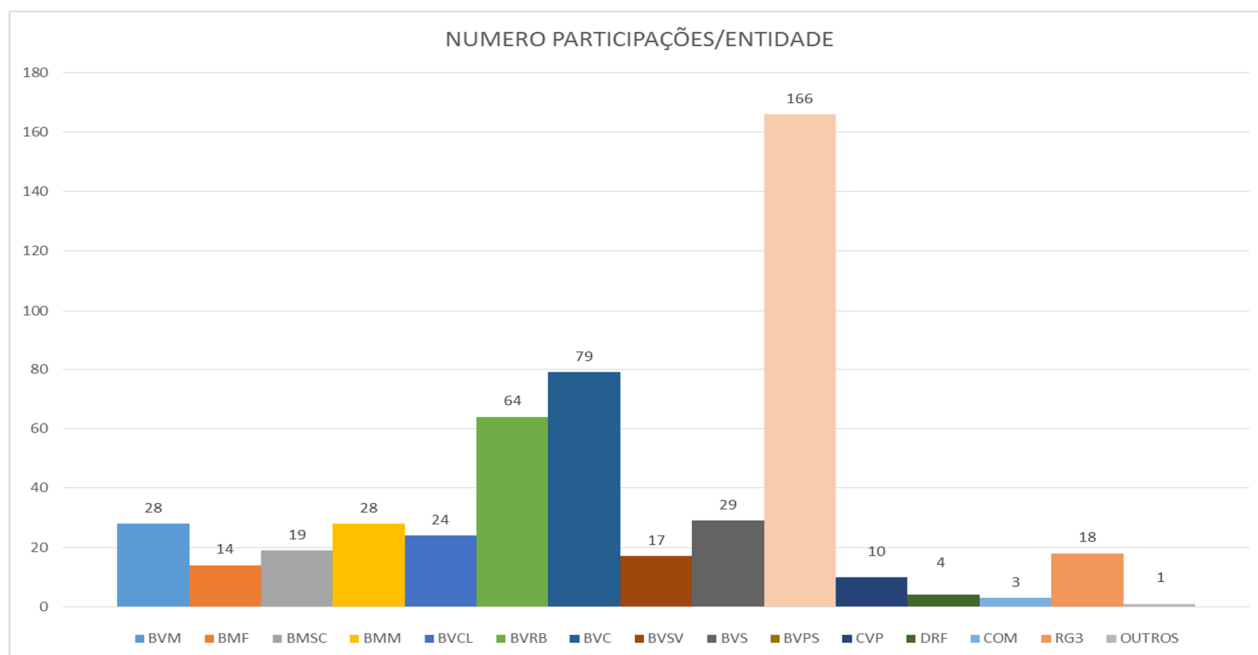
4.5. Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros

Departamento de Formação

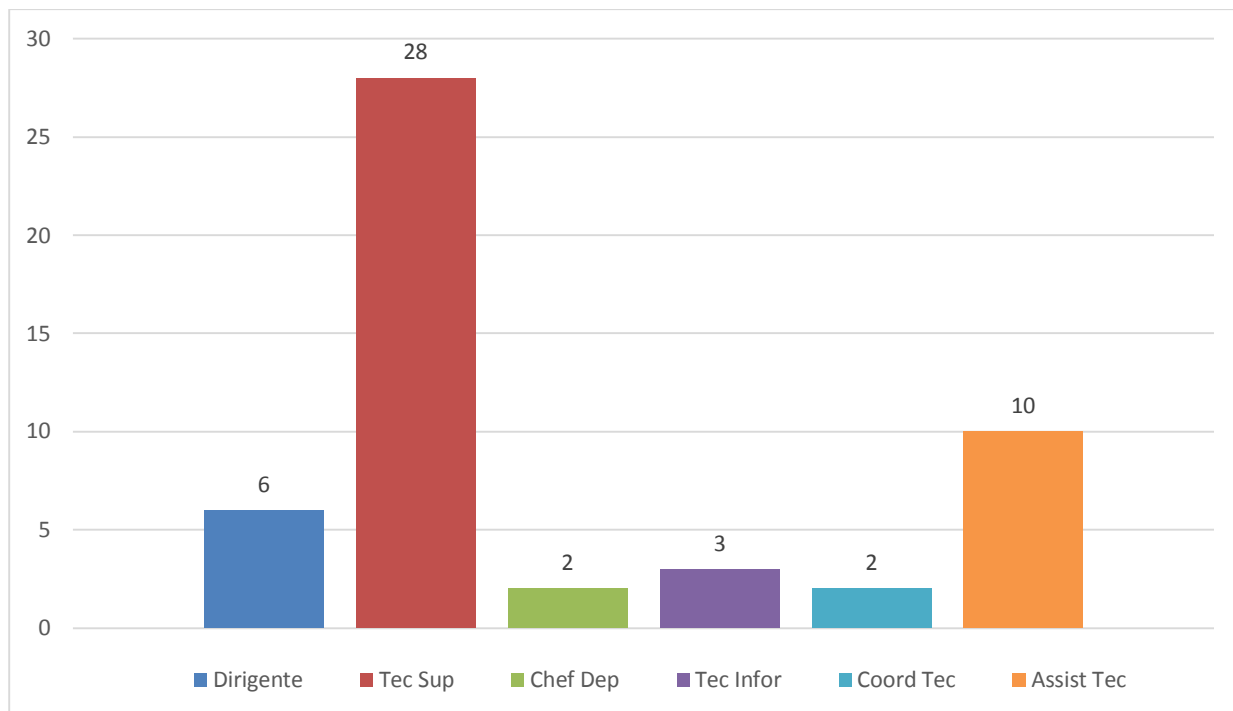
Em 2014, à semelhança de anos anteriores, o plano de formação teve por base as necessidades de formação identificadas, no âmbito da implementação do plano de atividades, garantindo assim o alinhamento entre o plano de formação e os objetivos definidos. O plano abrangeu duas áreas distintas:

- Bombeiros e Agentes de Proteção Civil
- Funcionários do SRPC

Da análise efetuada aos indicadores de realização do Plano de Formação de 2014, verifica-se a realização de 38 ações de formação, com uma duração total de 15 209 horas de formação, dirigidas a bombeiros e outros agentes de proteção civil, que contou com 504 participações; a realização de 27 ações de formação, com uma duração total de 961 horas de formação, dirigidas aos profissionais do SRPC e que contou com 51 participações.



Participações em Ações de Formação: Bombeiros e Outros Agentes de Proteção Civil



Participações dos Funcionários SRPC em Ações de Formação

A análise efetuada aos indicadores, de participação e conclusão das ações, permite-nos concluir que das 38 ações realizadas para um universo de 504 participações, não se registaram desistências e a percentagem de não aprovados situou-se de 0,40%.

A avaliação do grau de satisfação dos formandos, foi realizada em termos globais e registou oscilações percentuais entre os 59 e 92%.

No intuito de otimizar este instrumento de avaliação introduzir-se-ão as medidas necessárias para a avaliação individual de cada formador, de acordo com as ações em que são intervenientes.

5. Recursos

5.1. Recursos Humanos

A presente alínea pretende caracterizar a composição dos Recursos Humanos do SRPC, IP-RAM.

Em 31 de Dezembro de 2014 o SRPC, IP-RAM contava com 34 efetivos distribuídos pelas diversas categorias constantes no quadro seguinte.



Os efetivos pertencentes ao SEMER, embora representados no quadro, não estão refletidos nos totais, pela particularidade do desempenho das suas funções:

- Coordenador e o Enfermeiro Adjunto são nomeados por Despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais nos termos do Art.º 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/M, de 25 de março;
- Os médicos e enfermeiros das Equipas Médicas de Intervenção Rápida (EMIR) e da unidade de formação em emergência pré-hospitalar desempenham funções nos termos do Art.º 12.º Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/M, de 25 de março;

Grupo de Pessoal	Comissão de Serviço	CTFP Tempo Indeterminado	CTFP termo resolutivo certo	Outros	Total
Dirigentes	3	2			5
Técnicos Superiores /Chefe Depart		9		2*	11
Técnico Informática		1			1
Assistentes Técnicos		14			14
Assistentes Operacionais		3			3
Estagiário (PEP-Portaria 20/2009) e P.O.T. (Portaria n.º 137/2014)				2	2
Médicos e Enfermeiros/SEMER				25*	25
TOTAL	3	29		29	61

(*) Elementos do SEMER

Em termos de horas trabalhadas, a um número médio de trabalhador de 7 horas diárias, durante 22 dias por mês e 11 meses no ano, chega-se ao número total de **66.066** horas, havendo 11 colaboradores sujeitos ao regime de trabalho por turno. Acrescem 45 horas de trabalho extraordinário e 381 em dias feriados, chegando-se a um total de **66 492** horas. A tabela seguinte apresenta o total de número de horas, por tipologia, de ausência, não havendo faltas por motivos de

atividade sindical. Então o total de horas não trabalhadas foi de **4 193** horas, o que permite calcular uma taxa de absentismo total de **6,3%**

Ausências ao Trabalho	Sexo	Dirigentes	Tec Sup/Ch Dep	Tec Informática	Assist Técnico	Assist Operacionais	Estagiários	TOTAL
Total	H	0	25		431	10		466
	M	10	61		62	0		133
	T	10	86		493	10		599
Casamento	H							
	M							
	T							
Maternidade/ Paternidade	H		10		40			50
	M		0		0			0
	T		10		40			50
Nascimento	H							
	M							
	T							
Falecimento de Familiar	H				5			5
	M				0			0
	T				5			5
Doença	H	0	0		69	8		77
	M	10	19		62	0		91
	T	10	19		131	8		168
Doença Prolongada	H				307			307
	M				0			0
	T				307			307
Assistência a Familiar	H		15		10			25
	M		2		0			2
	T		17		10			27
Trabalhador Estudante	H		0					0
	M		3					3
	T		3					3
Por conta do período de férias	H							
	M							
	T							
Outras	H		0			2		2
	M		37			0		37
	T		37			2		39

5.2. Recursos Financeiros

O SRPC, IP-RAM presta contas de acordo com o POC-P.

O orçamento do SRPC, IP-RAM para 2014, constou do orçamento da RAM, aprovado e publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31-A/2013/M, de 31

de dezembro de 2013 e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2014/M, de 4 de abril de 2014.

Para o ano de 2014, tinha disponível um orçamento inicial de € 5.735.800,00, e orçamento corrigido de € 7.682.598,00.

A verba executada ascendeu € 3.497.257,00, maioritariamente em despesas de PIDDAR.

Orçamento	Planeado	Realizado
Funcionamento	2.559.800,00	2.856.448,08
PIDDAR	3.176.000,00	640.808,92
TOTAL	5.735.800,00	3.497.257,00

Moeda - €

A aplicação dos fundos encontra-se afeta às rubricas abaixo discriminadas, por capítulo orçamental.

Orçamento	Planeado	Realizado
Despesas Recursos Humanos	1.255.800,00	1.244.218,94
Aquisição de Bens e Serviços	974.000,00	593.209,55
Aquisição de Bens de Capital	3.506.000,00	1.659.828,51
TOTAL	5.735.800,00	3.497.257,00

Moeda - €

A taxa de realização, em Aquisição de Bens e Serviços em 31 de Dezembro foi de 60,97%.



Projetos Inscritos no FEDER

Projecto	Programa	Valor €
NIFORMAR	INTERVIR +	6.285.011,76
Quartel Bombeiros do Porto Santo	INTERVIR +	2.647.399,98
SADO	INTERVIR +	120.000,00

5.3. Recursos Físicos

5.3.1. Frota Automóvel

Composta por 31 viaturas, das quais 5 estão à disposição direta do SRPC, IP-RAM, como viaturas operacionais, sendo 2 TT. Uma das viaturas TT foi oferecida em 2010, na sequência da catástrofe de 20 de Fevereiro. As restantes são viaturas especiais distribuídas da seguinte forma:

- 3 viaturas ligeiras transformadas para utilização pelas EMIR (Equipas Médicas de Intervenção Rápida), duas das quais foram adquiridas em 2009;
- 9 viaturas pesadas Pronto Socorro Florestal, adquiridas em 2010 através do projeto PROTECFLO, ao nível do Programa INTERVIR+, e distribuídas, sob protocolo, às corporações de bombeiros;
- 2 viaturas pesadas com uma superestrutura de Autoescada, distribuídas sob protocolo, às corporações de bombeiros. Foram adquiridas em 2010, através do projeto INTERALTO, ao nível do Programa INTERVIR+;
- 2 moto-quatro distribuídas, sob protocolo, às corporações de bombeiros. Foram oferecidas ao SRPC em 2010, também na sequência da catástrofe de 20 de Fevereiro.
- 9 viaturas pesadas Autotanques, adquiridas em 2006 e distribuídas, sob protocolo às corporações de bombeiros.
- 1 viatura média transformada em Unidade Móvel de Telecomunicações de Emergência adquirida em 2008 (Projeto Comunitário PLESCAMAC);
- Atrelado P/Bomba de Alto Débito (Betsy) adquirida em 2008, (Projeto Comunitário PLESCAMAC);
- Atrelado P/ Tenda Multivítimas, adquirido em 2008, (Projeto Comunitário PLESCAMAC);

5.3.2. Instalações

O SRPC, IP-RAM, desde, julho 2013, ocupou as suas novas instalações, situadas no Caminho do Pináculo, Cancela.

A construção dos cenários de formação, infraestruturas fundamentais para o Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros, cujo início da empreitada teve início no princípio do ano, ficou concluída em outubro. Esta obra está incluída no projeto NIFORMAR, ao nível do Programa INTERVIR+, participado em 85% por fundos comunitários.



5.4. Planos de Manutenção Preventiva e Planos de Verificação e Calibração

Os diversos Planos de Manutenção Preventiva (PMP) e Plano de Verificação e Calibração (PVC) foram assegurados.

Não há registo de reclamações dos clientes.

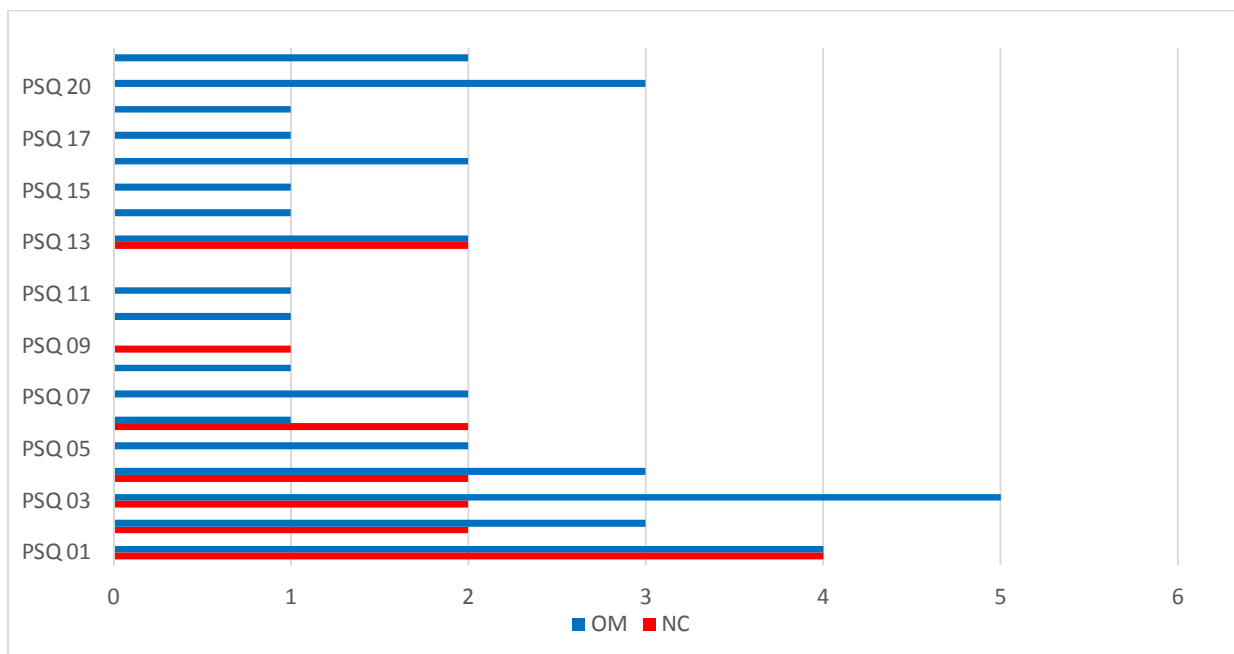
6. Auditorias de Qualidade

6.1. Auditorias Internas aos Processos



No programa de auditorias estavam previstas a realização de 20 auditorias internas aos processos. Foram realizadas todas as auditorias programadas, o que corresponde a uma taxa de execução de 100% do programa de auditorias.

Os auditores internos foram seleccionados mediante o cumprimento da IT 06-01.

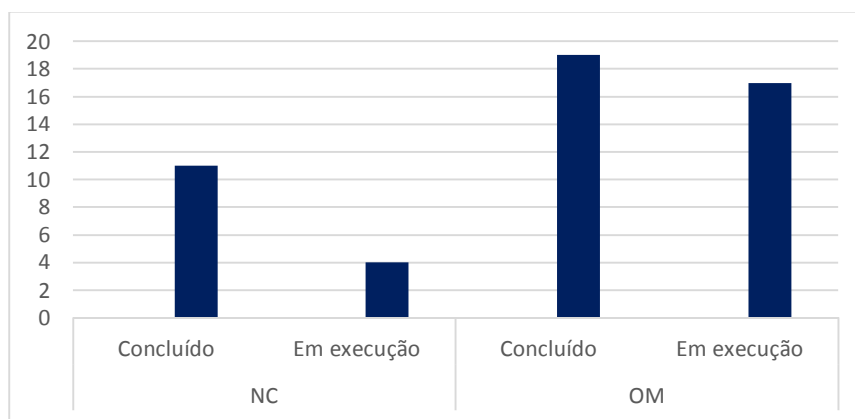


Tipo de ocorrência detetado por cada procedimento auditado.

Da auditoria interna resultaram:

- ✓ Não conformidades (NC) – 15
- ✓ Oportunidades de melhoria (OM) – 36
- ✓

Estado das Ações



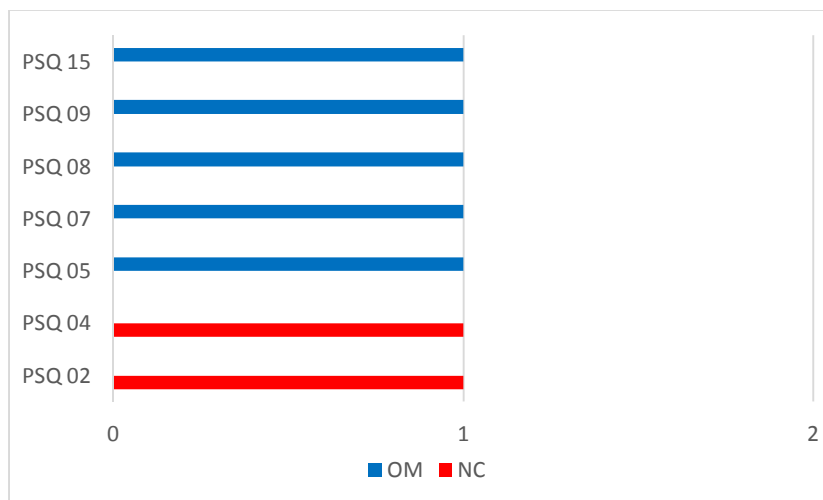
Estado das ações desencadeadas em função da auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001:2008

6.2. Auditoria Externas

6.2.1. Sistema de Gestão da Qualidade



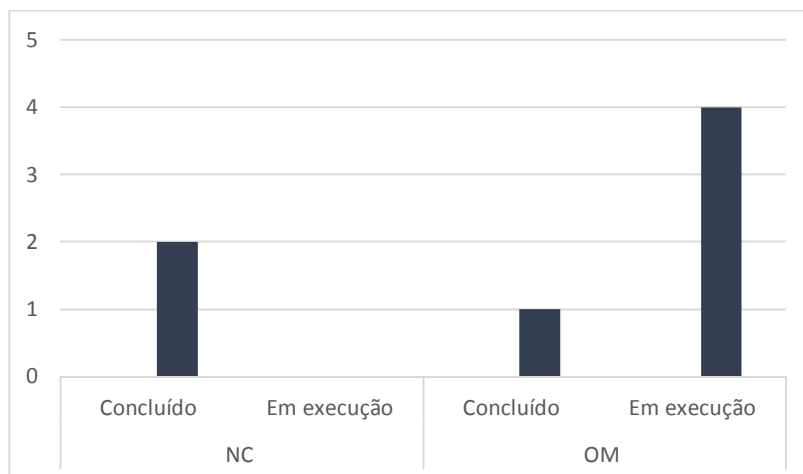
A auditoria externa de acompanhamento ao sistema de gestão da qualidade foi realizada pela Associação Portuguesa de Certificação (APER) e teve lugar nos dias 1 e 2 de Outubro, pelo Eng.º Luis Pimenta.



Tipo de ocorrência detetado por cada procedimento auditado.

Nesta auditoria foi registada duas não conformidades e cinco oportunidades de melhoria.

Estado das Ações



Estado das ações desencadeadas em função da auditoria interna ao SG segundo a NP EN ISO 9001:2008

6.2.2. Processo de Certificação do SRPC IP-RAM, como Entidade Formadora



Decorrente do Processo de Certificação do SRPC, IP, RAM como entidade Formadora Certificada, Processo nº. 11/2011 nas áreas de Educação e Formação 723 e 861, e no cumprimento do preceituado no art.º 15, n.º 3 da Portaria nº. 208/2013, foi elaborado e enviado à DRQP o Relatório de Autoavaliação referente a 2014, onde foram identificadas algumas áreas e ações de melhoria e também revisão de objetivos e metas para o Plano de Atividades 2015.

As áreas de melhoria identificadas relacionam-se com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento e com Avaliação do Desempenho Técnico-profissional em Contexto de Trabalho.

No que concerne aos objetivos e metas, o foco centra-se na redução da taxa de execução do Plano de Formação Sectorial, face aos condicionalismos com que, anualmente, nos confrontamos, pela ausência de disponibilidade orçamental/financeira para assunção de qualquer compromisso, nos primeiros meses do ano, com reflexos negativos, não só no número de ações de formação/cursos, mas também participantes/participações.

A avaliação do grau de satisfação dos formandos foi avaliado e registou oscilações percentuais entre os 59 e 92%.

A análise efetuada aos resultados de participação e conclusão das ações, permite concluir que das 38 ações realizadas para um universo de 504 formandos, não se registaram desistências e a percentagem de não aprovados situou-se de 0,4%.

7. Avaliação Final

7.1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Como se pode verificar ao longo deste relatório, através de demonstrações de análise de resultados apurados sobre o grau de concretização dos objetivos contratualizados no Quadro SIADAP-RAM 1 e da apresentação da informação prevista no nº 2 do artigo 14.º, do Decreto Legislativo Regional Nº 27/2009/M que adapta à RAM a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a avaliação final quantitativa deste SRPC, IP-RAM expressa-se em 110%; **efetivamente, 80% dos objetivos operacionais foram cumpridos ou superados e 20% não foram cumpridos.**

A taxa de absentismo dos colaboradores situou-se 6%.



No que diz respeito aos recursos financeiros, com uma dotação orçamental disponível de € **5.735.800,00**, verificou-se que o montante realizado ascendeu a € **3.497.257,00**, maioritariamente em despesas de funcionamento, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de **61%**, principalmente devido à realização de projetos do PIDDAR, particularmente o NIFORMAR e QUARTEL do PORTO SANTO.

Foi aplicado um inquérito de satisfação aos utilizadores/clientes, cujos resultados obtidos, revelam uma redução na taxa de satisfação de 13%, relativamente ao ano anterior. A justificação para este decréscimo deve ser devidamente aprofundada, muito embora se possa considerar que a reduzida taxa de respostas (15%) e o facto dos principais clientes do SRPC não terem respondido ao inquérito, possa ter contribuído para este resultado.

Por outro lado, no inquérito de satisfação aos colaboradores, os resultados alcançados, também revelam um decréscimo de 9% no índice de satisfação, pelo que os resultados dos inquéritos terão de ser devidamente analisados e avaliadas as causas da insatisfação, para introdução das inerentes medidas corretivas.

Os procedimentos utilizados para cumprimento do sistema de controlo interno, foram agilizados e devidamente integrados no sistema de gestão de qualidade, devendo depender da sua orientação técnica para avaliação e acompanhamento. A consecução deste sistema evidenciou substanciais progressos ao nível da uniformização de procedimentos, do aperfeiçoamento sistemático, da planificação de ações e da agilização e melhoria contínua de processos.

7.2. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

- Considerando o grau de cumprimento do Quadro SIADAP-RAM 1;
- Considerando o esforço que foi solicitado a este Serviço, no âmbito e como resultado das suas atribuições em prol do socorro e emergência;
- Considerando o envolvimento dos dirigentes e de todos os funcionários na aplicação do SIADAP;
- Considerando, por último, o esforço na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- a expressão qualitativa da avaliação do SRPC, IP-RAM situa-se, nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional N° 27/2009/M, **na menção de desempenho satisfatório**, como resultado da autoavaliação efetuada. O resultado final



aponta para 110%, tendo sido cumpridos ou superados 80% dos objetivos e 20% não foram cumpridos.

7.3. Conclusões e prospetivas

- Continuar o processo de monitorização do Quadro SIADAP-RAM 1 através do atual guião (elaboração, monitorização, avaliação e comunicação), integrado no sistema de gestão de qualidade e que será referencial para norma de procedimentos;
- Incrementar o processo de audição das partes interessadas através da aplicação de questionários de satisfação a colaboradores internos e externos/parceiros, sempre que houver lugar a intervenção;
- Prosseguir com a manutenção do sistema de gestão de qualidade garantindo o cumprimento das normas e definindo um plano de auditorias internas e externas que assegure a continuidade da certificação com base na Norma EN NP ISSO 9001:2000, como mais-valia para a política de qualidade que a RAM persegue na sua Administração Pública;
- Operacionalizar a utilização dos cenários para formação do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira, condição determinante para a melhoria da qualidade da resposta em termos socorro e emergência, com base na formação dos vários agentes de proteção civil e na interdependência com a Escola Nacional de Bombeiros;
- Dar continuidade à massificação das ações de informação e sensibilização, vocacionadas para toda a população. O Boletim, o sítio da internet, disponibilizando também informação em língua inglesa, as ações junto das escolas da RAM e de outros organismos coletivos, serão fundamentais para a prossecução destes objetivos;
- Aumentar a capacidade técnica e operacional do Dispositivo de Resposta Operacional da RAM, através de um conjunto de ações que lhe irá proporcionar melhor qualidade na intervenção em acidentes e/ou incidentes. A formação em áreas específicas relacionadas com os riscos potenciais da RAM, a aquisição de equipamentos individuais e coletivos adequados e necessários às intervenções dos seus agentes, a familiarização com a doutrina operacional bem como a adequada difusão e utilização por todos os seus integrantes, é a linha de orientação a ser seguida;



- Enquanto entidade formadora devidamente certificada, consolidar a estrutura formativa, com recursos humanos próprios e cada vez mais qualificados, de forma a permitir maior autonomia, através do seu Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros, prosseguindo no investimento na formação profissional dos técnicos do SRPC e dos agentes de proteção civil, para aumentar a eficácia nas intervenções, constituindo-se como uma área de elevada prioridade;
- Acompanhar a atualização legislativa, com adaptação ou elaboração própria de diplomas essenciais, face à especificidade da Região Autónoma da Madeira e da transversalidade da matéria que é a proteção civil.
- Dar continuidade ao programa Regional de Desfibrilhação Automática Externa, com a instalação de equipamentos em vários locais públicos, com operadores habilitados a utilizar os DAE, constituindo um marco importante para o aumento da qualidade de vida da população e, desta forma, contribuirá para o destino turístico de excelência da RAM. Associado a este programa, incentivar a divulgação sobre primeiros socorros no âmbito de uma campanha generalizada, que contribua para sermos “cidadãos mais capazes”;
- Dar continuidade ao cumprimento do regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios, SCIE, de acordo com a Portaria n.º 29/2013 de 22 de Abril que materializa a adaptação à RAM do respetivo regulamento técnico e para a qual o trabalho desenvolvido pelo NAR/SRPC, tanto na identificação de constrangimentos como na resolução das incorreções, foi determinante;
- Implementar e operacionalizar o Plano Regional de Emergência e Proteção Civil para que, concomitantemente com os Planos de Emergência Municipais, se potencie a consolidação do socorro e emergência na RAM.
- Continuar a promover a apresentação de candidaturas de projetos, no âmbito dos vários programas comunitários, aproveitando não só os fundos subsequentes, mas também as sinergias resultantes do contacto com outras entidades, ligadas à área da proteção civil.



Anexos:

- I - Inquérito de Satisfação a colaboradores externos/parceiros
- II - Inquérito de Satisfação a colaboradores internos
- III - Plano de Atividades para 2013
- IV - Quadro SIADAP-RAM 1 – 2013





ANEXOS





Inquérito de Satisfação de Cliente

IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

Entidade:

Abrev.

Pretendemos atingir o mais elevado nível de satisfação dos nossos clientes. Para atingir esse objectivo estamos a efectuar um inquérito de avaliação do grau de satisfação junto dos nossos clientes. Agradecemos a sua opinião no que respeita aos vários serviços que prestamos e a forma como são prestados e pedimos que dispense um pouco do seu tempo no preenchimento deste inquérito. Acima de tudo, está a colaborar para que possamos melhorar toda a nossa dinâmica de trabalho.

As notas correspondem às seguintes avaliações:

2- Não satisfaz 3- Satisfaz 4- Satisfaz bem 5- Satisfaz muito bem NA - Não Aplicável

2 3 4 5 N.A.

1- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

1.1- Como classifica a facilidade no contacto/ disponibilidade?	☐	☐	☐	☐	☐
1.2- As propostas apresentadas correspondem aos requisitos solicitados?	☐	☐	☐	☐	☐
1.3- Como avalia a simpatia dos serviços administrativos/financeiros do SRPC IP-RAM?	☐	☐	☐	☐	☐
1.4- No global como avalia os serviços administrativos/financeiros do SRPC IP-RAM?	☐	☐	☐	☐	☐

2 - SERVIÇOS DE FORMAÇÃO

2.1- Qual a sua opinião sobre a planificação da formação?	☐	☐	☐	☐	☐
2.2- Como classifica as Ações Formativas quanto aos conteúdos programáticos?	☐	☐	☐	☐	☐
2.3- Qual a sua opinião em relação à eficácia das Ações de Formação?	☐	☐	☐	☐	☐
2.4- Como avalia a adequação dos conteúdos das ações de sensibilização?	☐	☐	☐	☐	☐
2.5- Qual a sua percepção na globalidade da qualidade dos serviços de Formação?	☐	☐	☐	☐	☐

3 - SERVIÇOS TÉCNICOS

3.1- Como classifica a resposta aos pedidos de apoio e pareceres em termos de rapidez?	☐	☐	☐	☐	☐
3.2- Qual a sua opinião em relação à eficácia dos apoios prestados?	☐	☐	☐	☐	☐
3.3- Como avalia a facilidade de contacto (tel, fax, email, portal,...)?	☐	☐	☐	☐	☐
3.3- Como avalia a capacidade técnica demonstrada para resolução dos seus problemas?	☐	☐	☐	☐	☐
3.2- Qual a sua opinião em relação à clareza e utilidade da informação divulgada pelo SRPC IP-RAM?	☐	☐	☐	☐	☐
3.3- Como avalia a informação disponível no portal www.prociymadeira.pt ?	☐	☐	☐	☐	☐
3.3- Qual a sua percepção sobre as prestações dos técnicos do SRPC IP-RAM, no que se refere a:					



	2	3	4	5	N.A.
1- Conhecimento	☐	☐	☐	☐	☐
2- Atitude/Simpatia	☐	☐	☐	☐	☐
3- Disponibilidade	☐	☐	☐	☐	☐

5- APRECIÇÃO GLOBAL DO SRPC IP-RAM

5.1- Profissionalismo	☐	☐	☐	☐	☐
5.2- Acessibilidade	☐	☐	☐	☐	☐
5.3- Rapidez	☐	☐	☐	☐	☐
5.4- Eficiência	☐	☐	☐	☐	☐
5.5- Eficácia	☐	☐	☐	☐	☐

6- Outras questões que considere pertinentes ou sugestões de melhoria:

Questionário respondido por:

Função: _____ Data: _____



Questionário de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como o colaborador percebe a organização, de modo a aferir o seu grau de satisfação para com a organização.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível à nossa organização apostar na melhoria contínua dos serviços que prestamos.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Cada grupo de perguntas é seguido por um campo, de carácter facultativo, onde poderão ser apontadas algumas sugestões.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o **anonimato** do colaborador é respeitado.

Ao preencher o questionário tenha em conta que o grau de satisfação:

2 = Não Satisfaz, **3** = Satisfaz, **4** = Satisfaz bem, **5** = Satisfaz muito bem, **NA** = Não Aplicável e **NS** = Não Sabe.

Imp 02-06_B



Questionário de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

Satisfação com:	2	3	4	5	NS	NA
Condições de Trabalho	1. Estou satisfeito(a) com as instalações (ex. gabinetes, refeitório, instalações sanitárias)					
	2. Estou satisfeito(a) com as condições de higiene e segurança das instalações e equipamentos					
	3. Existe conforto e bem-estar físico no meu local de trabalho (ex. temperatura, espaço, limpeza)					
	4. Disponho dos meios necessários para desempenhar a minha função					
	5. Tenho possibilidades de ser criativo(a)					
	6. Estou satisfeito(a) com o meu horário de trabalho					
Desenvolvimento Funcional	7. Raramente me é solicitado desempenhar outras funções para além das que me estão atribuídas					
	8. O meu trabalho é reconhecido por todos					
	9. Tenho possibilidades de me desenvolver profissionalmente					
	10. Sinto realização pessoal na função que ocupo na Instituição					
	11. Estou satisfeito com o modo como é reconhecido todo o meu trabalho, dedicação e esforço enquanto colaborador					
	12. Sinto que o Sistema de Avaliação de Desempenho é justo					
	13. Obtenho regularmente informação sobre o meu desempenho					
	14. Acedo à formação necessária para o correto desempenho da minha função					
	15. A Instituição permite-me frequentar as ações de formação que acho importantes					
Gestão e Sistema de Gestão	16. Participo no processo de decisão. As minhas opiniões são ouvidas					
	17. Tenho possibilidade de participar na definição das atividades a desenvolver e objetivos a atingir					
	18. Tenho autonomia para planear, executar e avaliar o meu próprio trabalho					
	19. Os objetivos que me estão atribuídos são adequados e possíveis de alcançar					
	20. Sei quem é o meu responsável direto					
	21. Estou sujeito a uma avaliação anual e no fim os resultados são-me comunicados					
	22. Conheço a política, a estratégia e os objetivos da Instituição					
	23. Tenho conhecimento do Plano de Atividades realizado no início do ano					
	24. Participo na apresentação de sugestões que visam melhorar o funcionamento da Instituição					
Organização	25. São aceites e estimuladas por parte da organização, as sugestões apresentadas pelos colaboradores					
	26. Considero que a Instituição fornece contributos positivos para a comunidade em que se insere					
	27. É prestigioso ser membro desta instituição (ex. perante a família e amigos)					
	28. Sinto que trabalho numa Instituição inovadora e em permanente melhoria					
	29. Conheço a Política e os objetivos da Qualidade da Instituição					
	30. O grau de satisfação dos utentes é uma das maiores prioridades da Instituição					
	31. O nível de qualidade dos serviços prestados pela Instituição é elevado					

Muito obrigado pela sua colaboração.

Imp 02-06_B

SIADAP RAM 1 - Sistema de Avaliação de Desempenho dos Serviços da Administração Pública Regional

2014

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP - RAM

Missão:

Prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo os seus bens.

Visão:

Proteção Civil: uma tarefa de todos para garantir o futuro

Valores:

Orientar a sua atividade no cidadão e no património; **Rigor** na execução das tarefas; **Motivação** permanente para o trabalho; **Dinâmica** de grupo na prossecução das ações; **Qualidade** em tudo o que é efetuado; **Credibilidade** dos profissionais; **Ética** das colaboradoras nas tarefas que executam; **Proatividade** face à necessidade de respostas celeres

Objetivos Estratégicos (OE):

OE 1 - Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais suscetíveis de afetar o normal desenvolvimento das atividades da Região Autónoma da Madeira.

OE 2 - Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão.

OE 3 - Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de proteção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos níveis de preparação e prevenção.

Objetivos Operacionais				Resultados Ano n-1 2013	Metas Ano n 2014	Concretização			Desvios		
Objetivo		Indicador				Resultados	Classificação				
							Superou	Atingiu	Não Atingiu		
PREVENÇÃO											
1	Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional	20%	1	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Aquisições	25%	60%	60%	85%	142%		
			2	Taxa de cumprimento do plano de implementação da UOPT	Excedido (ver RAM de 05/10/13)						
			3	Taxa de aumento dos efetivos do SENEP	25%	7%	8%	0%			0%
			4	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Inspeções da JRM	25%	100%	100%	100%		100%	
			5	Nº de exercícios, de âmbito regional, participados	25%	3	2	2		100%	
			6	Taxa de cumprimento do plano de treino da UMCTE	Excedido (ver RAM de 05/10/13)						
2	Reconhecer e determinar a tipologia de riscos que possam afectar o normal desenvolvimento das actividades na RAM	20%	7	Elaboração dos pareceres finais relativos aos Planos de Riscos das Autarquias	0%	100%	na	na			
			8	Elaboração de pareceres prévios sobre Planos Municipais de Emergência	100%	na	100%	100%		100%	
3	Promover as iniciativas legislativas necessárias à evolução sustentada do socorro e emergência na RAM	0%	9	Nº de propostas de adaptação de diplomas legislativos e normativos de âmbito nacional (Leis, Decretos-Lei, Portarias, Despachos...) e iniciativas de diplomas legislativos e normativos de âmbito regional (Decretos Legislativos Regionais, Decretos Regulamentares Regionais, Portarias, Despachos...) formalizadas	30%	5	na	na			
			10	Elaboração de processos de adaptação regional de legislação nacional em vigor, no âmbito dos bombeiros, assim como os regulamentos consequentes	30%	5	na	na			
			11	Atualização dos Estatutos do SPRC (P-RAM)	40%	100%	na	na			
4	Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de proteção civil do DRON, através da formação	25%	12	Nº de formadores a certificar em Salvamento e Desembarcamento, Incêndios Florestais e Comunicações	10%	2	5	9	180%		
			13	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Formação Sectorial para os elementos do DRON	25%	83%	76%	73%	104%		
			14	Nº de elementos (bombeiros e outros agentes proteção civil) que frequentaram ações de formação	25%	350	220	504	229%		
			15	Índice de satisfação dos formandos que frequentaram as ações de formação	20%	99%	75%	82%	109%		
			16	Taxa de cumprimento do Plano de Formação em Comunicações para agentes de proteção civil	20%	100%	70%	0%			0%
6	Promover a divulgação de informação técnica e operacional junto dos agentes de proteção civil	20%	24	Taxa de cumprimento do plano de auditorias ao RNBP	40%	100	80% até 30JUN 100% até 30OCT	100%	100%		
			25	Homologação dos novos regulamentos internos dos CB voluntários e mistos de acordo com o novo quadro jurídico	0%	na	na	na			
			26	Taxa de implementação do sistema de referência TETRA para o DRON	40%	80%	80%	100%	125%		
			27	Nº de normas elaboradas, no âmbito da institucionalização de procedimentos operacionais	20%	0	5	5		100%	
8	Desenvolver o sistema de aviso, alerta regional	10%	28	Celebrar protocolo com o CMFunchal	Excedido (ver RAM de 05/10/13)						
			31	Taxa de cumprimento do Plano de Implementação do Sistema AAA Regional	100%	30%	60%	100%	167%		
ERGOERÇÃO											

5	Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.	40%	17	% de pareceres emitidos face ao nº de Programas DAE recebidos	20%	100%	90%	100%	111%			
			18	Nº de Contratos-Programa com ABV, CM e CVP propostos, para aquisição e manutenção de equipamentos no âmbito da operacionalidade do PIMO	20%	21	10	11	110%			
			19	Elaboração do processo de medidas de autoproteção do Núcleo de Instalações e Formação do SRPC, SP-RAM	0%	na	na	na				
			20	Elaborar Notas Técnicas específicas do Regulamento Técnico de SCIE (RAM)	0%	na	na	na				
			21	Taxa de execução de pareceres emitidos face nº de processos recebidos no âmbito da SCIE	20%	84%	90%	90%		100%		
			22	Taxa de execução de pareceres emitidos face ao nº de processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção, relativos a estabelecimentos de ensino e outros edifícios	20%	60%	60%	72%	120%			
			23	Taxa de execução de visitas realizadas face às solicitações	20%	100%	90%	100%	111%			
7	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança	30%	28	Nº de reuniões realizadas com as CM no âmbito do planeamento de emergência	40%	16	6	10	167%			
			29	Taxa de cumprimento do Plano de ações a executar no âmbito do PRPC	60%	45%	75%	75%		100%		
10	Melhorar o funcionamento interno do SRPC	30%	34	Elaboração de pareceres jurídicos	10%	100%	Até 10 dias úteis após recepção	100%		100%		
			35	Taxa de cumprimento da atualização das notas biográficas dos colaboradores	10%	100%	90%	100%	111%			
			36	Taxa de cumprimento dos registos de assiduidade	10%	100%	95%	100%	105%			
			37	Índice de satisfação dos funcionários	10%	77%	75%	94%			85%	
			38	Taxa de execução do registo de património face ao adquirido	10%	100%	90%	100%	111%			
			39	% de compromissos elaborados face aos nº de processos de despesa	20%	100%	100%	100,00%		100%		
			40	Elaboração dos Mapas de Relatório Mensais	10%	100	100% até 05 de cada mês	100,00%		100%		
			41	% de funcionários que frequentaram ações de formação	10%	44%	60%	60,00%			86%	
QUALIDADE												
9	Garantir a manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade	40%	32	Taxa de execução do plano Anual de Auditorias Internas	60%	71%	65%	65%		100%		
			33	Índice de satisfação do serviço prestado (INQUÉRITO)	40%	78%	75%	80%			92%	
11	Desenvolver a política de informação e de educação em proteção civil	80%	42	Nº pessoas abrangidas pelas campanhas de sensibilização no âmbito do programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	30%	6895	3000	3078	103%			
			43	Índice de satisfação no âmbito do Programa "Segurança em casa, na rua e na escola"	15%	98%	75%	99%	132%			
			44	Nº de visitas mensais à página WEB	10%	5584	3000	3090	103%			
			45	Nº de boletins editados	15%	1	2	1			50%	
			46	Nº de ações de formação nas escolas no âmbito do programa "3 gestos para salvar uma vida"	15%	8	8	8		100%		
			47	Taxa de cumprimento dos Planos Mensais de ações de divulgação/sensibilização	15%	100%	90%	100%	111%			

Meios Disponíveis				
Recursos Humanos (*)	Pontuação	Planejados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direção Superior	20,0	40,0	40	0,0
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16,0	48,0	47,42	-0,6
Técnicos Superiores	12,0	120,0	103,48	-16,5
Coordenador Técnico	8,0	18,0	8,58	-9,4
Técnico de Informática	8,0	8,0	9	0,0
Assistente Técnico	8,0	112,0	86,02	-26
Assistente operacional	5,0	15,0	14,15	-0,9
TOTAL		363,0	308,63	-53,4
(*) Mapa em Anexo				
Orçamento				
	Estimado		Realizado	Desvio
Funcionamento	4 506 598,00 €		3 836 843,57 €	-1 669 754,43 €
Despesas com o pessoal	1 271 513,00 €		1 225 477,20 €	-46 035,80 €
Aquisição bens e serviços	1 210 085,00 €		575 137,21 €	-634 947,79 €
FEDAR	3 176 000,00 €		640 808,92 €	-2 535 191,08 €
TOTAL	7 682 598,00 €		3 477 652,49 €	-4 885 929,10 €

Objetivos Anuais vs Objetivos Estratégicos	
OB 1	OE 1
OB 2	
OB 3	
OB 4	
OB 5	



OB 6		
OB 7		
OB 8		
OB 9		
OB 10		
OB 11		

Resultados Agregados			
		Contribuição da Dimensão	Avaliação Final
EFICÁCIA	50%	114,89%	109,94%
EFICIÊNCIA	30%	109,15%	
QUALIDADE	20%	98,75%	

Fontes de Verificação	
Indicador 1	Plano Anual de Aquisições
Indicador 2	Plano de Atividades
Indicador 3	Plano de Atividades
Indicador 4	Plano de Atividades
Indicador 5	Plano Anual de Implementação da UIRI
Indicador 6	Plano de Atividades; Folhas de Pagamento
Indicador 7	Plano Anual de Inspeções da IRB; Relatórios de Inspeção
Indicador 8	Plano Anual de Inspeções das AMS; Relatórios de Inspeção do SEMER
Indicador 9	Plano de Atividades; Relatórios de Exercícios
Indicador 10	Plano de Treinos
Indicador 11	Plano Anual de Atualização do Sistema de Informação Geográfica
Indicador 12	Plano de Atividades
Indicador 13	Plano de Atividades; Propostas apresentadas
Indicador 14	Proposta elaborada; JORAM
Indicador 15	Formalização da Candidatura
Indicador 16	Plano de Atividades; Diplomas dos Cursos
Indicador 17	Plano Anual de Formação Setorial
Indicador 18	Relatórios de Formação; Diplomas de Cursos
Indicador 19	Plano Anual de Formação em Comunicações
Indicador 20	Plano de Atividades; Relatórios Periódicos do SEMER
Indicador 21	Relatórios de Execução dos Projetos
Indicador 22	Formalização das Candidaturas
Indicador 23	Resoluções do GRM
Indicador 24	Plano de Atividades; Formalização da Parceria
Indicador 25	Relatórios Periódicos do NSCI
Indicador 26	Relatórios Periódicos do NSCI
Indicador 27	Relatórios Periódicos do NSCI
Indicador 28	Relatórios Periódicos do NSCI
Indicador 29	Relatórios Periódicos do NSCI
Indicador 30	IFPROTEC; Plataforma RHBP
Indicador 31	Relatórios Periódicos da IRB
Indicador 32	IFPROTEC
Indicador 33	Plano de Atividades; Relatórios Periódicos do NSCI
Indicador 34	Formalização dos Protocolos; Relatórios Periódicos CROS
Indicador 35	Plano Anual de Aquisições; Relatório de Execução do Proj BOMBERGIS
Indicador 36	Plano de Atividades
Indicador 37	Plano de Atividades; Atas das Reuniões
Indicador 38	Plano Anual de Execução do PREPC
Indicador 39	Formalização do Protocolo
Indicador 40	Plano Anual de Implementação do SAAA
Indicador 41	Plano Anual de Auditorias do SRPC
Indicador 42	Resultados de Inquérito
Indicador 43	Notas Biográficas
Indicador 44	Registos de Assiduidade
Indicador 45	Resultado de Inquérito
Indicador 46	Folha de Registo de Património
Indicador 47	Processos de Despesa
Indicador 48	Conta de Gerência
Indicador 49	Autos de Recção; Folha de Registo de Património
Indicador 50	Actas das Reuniões; Relatórios de Acompanhamento da Empreitada; Proj NIFORMAR
Indicador 51	Relatórios de Formação; Diplomas de Cursos
Indicador 52	Matriz de Competências; Relatórios de Formação
Indicador 53	Relatórios Periódicos do DP
Indicador 54	Relatórios Periódicos do GAT TSI
Indicador 55	Boletins; Website
Indicador 56	Relatórios Periódicos do SEMER
Indicador 57	Planos Mensais de Ações de Divulgação/Sensibilização

Anexo Quadro SIADAP RAM 1 - 2013

Dias Úteis Planeados no ano em causa (DUP): 228

Dirigentes - Direcção Superior			Pontuação	
			20,0	
Direcção Superior:	Dias Úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Luís Manuel Guerra Neto	247	20,0	247	20,0
Pedro Manuel Das Alencar Barbosa	247	20,0	247	20,0
Total:	494	40,0	494	40

Dirigentes - Direcção Intermediária e Chefes de Equipa			Pontuação	
			16,0	
Direcção Intermediária e Chefes de Equipa:	Dias Úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
António José Sousa Rocha	247	16	247	16,0
Luís Miguel Figueira Silva Sousa	247	16	244	15,8
Ana Zaida Drumond Loureiro Pinheiro	247	16	241	15,6
Total:	741	48	732	47,4

Técnicos Superiores			Pontuação	
			12,0	
Técnicos Superiores:	Dias Úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Paul Nino Faria Afonso	247	12,0	237	11,5
Diamantina Jardim Merveles	247	12,0	194	9,4
Gonçalo Nunes Ferreira	247	12,0	241	11,7
Claudia Maria Belchior Ribeiro Victorino Marques	247	12,0	243	11,8
Silvia Virgílio Conceição Pereira	247	12,0	243	11,8
Nélia Maria Gonçalves Pereira Almeida	247	12,0	239	11,6
Teresa Maria Freitas Jardim	247	12,0	245	11,9
Vitor Filipe Freitas Ferreira	247	12,0	246	12,0
Claudia Isabel Silva Pereira	247	12,0	242	11,8
Total:	2223	108	2130	103,48

Técnicos de Informática			Pontuação	
			9,0	
Técnicos de Informática:	Dias Úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Manuel António Moura Dantas Nascimento	247	9,0	247	9,0
Total:	247	9,0	247	9,0

Coordenador Técnico			Pontuação	
			9,0	
Coordenadores Técnicos:	Dias Úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Maria Zita Barros Jesus	247	9,0	235	8,6
Total:	247	9,0	235	8,6

Assistente Técnico			Pontuação	
			8,0	
Assistentes Técnicos:	Dias Úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada
Miguel José Silva Franco	247	8,0	243	7,8
Maria Isilda Oliveira Freitas	247	8,0	242	7,8
Américo Jorge Fernandes Aguiar	247	8,0	247	8,0
Carlos Duarte Lagos Batista Andrade	247	8,0	216	7,0
João Duarte Silva Gomes Gregório	247	8,0	245	7,9
João Emanuel Silva Gomes	247	8,0	247	8,0
Norberto Fernandes Silva	247	8,0	242	7,8
Nélio Dinis Batista Martins	247	8,0	247	8,0
Maria Madalena Almeida Alves Tremura	247	8,0	245	7,9
Angela Maria Ribeiro Rodrigues	247	8,0	247	8,0
Carlos Humberto Sousa Gomes	247	8,0	247	8,0
Norberto Sérgio Silva Rodrigues	247	8,0	236	7,6
Mateus Carvalho Gouveia	247	8,0	247	8,0
Total:	3211	104	2656	86,02

Assistente Operacional			Pontuação	
			5,0	
Assistentes Operacionais:	Dias Úteis Planeados (DUP)	Pontuação Planeada	Dias Úteis Executados (DUE)	Pontuação Executada

António Alberto Coelho Pestana	247	5,0	247	5,0
Daniel Duarte Franco Freitas	247	5,0	212	4,3
Maria Fátima Pestana Henriques	247	5,0	240	4,9
Total:	741	15,0	699	14,1



PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2014

Referências:

- a) Decreto Legislativo Regional nº 16/2009/M, de 30 de Junho
- b) Decreto Legislativo Regional nº 17/2009/M, de 30 de Junho
- c) Decreto Legislativo Regional nº 31-A/2013/M
- d) Decreto Legislativo Regional nº 12/2013/M de 05 de Março
- e) Portaria Conjunta nº 69/2013, de 02 de Agosto
- f) Programa do Governo 2011-2015
- g) SIADAP 1-RAM do SRPC, IP-RAM

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O SRPC, IP-RAM é um serviço da administração indirecta da Região Autónoma da Madeira, integrado na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Neste sentido está incumbido de assegurar a protecção e socorro das populações residentes e de quem nos visita, coordenando as actividades de protecção civil.

Sendo a Protecção Civil "um instrumento importante para a protecção do equilíbrio do espaço regional, seja em termos de prevenção de situações de risco seja em termos de capacidade de accionar os mecanismos de combate a situações que ponham em perigo as populações e a integridade do território"¹ é importante que a definição dos objetivos estratégicos sejam vistos numa ótica de continuidade e que, muitos deles, tenham em linha de conta a perspetiva plurianual da sua consecução.

¹ Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 da Região Autónoma da Madeira, pag 63

Protecção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Carlinho do Pinheiro n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 113/291 764 604 -Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccv.madeira.pt



Refere o Programa do Governo Regional que *"A salvaguarda e proteção da Vida Humana e dos bens, num território insular, como a Região Autónoma da Madeira, constitui um pilar estratégico do seu desenvolvimento sustentável. Transversal a todas as áreas de atividade, a Proteção Civil assume, assim, a centralidade na vida coletiva, tornando-a um valor essencial para o bem-estar e segurança das populações"*.

Para além disso e cada vez mais as orientações são focalizadas na necessidade de utilização de recursos humanos, materiais e financeiros, de uma forma criteriosa e com padrões de gestão que motivem a sua eficiência e eficácia máxima.

Para cumprimento das orientações acima referidas, o SIADAP 1-RAM define os objetivos estratégicos a cumprir, naquilo que o Programa do Governo determina como fundamental nesta área de atividade.

Com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional nº 12/2013/M e da Portaria Conjunta nº 69/2013, o SRPC, IP-RAM adequou a sua estrutura organizativa a um modelo de serviço, tendo em linha de conta a transferência para as novas instalações (JULHO2013), aliado ao facto de não ser possível contratar recursos humanos em número suficiente.

As novas instalações e o desenvolvimento, em 2014, dos cenários para o Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros, vão permitir um melhor aproveitamento dos espaços para promover as competências do Serviço na sua vertente de sensibilização da população mas, também, proporcionar aos agentes de proteção civil e a outras organizações, um espaço de formação com as condições mais adequadas à sua missão.

A manutenção da certificação do SRPC, IP-RAM em duas áreas fundamentais – Formação e Gestão da Qualidade – é fundamental para a garantia de excelência dos

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Fimicão n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 113/291 764 604 -Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pscivmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 2 de 20



serviços por nós prestados e, dessa forma, ganhar maior confiança de todos quantos esperam de nós o apoio em situações que vão para além da normalidade.

O Serviço Regional de Protecção Civil, IP-RAM, 16 de Janeiro de 2014

O Conselho Diretivo

O Presidente

Luís Manuel Guerra Neri

O Vogal

Pedro Manuel Dias Alves Barbosa

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Fáticão n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL - Tel: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pcciv.madeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 3 de 20



ÍNDICE

Articulação	Página
Nota Introdutória	1-3
Índice	4
Capítulo I – Apresentação do SRPC, IP-RAM	5
1.1 - Missão do SRPC, IP-RAM	5
1.2 - Visão do SRPC, IP-RAM	5
1.3 - Valores do SRPC, IP-RAM	6
1.4 - Política de Qualidade	6-7
1.5 - Principais atribuições	7-10
1.6 - Organograma	10
1.7 - Ambiente Externo e Interno	11-12
Capítulo II – Objectivos e Estratégias	13
2.1 - Objectivos Estratégicos	13
2.2 - Estratégias	14-16
Capítulo III – Actividades previstas e recursos	17
3.1 - Actividades para 2014	17
3.2 - Constrangimentos	17-18
3.3 - Recursos disponíveis	18-20

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.prc.madeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 4 de 20



Capítulo I – APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP - RAM

O SRPC, IP – RAM

O Serviço Regional de Proteção Civil, IP – RAM é um Instituto Público integrado na administração indireta da Região Autónoma da Madeira, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Prossegue atribuições da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, sob superintendência e tutela do respetivo Secretário Regional.

1.1 - MISSÃO ²

A **Missão** do SRPC, IP-RAM é prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo as pessoas e protegendo os seus bens.

1.2 - VISÃO

No sentido de planear e coordenar as atividades de Proteção Civil na Região Autónoma da Madeira, designadamente, na proteção e socorro das populações e assegurar um adequado sistema de emergência pré-hospitalar, o SRPC, IP-RAM tem como **Visão** um lema que pretende traduzir uma continuidade nas suas ações, de hoje e de amanhã, para além de englobar nessas tarefas todos os cidadãos:

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.

² Artigo 3º do DLR nº 17/2009/M, alterado pelo DLR nº 8/2010/M, alterado pelo DLR nº 12/2013/M

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.srpcvmadeira.pt



1.3 - VALORES

Para além disso, os valores com que é pautado todo o seu trabalho são:

- Orientar a sua actividade no cidadão e no património;
- Rigor na execução das tarefas;
- Motivação permanente para o trabalho;
- Dinâmica de grupo na prossecução das acções;
- Qualidade em tudo o que é efetuado;
- Credibilidade dos profissionais.
- Ética dos colaboradores nas tarefas que executam;
- Prontidão face à necessidade de respostas céleres;

1.4 - POLÍTICA DE QUALIDADE

O SRPC, IP-RAM, tendo como referência a política e planeamento global definidos pela Tutela, tem como Política da Qualidade, no âmbito das suas atribuições, assegurar:

- A obtenção de índices, sempre crescentes, de melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços à sociedade e da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- A utilização eficaz, transparente e eficiente dos recursos à sua responsabilidade;
- A deshurocratização, modernização e inovação dos serviços administrativos, com vista a agilizar a capacidade de resposta e os processos de tomada de decisão;
- A responsabilização, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus funcionários;
- A contribuição para o aumento do prestígio e dignificação da Administração Regional;

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Písculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.procvimadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 6 de 20



- A prestação, aos cidadãos, empresas e outras entidades, de serviços que respondam às suas necessidades e expectativas no cumprimento integral da legislação aplicável.

1.5 - PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES ³

De um modo geral, podemos referir que as principais atribuições da actividade do SRPC, IP-RAM se enquadram nas seguintes áreas:

Actividade dos Bombeiros

- Zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis aos corpos de bombeiros e prestar-lhes o apoio necessário ao desenvolvimento das suas actividades;
- Promover o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro;
- Apoiar técnica e financeiramente as associações humanitárias de bombeiros e outras instituições que mantenham corpos de intervenção operacional na área do socorro e emergência, devidamente homologados;
- Assegurar a realização de ações de formação e aperfeiçoamento operacional com vista à melhoria contínua dos conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros;
- Exercer a ação tutelar sobre a componente operacional dos corpos de bombeiros, nomeadamente definindo o dispositivo e as áreas de intervenção;

³ Artigo 3º do DLR nº 17/2009/M, alterado pelo DLR nº 8/2010/M, alterado pelo DLR nº 12/2013/M

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Funchal n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccionmadeira.pt



- Através da Inspeção Regional de Bombeiros coordenar, acompanhar e fiscalizar, a nível regional, a atividade dos corpos de bombeiros no domínio da protecção civil e socorro.

Planeamento de emergência e ordenamento do território

- Proceder à conclusão do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da RAM;
- Emitir parecer sobre projetos de natureza legislativa ou regulamentar que visem questões de protecção civil;
- Promover, ao nível regional, a elaboração de estudos sobre planos de emergência especiais;
- Promover as acções conducentes à organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil;
- Emitir parecer sobre os planos de emergência de âmbito municipal;
- Emitir parecer, na vertente da protecção civil, relativamente aos planos de ordenamento do território, nomeadamente os Planos Directores Municipais;

No âmbito da avaliação e prevenção de riscos

- Organizar um sistema regional de aviso e alerta que integre os diversos serviços especializados e assegure a informação necessária à população;
- Promover, em coordenação com entidades tecnicamente credenciadas, o levantamento, previsão e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica;
- Assegurar o cumprimento da legislação em vigor sobre o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos da RAM, nos termos da lei;

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Fimcúlo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL - Telex: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: spc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccivilmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 8 de 20



No âmbito da emergência pré-hospitalar

- Definir, organizar, coordenar, avaliar e fiscalizar as actividades de socorro de emergência pré-hospitalar, nas suas vertentes medicalizada e não medicalizada;
- Coordenar o accionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência pré-hospitalar;
- Promover e coordenar a formação a todo o pessoal indispensável às ações de emergência pré-hospitalar;
- Orientar a acção coordenada dos agentes de saúde nas situações de acidente grave ou catástrofe;

No âmbito da protecção e socorro

- Decidir sobre a oportunidade, tipo e extensão da intervenção de qualquer agente de protecção civil em caso de iminência, ou ocorrência de incidente ou acidente que motive a sua acção, constituindo-se como a entidade coordenadora da protecção civil e do socorro;
- Inspeccionar, fiscalizar e avaliar os serviços, meios e recursos de protecção civil, que integrem o dispositivo de resposta operacional da RAM;
- Integrar as operações de socorro, busca e salvamento marítimos, em articulação com a autoridade marítima, no âmbito do sistema de busca e salvamento marítimo.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Funchal n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL - Telex: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: rpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.psczmadeira.pt



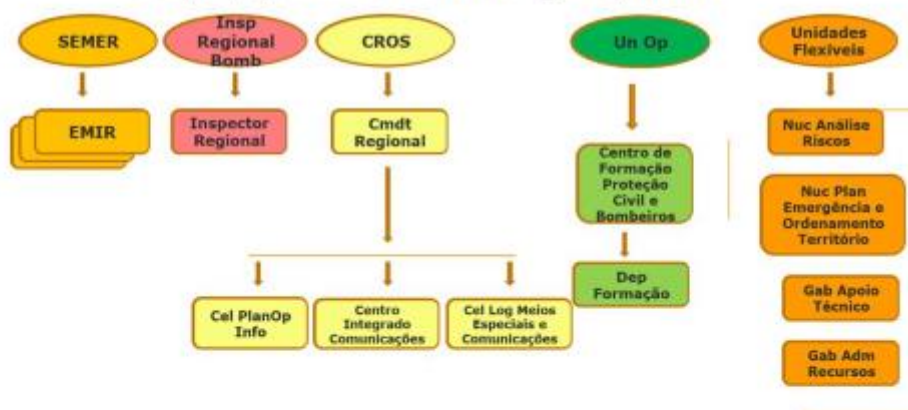
No âmbito da informação e sensibilização

- Desenvolver ações pedagógicas e informativas de sensibilização das populações, visando a proteção, o socorro, a emergência pré-hospitalar e o fomento da solidariedade;
- Fomentar o voluntariado junto da população para que a sua colaboração em situações de emergência possa ser a melhor e a mais cooperativa;
- Integração dos Corpos de Bombeiros nas ações de informação e sensibilização;

1.6 - ORGANOGRAMA

O SRPC, IP-RAM tem a sua organização atual que decorre do DLR nº 17/2009/M, alterado pelos DLR nº 8/2010/M e DLR nº 12/2013/M e consubstanciada através da Portaria Conjunta nº 69/2013.

De seguida, apresenta-se o modelo de organização interna:



Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Píndulo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL - Telo: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.protecivilmadeira.pt



1.7 – AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

1.7.1 – **Internamente**, o SRPC, IP-RAM na prossecução das suas atribuições relaciona-se com as Unidades orgânicas e com as Flexíveis que são individualizadas na estrutura e, em momentos específicos, com o Centro de Coordenação Operacional Regional (CCOR), Comissão Regional de Proteção Civil (CRPC) e Conselho Consultivo.

1.7.2 – **Externamente**, o SRPC, IP-RAM relaciona-se com as várias estruturas da SRAS e com as demais Secretarias do Governo Regional, através do Gabinete da SRAS. Para além deste relacionamento e porque a transversalidade das atribuições do SRPC, IP-RAM a isso o obrigam existem um conjunto muito alargado de entidades, públicas e privadas, que são objecto de uma ligação prioritária:

- Associação de Municípios da Madeira, Câmaras Municipais e Serviços Municipais de Proteção Civil, Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e respetivos Corpos de Bombeiros, Delegação da Madeira da Cruz Vermelha Portuguesa, SANAS Madeira e seu Corpo Operacional, Federação dos Bombeiros da Região Autónoma da Madeira, Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, Forças Armadas, Forças e Serviços de Segurança, Autoridade Nacional de Protecção Civil, Instituto Nacional de Emergência Médica, Ministério da Defesa Nacional, Ministério da Administração Interna, Instituto Português do Mar e da Atmosfera e Observatório Meteorológico do Funchal, Escola Nacional de Bombeiros, Universidade da Madeira, Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, Direcção Geral da Autoridade Marítima, Liga dos Bombeiros Portugueses, Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Órgãos de Comunicação Social, Dirección General de Seguridad e Emergência de Canárias, Gestion de Servicios para la Salud e Seguridad de

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pinheiro n.º 14, São Gonçalo, 9090-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.prcm-madeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 11 de 20



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Canárias, Consórcio de Emergências de Grã Canária, Consórcio de Bombeiros de La Isla de Tenerife.

1.7.3 – Podemos concluir que o nível de interesse e de influência dos stakeholders se pode apresentar da seguinte forma:

		Nível de Interesse	
		Baixo	Alto
		Esforço Mínimo	Manter Informado
Poder	Pouco	- ANBP-Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - UMA – Universidade da Madeira - Fornecedores de Bens e Serviços - OCS - Órgãos de Comunicação Social - Câmaras Municipais - Federação de Bombeiros da RAM - INEM - Formadores Externos - Tribunal de Contas - Serviços de Proteção Civil e outros parceiros dos Arquipélagos da MACARONESIA - Comissão Regional de Proteção Civil - Portugal Telecom - Instituto de Gestão da Água - Empresa de Eletricidade da Madeira - Centro Logístico de Combustíveis da Madeira - Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos	- Serviços Municipais de Proteção Civil - VIALITORAL - VIAEXPRESSO - Direção Regional de Estradas - ANAM - APRAM - Direção Regional de Infraestruturas e Equipamentos - Dirigentes e Funcionários - Escola Nacional de Bombeiros - Autoridade Nacional de Proteção Civil - Formadores Internos - Comissão de Gestão e Segurança Regional do SIRESP - Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários - Centro de Coordenação Operacional Regional - Observatório Meteorológico do Funchal
	Muito	Manter Satisfeito - Governo Regional da Madeira	Gerir em Proximidade - Cidadãos - Dispositivo de Resposta Operacional - Agentes de Proteção Civil - Entidades com especial dever de cooperação

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Funchal n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 704 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.prcivmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 12 de 20



Capítulo II – OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

2.1- OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Para dar cumprimento ao programa do Governo Regional o SRPC, IP-RAM definiu os seguintes **Objectivos Estratégicos**:

(1) Objectivo Estratégico 1 (OE1)

Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais susceptíveis de afectar o normal desenvolvimento das actividades da Região Autónoma da Madeira.

(2) Objectivo Estratégico 2 (OE2)

Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão.

(3) Objectivo Estratégico 3 (OE3)

Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de protecção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos níveis de preparação e prevenção.

Protecção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 113/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proccivmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 13 de 20



2.2 - ESTRATÉGIA

A reorganização interna do SRPC, IP-RAM, orientada pela aprovação da Portaria Conjunta nº 69/2013 de 02 de Agosto, ao mesmo que as novas instalações passaram a ser utilizadas (15 de Julho) em pleno vão obrigar a ajustamentos funcionais e procurar que o CIC/CROS seja dotado dos recursos humanos mínimos ao seu funcionamento. O recurso ao IEM no sentido de ter mais colaboradores vai manter-se como estratégia para minimizar a falta funcionários permanentes. Para além desta componente, a manutenção da certificação do sistema de gestão da qualidade do SRPC ao abrigo da Norma EN NP ISO 9001:2008, atribuído em Setembro de 2013, veio confirmar o nível dos patamares de serviço público de excelência que se pretende.

Com grande importância também para a nossa atividade tem sido o incremento dado à componente formativa, interna e externa. A certificação como entidade formadora tem permitido a concretização de ações de formação para vários destinatários. O Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros vai ser dotado de módulos de treino específicos, passando a dispor da componente prática para o treino dos agentes de proteção civil, alargando essa oferta a empresas que necessitem de qualificar os seus funcionários. Continuaremos a dotar a RAM dos formadores habilitados tecnicamente para garantirem as competências necessárias aos agentes de proteção civil e a instituições que necessitem de formação certificada para atingirem os seus objetivos.

A interligação com o público em geral, sendo este o nosso principal cliente, é fundamental. A sua colaboração em situações de maior risco, a

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Fimaleto n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL - Telef: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proccivmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 14 de 20



informação que lhes deve ser transmitida, resultado de acontecimentos com elevado grau de perigosidade e a sua consciencialização de que é fundamental para a sua segurança e bem-estar, vai continuar a motivar os nossos serviços para que este desiderato seja alcançado. Tudo o que for efectuado em termos de informação e sensibilização, mais geral ou especializada, vai ter a nossa maior atenção. A intervenção no universo escolar da RAM vai continuar a ser concretizada procurando obter uma participação, cada vez maior, dos pais e encarregados de educação.

O Boletim vai passar a ser divulgado por correio eletrónico e com divulgação na página da internet, que se procura que tenha uma maior disponibilização de informação em língua inglesa.

O Sistema de Apoio à Decisão Operacional (SADO) que se pretende implementar vai contribuir para elevar o nível da tomada de decisão perante o Dispositivo de Resposta Operacional da RAM.

A aquisição de equipamentos, individuais e colectivos, adequados e necessários às intervenções dos agentes, a familiarização com a doutrina operacional em uso e a sua difusão e utilização por todos os integrantes do Dispositivo de Resposta Operacional é a linha de orientação que vai continuar a ser seguida. É fundamental que o conhecimento das capacidades de todos os intervenientes, diretos e indiretos, no socorro e emergência seja cada vez mais uma realidade e que as intervenções conjuntas possam constituir uma mais-valia para a comunidade.

A possibilidade de continuarmos a integrar projetos comunitários, quer ao nível do espaço da Macaronésia quer em outros contextos mais alargados e avaliar a capacidade de utilizar o programa INTERVIR + e/ou aquele que o vier a substituir, vai continuar a ser uma das apostas estratégicas do SRPC.

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pícnulo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telef: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.procc-madeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 15 de 20



O acompanhamento e actualização legislativa fruto da correspondente incidência no edifício normativo relacionado com os Bombeiros, em que o Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP) é fundamental para uma informação válida da situação dos bombeiros na RAM e a Segurança Contra Riscos de Incêndio em Edifícios, pela consolidação que se pretende de toda a legislação regional, especialmente na aplicação das Medidas de autoproteção (MAP) aos edifícios, será uma área para a qual o esforço do SRPC vai ser direccionado.

O Plano Regional de Emergência de Protecção Civil vai ter a sua conclusão e, concorrentemente com os Planos Municipais de Emergência, de forma que o documento possa ser uma mais-valia para a consolidação do socorro e da emergência regional.

Protecção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pináculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236 - FUNCHAL - Telex: 291 700 110 - Fax: 291 700 117/291 764 604 - Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srcp@gov-madeira.pt Site Oficial: www.prcpvmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 16 de 20



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



Capítulo III – ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

3.1 – ACTIVIDADES PREVISTAS PARA 2014

Anexo A – Plano de formação

Anexo B – Matriz de Execução das Actividades

3.2 – CONSTRANGIMENTOS

Constrangimentos	Causas	Efeitos	Ações
Escassez de recursos humanos	- Dificuldades orçamentais; - Limitações legais à contratação pública;	- Dificuldade em cumprir tarefas que estão atribuídas legalmente; - Dificuldades no cumprimento de preceitos legais em termos do trabalho por turnos;	- Promoção da mobilidade interna; - Promover estágios profissionais/ contratos de prestação serviços; - Abertura de concurso para recrutamento de pessoal;
Reorganização interna	Falta de regulamentação interna das unidades operacionais ou equivalentes, dos núcleos e das áreas de trabalho do GAT;	- Melhoria na estrutura organizacional - Dificuldade na normalização de procedimentos;	- Adequação aos estatutos; - Elaboração de regulamentos internos; - Atribuição de competências funcionais;
Reduzida capacidade de intervenção em algumas áreas de atividade	Estrutura orgânica sem recursos humanos suficientes;	- Deficit de inspeções; - Necessidade de desenvolvimento das ações de informação e sensibilização; - Dificuldades no acompanhamento das	- Maior disponibilidade de recursos humanos; - Programa de inspeções aos CB adequado e sistemático; - Intervenções conjuntas no sentido de garantir

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Píndalo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: opc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.protecmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 17 de 20



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



		ocorrências 24/24; Necessidade de implementar adequadamente oferta formativa;	maior capacidade técnica e de recursos humanos;
Dificuldades na gestão orçamental	- Processo administrativo de autorizações muito moroso - Impossibilidade de utilização da receita própria (oriunda das taxas de seguros) em investimentos destinados ao DROR	- Desfasamento temporal na implantação de ações - Necessidade de transferências através da celebração de contratos programa para as entidades detentoras de Corpos de Bombeiros. - Perda das vantagens de economia de escala, dificuldade na manutenção da uniformidade de equipamentos e impossibilidade de implementação de projetos.	- Transferências atempadas - Diminuição no tempo de resposta - Aumento do valor orçamental destinado a investimentos

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Camão do Pinheiro n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: spc@goz-madeira.pt Site Oficial: www.proccivmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 18 de 20



3.3 – RECURSOS DISPONÍVEIS

3.3.1 – Recursos Financeiros

	Execução Ano N-1	Orçamento Ano N (previsão)
<u>Receita Própria</u>	1.501.500,00	1.466.400,00
<u>Funcionamento</u>		
Encargos com Pessoal	1.282.487,00	1.255.800,00
Outros Encargos	827.500,00	754.000,00
<u>Investimento</u>		
PIDDAR	3.783.000,00	3.176.000,00

3.3.2 – Recursos Humanos

Designação		Recursos Humanos (número)		Encargos com Pessoal (€)	
		Ano N-1	Ano N	Ano N-1	Ano N (previsão)
CROS	CIC	11	11	200.331,23	149.042,03
	CPOI	1	1	16.572,75	19.427,92

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pênculo n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-PUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: srpc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.pccc-madeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 19 de 20



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



	CLMEC	1	1	16.572,75	22989,7
IRB		1	1	43.587,00	56.355,15
NAR		4	4	89.495,25	117.003,23
GAR	SecAssGerPatr	4	4	45.123,38	45.148,95
	SecRecHumArq	1	1	18.103,00	20.042,55
	SecGesFinOrçCont	3	2	51.277,88	32.352,89
	NPEOT	2	2	37.313,00	64.712,99
	GAT				
GAT	GabJur	1	1	23.712,50	30.331,13
	GabTelSI	1	1	17.909,00	19.745,55
	GabPQ	1	0		
CFPCB	DepFormação	2	1	30.308,00	35089,31
SEMER		26	26	460.000,00	460.000,00
Órgãos Sociais		2	2	108.305,00	119.681,10

O Conselho Diretivo

O Presidente

Luís Manuel Guerra Neri

O Vogal

Pedro Manuel Dias Alves Barbosa

Anexo A – Plano de Formação

Anexo B – Matriz de Execução de Actividade

Proteção Civil! Uma tarefa de todos para garantir o futuro.



Caminho do Pícnico n.º 14, São Gonçalo, 9060-236-FUNCHAL – Telex: 291 700 110 – Fax: 291 700 117/291 764 604 – Contribuinte N.º 509 079 911
Email: opc@gov-madeira.pt Site Oficial: www.proteccivilmadeira.pt

Plano de Atividades 2014

Página 20 de 20

PLANO DE FORMAÇÃO 2014

Qts.	DESIGNAÇÃO DO CURSO	Código do Curso	Horário	Carga horária	Total Part.	TRIMESTRE				Formadores/Ent Formadora
						1º	2º	3º	4º	
3	Recertificações Curso Tripulante Ambulância de Socorro (AMIS)	FE 28 III M	Laboral	35	60	X	X		X	CFPCB
3	Recertificações Curso Tripulante Ambulância de Socorro (AMIS)	FE 28 III M	Pós-Laboral	35	60	X	X		X	CFPCB
2	Curso Combate a Incêndios Urbanos e Industriais		Laboral	35	32				X	CFPCB
4	Cursos Combate a Incêndios Florestais		Laboral	35	64	X	X			CFPCB
1	Curso Teórico-prático de Interv. em Incêndios em Túneis - nível I		Laboral	16,5	20		X			Espanha
1	Curso Teórico-prático de Interv. em Incêndios em Túneis - nível II		Laboral	16,5	10		X			Espanha
1	Curso Chefes Equipa Controlo de Matérias Perigosas	FE 13 III	Laboral	25	16		X	X		Confiança
1	Curso Geral de Proteção Civil		Laboral	40	30				X	CFPCB
1	Especialização em Socorro e Resgate em Montanha e Canyoning	FE 04 II	Laboral	30/40	2			X	X	Espanha/França
4	Cursos Condução Fora de Estrada	FE 02 II	Laboral	35	20	X		X	X	RAM
1	Curso Controlo de Matérias Perigosas	FE 10 II	Laboral	50	16			X	X	Confiança
1	Curso de Técnicas de Escoramento e Desobstrução	FE 01 III	Laboral	25	3				X	ENB
1	Curso Técnicas de Salvamento e Desencarceramento		Laboral	35	2		X			CFPCB
1	Curso Chefe de Equipa Combate Incêndios Florestais	FC 02 III	Laboral	25	16	X	X			ENB
1	Curso Chefe de Equipa Salvamento e Desencarceramento	FE 12 III	Laboral	25	16			X	X	CFPCB
1	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	N/A	Laboral	105	2	X				ENB
1	Salvamento em Grande Ângulo	FE 20 III	Laboral	105	2					ENB
1	Combate Incêndios Urbanos e Industriais	FE 15 III	Laboral	105	3					ENB
1	Matérias Perigosas	FE 19 III	Laboral	105	1					ENB
1	Salvamento e Desencarceramento	FE 18 III	Laboral	70	2					ENB
1	Combate Incêndios Florestais	FE 16 III	Laboral	105	3					ENB
1	Condução Fora de Estrada	FE 21 III	Laboral	70	1					ENB
3	Curso Técnicas de Socorro	FI 03 I	Misto	50	60					CFPCB
3	Técnicas de Salvamento e Desencarceramento	FI 04 I	Misto	50	60					CFPCB
3	Extinção de Incêndios Urbanos e Industriais	FI 05 I	Misto	8	60					CFPCB
3	Extinção de Incêndios Florestais	FI 06 I	Misto	8	60					CFPCB
3	Técnicas de Auto Salvamento e Resgate em Edifícios	FI 07 I	Misto	8	60					CFPCB
49	TOTALS									683

Anexo B - Matriz de Execução das Actividades

Iniciativas	Objectivos Estratégicos										
	Promover a melhoria do Dispositivo de Resposta Operacional face à tipologia de riscos considerados mais susceptíveis de afectar o normal desenvolvimento das actividades da Região Autónoma da Madeira.				Aumentar a capacidade de monitorização das ocorrências, consolidando o sistema de aviso, alerta e alarme, no sentido de reforçar os níveis de prontidão do Dispositivo de Resposta Operacional e a consequente capacidade de decisão.				Aumentar a qualidade da prestação dos nossos serviços, melhorando a qualificação dos agentes de protecção civil, apoiando e incentivando as instituições e organizações que sejam o garante da difusão da informação necessária à melhoria dos níveis de preparação e prevenção.		
	Objectivos Operacionais										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	Melhorar a capacidade de intervenção do Dispositivo de Resposta Operacional	Acompanhar a definição da tipologia de riscos que possam afectar o normal desenvolvimento das actividades na RAM	Promover as iniciativas legislativas necessárias à evolução sustentada do socorro e emergência na RAM	Promover a qualificação dos recursos humanos que compõem os agentes de protecção civil do DRO, através da formação	Preservar a vida humana, o ambiente e o património cultural, facilitando a evacuação e o salvamento das pessoas em risco, permitindo a intervenção eficaz e segura dos meios de socorro.	Promover a divulgação da informação técnica e operacional junto dos agentes de protecção civil	Dinamizar a elaboração dos Planos de Emergência e Segurança	Desenvolver o sistema de aviso e alerta regional	Gerir e manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade	Melhorar o funcionamento interno do SPFC	Desenvolver a política de informação e de educação em protecção civil
Elaborar o Plano Anual de Aquisição de Equipamentos	X									X	
Promover a manutenção e atualização do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses.	X		X								
Organizar a Unidade de Intervenção Especial	X	X	X	X							
Optimizar o desempenho do SEMER	X			X	X						X
Concluir os projectos Comunitários	X	X		X	X						X
Desenvolver o SIG e o programa de georeferenciação dos meios do DRO	X	X			X	X	X	X			
Optimizar o sistema regional de formação	X			X	X	X				X	X
Reduzir a Ocorrência de Incêndios nos edifícios da RAM					X	X	X				X
Celebrar protocolos e parcerias		X		X			X				
Conceitualizar, desenvolver e implementar um Plano Regional de Informação, Divulgação e Sensibilização sobre protecção civil, que abranja todos os setores da população, incluindo os estabelecimentos de ensino.					X		X				X
Concluir o Plano Regional de Emergência de protecção Civil	X	X			X	X	X	X			
Apoiar a elaboração dos Planos de Emergência Municipais de Protecção Civil		X			X		X	X			
Melhorar a Capacidade de Coordenação e Controlo	X				X	X	X	X			
Implementação de procedimentos e planos de auditorias									X	X	
Definir o plano de formação interno				X					X	X	
Desenvolver e concluir a construção de cenários no CFPCB	X			X	X						







